

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DANIELLE GROSS DE FREITAS

**ENTRE OFÍCIOS E PRENDAS DOMÉSTICAS:
A ESCOLA PROFISSIONAL FEMININA DE CURITIBA (1917 – 1974)**

CURITIBA

2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DANIELLE GROSS DE FREITAS

**ENTRE OFÍCIOS E PRENDAS DOMÉSTICAS:
A ESCOLA PROFISSIONAL FEMININA DE CURITIBA (1917 – 1974)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha: História e Historiografia da Educação, Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Levy Albino Bencostta

CURITIBA

2011

Catalogação na publicação
Sirlei do Rocio Gdulla – CRB 9ª/985
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Freitas, Danielle Gross de

Entre ofícios e prendas domésticas: a Escola Profissional Feminina de Curitiba (1917-1974) / Danielle Gross de Freitas. – Curitiba, 2011.

131 f.

Orientador: Prof. Dr. Marcus Levy Albino Bencostta
Dissertação (Mestrado em Educação) - Setor de Educação,
Universidade Federal do Paraná.

1. Escola Profissional Feminina de Curitiba – 1917-74.
2. Mulheres – Ensino profissional. 3. Mulheres – Trabalho.
3. Mulheres – Identidade. I. Título.

CDD 376.63



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



PARECER

Defesa de Dissertação de **DANIELLE GROSS DE FREITAS** para obtenção do Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO. Os abaixo-assinados, DR MARCUS LEVY ALBINO BENCOSTTA (Presidente), DRª MARIA TERESA SANTOS CUNHA, DRª e ROSELI TEREZINHA BOSCHILIA, arguíram, nesta data, a candidata acima citada, a qual apresentou a seguinte Dissertação: **“ENTRE OFÍCIOS E PRENDAS DOMÉSTICAS: A ESCOLA PROFISSIONAL FEMININA DE CURITIBA (1917-1974)”**.

Procedida a arguição, segundo o Protocolo aprovado pelo Colegiado, a Banca é de Parecer que a candidata está apta ao Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO, tendo merecido as apreciações abaixo:

BANCA	ASSINATURA	APRECIÇÃO
DR MARCUS LEVY ALBINO BENCOSTTA	<i>Marcus Levy</i>	Aprovada
DRª MARIA TERESA SANTOS CUNHA	<i>Maria Teresa</i>	Aprovada
DRª ROSELI TEREZINHA BOSCHILIA	<i>Roseli</i>	Aprovada

Curitiba, 30 de março de 2011.

Prof. Dr. Paulo Vinícius da Silva
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação

Prof. Dr. Paulo Vinícius Baptista da Silva
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação
Matr.: 135429

À Selma, minha mãe.
À Valdenir, meu pai.
Amor incondicional.

AGRADECIMENTOS

À Deus, pelas infinitas bênçãos.

Aos meus pais, Selma e Valdenir, por convergirem seus planos em um único propósito: meus sonhos, ainda que significasse abrir mão dos seus.

Aos meus avós, Teresa e Luiz, por externarem o orgulho da única neta.

Ao meu orientador, prof. Dr. Marcus Levy Bencostta, pela dedicação e paciência em orientar meus primeiros passos na trilha da História da Educação.

À professora Dra. Roseli Terezinha Boschilia e professora Dra. Maria Teresa Santos Cunha, pelas preciosas colaborações no exame de qualificação e defesa.

À Capes, pelo financiamento parcial deste trabalho através da concessão de bolsa de estudos nos últimos doze meses de curso.

À Michelle, pela serena amizade; e Mariana, pela cumplicidade, ora aqui, ora acolá.

À Kellyn, Walkiria e Monyque, mais que primas, irmãs.

À Fabíola, Gabriela, Estéfane, Tatiane, Katty, Luana e Marília por suavizarem com suas particularidades minha caminhada.

À Claudinéia, Jordana e Gisele, por compartilharem singulares e intensos momentos dessa trajetória.

Aos colegas Juarez, Ernando e Wanessa, pelo companheirismo.

À Ana Paula, Alexandra, Roberlayne, Franciele, Kelly Fernanda, Sara, Renata e Cecília, pela ternura.

À Nicolas, porto-seguro; e Família Rossi, a segunda família.

Aos professores, funcionários e diretora da Escola Municipal Professora Thereza Correa Machado, pelo carinho e cuidado.

À Lizete Maria Toscani, diretora do Centro de Capacitação em Artes Guido Viaro, pela disponibilidade e atenção.

Já que se há de escrever, que pelo menos
não se esmaguem com palavras as entrelinhas.
O melhor ainda não foi escrito. O melhor está nas entrelinhas.

Clarice Lispector

RESUMO

A presente investigação aborda o estudo da Escola Profissional Feminina de Curitiba, instituída na capital do estado do Paraná no ano de 1917 e destinada a atender ao público feminino na aprendizagem de artes aplicadas ao trabalho, até o ano de 1974, quando transformações institucionais de ordem significativa, principalmente o fato de incluir à instituição a permissão de meninos ali estudarem e se profissionalizarem, ocorreram. A educação e a escolarização desenvolvidas no período em tela caminhavam em consonância com a divisão dos papéis sociais desempenhados por homens e mulheres, bem como distinções relacionadas à sua circulação nos espaços públicos e privados, o que acarretou em peculiaridades na organização e sistematização do ensino profissional para ambos os sexos. Esta pesquisa, objetivando especialmente compreender o sentido de profissionalização que se pretendeu nessa instituição feminina de ensino, respalda-se em informações que correntemente circulavam na grande imprensa curitibana acerca da temática proposta, em documentos escolares conservados na própria instituição, relatórios emitidos pelos Secretários e Superintendentes responsáveis pela sistematização dos dados da Instrução Pública do Estado, Mensagens dos Governadores do Estado, relatórios emitidos pela diretoria da Escola e leis que a regulamentaram, como também aquelas que organizaram o ensino profissional no recorte especificado. A operação historiográfica se debruça, portanto, sobre o cruzamento dos documentos apurados, bem como na análise amparada por um estudo bibliográfico no âmbito das questões de gênero e das condições e oportunidades de se profissionalizar oferecidas à mulher nesse período.

Palavras-chave: Educação Feminina. Instituições Escolares. Questões de gênero. Ensino Profissional.

ABSTRACT

The present investigation is about the study of the Female Professional School of Curitiba, instituted in the capital of Parana's state in 1917 and designed to meet women in learning arts for work until 1974, when important institutional changes occurred, especially the fact that the institution allowed boys to study and to professionalize there. The education and the schooling developed in this period of time meet the division of the roles played by women and men, as well as their differences related to occupation in public and private spaces, that led to certain details in the organization of the vocational education for both men and women. This research, aiming particularly to understand the meaning of professionalization for this Female Institute of education, draws upon information that currently circulating in the Curitiba's press related to this theme, like in school documents kept in the institution, reports issued by the Secretaries and Superintendents responsible for the sistematization of the public education's data, messages from the State's governors, reports issued by the school's principal and laws that regulated them, as well as laws that organized the vocational education. The history, therefore, focus on the documents found and a bibliographic study's review about gender issues and, conditions and opportunities for women to professionalized themselves in this time.

Key words: Female Education. Educational Institutions. Gender issues. Professional Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1: CHARGE RETRATANDO O PERSONAGEM CAZUZA QUESTIONANDO UMA SENHORITA QUE EXECUTAVA TRABALHOS MANUAIS.....	29
FIGURA 2: PRIMEIRA PARTE DE UMA CHARGE QUE APRESENTA UMA CONVERSA ENTRE UM CASAL EM VÉSPERA DE SEU CASAMENTO.....	30
FIGURA 3: SEGUNDA PARTE DA CHARGE QUE APRESENTA CONVERSA ENTRE O CASAL APÓS O CASAMENTO.....	31
FIGURA 4: FACHADA DA ESCOLA DE BELLAS ARTES E INDÚSTRIAS DO PARANÁ.....	62
FIGURA 5: CORPO DISCENTE DA ESCOLA PROFISSIONAL FEMININA DE CURITIBA, 1916.....	74
FIGURA 6: AULA DE CORTE E COSTURA DA ESCOLA PROFISSIONAL FEMININA DE CURITIBA, 1916.....	76
FIGURA 7: AULA DE DESENHO DA ESCOLA PROFISSIONAL FEMININA DE CURITIBA, 1916.....	79
FIGURA 8: AULA DE FLORES E CHAPÉUS DA ESCOLA PROFISSIONAL FEMININA DE CURITIBA, 1916.....	80
FIGURA 9: LIVRO-PONTO DA ESCOLA PROFISSIONAL REPÚBLICA ARGENTINA, 1951.....	87
FIGURA 10: ALUNAS DA ESCOLA PROFISSIONAL REPÚBLICA ARGENTINA EM SESSÃO CÍVICA DO FESTIVAL PRÓ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA E COOPERATIVA A. TORRES, 1942.....	99
FIGURA 11: ALUNAS DE VÁRIAS SESSÕES DA ESCOLA PROFISSIONAL REPÚBLICA ARGENTINA NA SALA DE CONFECÇÃO DE BANDEIRAS MINISTRADA PELA PROFESSORA ARACY CHARLIER, 1942.....	100
FIGURA 12: ALUNAS DA ESCOLA PROFISSIONAL REPÚBLICA ARGENTINA EM SESSÃO CÍVICA DO FESTIVAL PRÓ LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA E COOPERATIVA A. TORRES, 1942.....	103
FIGURA 13: CENTRO DUQUE DE CAXIAS DA ESCOLA PROFISSIONAL REPÚBLICA ARGENTINA EM SESSÃO CÍVICA DE HOMENAGEM AO EXPEDICIONÁRIO BRASILEIRO, 1945.....	104
FIGURA 14: CENTRO DUQUE DE CAXIAS DA ESCOLA PROFISSIONAL REPÚBLICA ARGENTINA EM SESSÃO CÍVICA DE HOMENAGEM AO EXPEDICIONÁRIO BRASILEIRO, 1945.....	106

FIGURA 15: CERIMÔNIA DE COLAÇÃO DE GRAU DAS ALUNAS DA ESCOLA PROFISSIONAL REPÚBLICA ARGENTINA, 1944.....	107
FIGURA 16: QUADRO VIVO APÓS CERIMÔNIA DE COLAÇÃO DE GRAU DAS ALUNAS DA ESCOLA PROFISSIONAL REPÚBLICA ARGENTINA, 1944.....	109
FIGURA 17: CAPA E UMA DAS FOLHAS DO ÁLBUM DE FORMATURA DAS GRADUANDAS DE 1942 DA ESCOLA PROFISSIONAL FEMININA REPÚBLICA ARGENTINA, 1942.....	110
FIGURA 18: ALUNAS DA ESCOLA PROFISSIONAL REPÚBLICA ARGENTINA EM DESFILE ESCOLAR, SEM DATA.....	111
FIGURA 19: ALUNAS DA ESCOLA PROFISSIONAL REPÚBLICA ARGENTINA REALIZANDO ATIVIDADES FÍSICAS, SEM DATA.....	112
FIGURA 20: DESFILE COM MATERIAIS CONFECCIONADOS PELAS ALUNAS DA ESCOLA PROFISSIONAL REPÚBLICA ARGENTINA, SEM DATA.....	114

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: OCUPAÇÕES DA POPULAÇÃO NO ANO DE 1920.....	46
TABELA 2: NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS DO PERÍODO DE TRANSIÇÃO DA DIREÇÃO DA ESCOLA DE BELAS ARTES E INDÚSTRIAS DO PARANÁ.....	69

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. AS TESSITURAS DE UMA IDENTIDADE – DELINEANDO ALGUMAS REPRESENTAÇÕES FEMININAS.....	27
1.1 Entre discursos e incursos: fragmentos das imagens da mulher.....	27
1.2 Implicações da divisão sexual do trabalho para o universo feminino.....	38
1.3 A mulher no ensino profissional: busca de uma identidade social pelo trabalho?.....	45
2. ESCOLA PROFISSIONAL FEMININA DE CURITIBA: EMERGENCIA DE UMA PROPOSTA PARA A EDUCAÇÃO DAS MENINAS E MOÇAS DA CAPITAL.....	54
2.1 Arte, educação e trabalho no projeto modernizador de Curitiba: breves apontamentos.....	54
2.2 Os primeiros passos do <i>Templo da Arte</i>	57
2.3 Um nova proposta de trabalho: liceu de ofícios.....	61
2.4 A educação das mulheres e a proposta da escola Profissional Feminina.....	70
3. EM BUSCA DE VESTÍGIOS DO COTIDIANO ESCOLAR: PRESCRIÇÕES E PRÁTICAS.....	83
3.1 As disciplinas da Escola Profissional Feminina: compreensões de currículo.....	83
3.2. Uma escolarização feminina entre o ofício industrial e as prendas domésticas.....	90
3.3 Imagens e interpretações dos rituais escolares.....	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
FONTES.....	116
REFERÊNCIAS.....	121

INTRODUÇÃO

Mulheres produzindo vestígios? Mulheres nos escritos históricos? Mulheres experienciando a vida pública? A partir de um movimento de renovação historiográfica experimentada nas últimas décadas, que acarretou na expansão do universo de pesquisa dos historiadores, tornou-se possível afirmar que as mulheres passaram a receber maior atenção e, conseqüentemente, tomar maior importância nos estudos históricos.

A atenção voltada para realidades pouco visitadas acerca da vida dos homens e mulheres ao longo do tempo foram sendo melhor investigadas a partir das novas concepções de interpretação da História.

Sendo assim, diferentes abordagens historiográficas¹ vêm permitindo ao historiador, através de procedimentos teórico-metodológicos adequados, que novos problemas de pesquisa sejam projetados.

O alargamento de possibilidades de evidenciar a explicação histórica permitiu direcionar meu interesse em construir uma análise que tratasse o fenômeno educativo de uma instituição específica, a qual desenvolvia seu trabalho sob o prisma da profissionalização das mulheres². Para os *historiadores novos*³ a educação passou a ser entendida como um componente essencial da acomodação cultural, como um referencial de construção de relações sociais (FONSECA, 2003).

O estudo das mulheres, por sua vez, fica compreendido com uma ‘modalidade perversa da alteridade’, já que seu universo configurou-se como

¹ Referência àquelas abordagens que admitem reflexões acerca da compreensão e construção do estatuto epistemológico desse campo. Vieira (2007, p.11) ressalta que “O movimento de crítica epistemológica à história tradicional, metódica, diplomática, historicista e/ou positivista – entre outras denominações, precisa ou imprecisamente, aplicadas – contou com diversos protagonistas nas tradições historiográficas do século XIX. O movimento de Annales, a História Social do Trabalho inglesa, a New History americana e, mais recentemente, a História Intelectual e a chamada Nova História Cultural representam, guardadas as suas especificidades, momentos desse processo de crítica à escrita presente na História Política do século XX que – na Alemanha, na França, na Inglaterra ou no Brasil – instituiu suas autoridades, suas obras canônicas e seus lugares próprios de enunciação”.

² Não se tratam de novas temáticas, mas um novo olhar lançado sobre os documentos que as sustentam. Como sugere Perrot (2005, p.171) “mostrar a presença real das mulheres na história mais cotidiana, sustentou o esforço das historiadoras nesses últimos anos”. No entanto, o que se pretende não é algo inovador, mas a interpretação de uma instituição escolar voltada às mulheres, as quais gozavam de particularidades e especificidades próprias de seu espaço e de seu tempo.

³ Designação dada ao grupo de historiadores pertencentes à terceira geração do movimento de Annales, os quais concorrem para a revisão de questionamentos em favor de modificações no campo de análise da História, dentre elas a preocupação no âmbito das técnicas de tratamento às fontes.

parcela excluída da sociedade e dos estudos históricos⁴. Sendo assim, proponho uma investigação histórica que vislumbre a oportunidade de ver desvendadas as particularidades da educação dessas mulheres, especialmente no que tange ao ensino profissional. O estudo delinea-se na possibilidade do reconhecimento de sua condição frente aos que as rejeitam, uma vez que “os excluídos, por seu lado, podem experimentar processos reativos a esse fenômeno, articulando identidades próprias, face ao mundo dos incluídos que os rechaça” (PESAVENTO, 2004a, p.92).

A fim de contemplar os contornos dessas temáticas existe uma preocupação que vai além do processo de delimitação do objeto e mobilização de fontes referentes à proposta. Trata-se de uma operação que visa convergir pressupostos que ofereçam condições de ‘fazer falar’ as fontes, problematizá-las e encará-las como vestígios das relações sociais que antecederam nosso tempo. Segundo Hartog (1998, p.196), “a história mostrou-se ainda mais ciosa das condições de sua produção e mais consciente de que seus objetos não eram dados nas fontes, mas produzidos: era preciso que ela primeiramente estabelecesse as perguntas, formulasse as hipóteses, construísse os modelos, muito mais do que contar o que se passara”. Certeau (2002) destaca que além da *escrita*, um *lugar social* e *práticas científicas* delimitam a operação histórica:

Encarar a história como um operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura). É admitir que ela faz parte da “realidade” da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada enquanto “atividade humana”, enquanto “prática”. Nesta perspectiva, gostaria de mostrar que a operação histórica se refere à combinação de um lugar social, de práticas científicas e de uma escrita. Essa análise das premissas, das quais o discurso não fala, permitirá dar contornos precisos às leis silenciosas que organizam o espaço produzido como texto. A escrita histórica se constrói em função de uma instituição cuja organização parece inverter: com efeito, obedece a regras próprias que exigem ser examinadas por elas mesmas (CERTEAU, 2002, p.66)

⁴ Cf. LOURO (1995) que realiza um estudo acerca do texto de Joan Scott intitulado “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, colaborando para a compreensão das relações de gênero enquanto possibilidade de evidenciar a mulher nos estudos históricos.

Assim, iniciei meu caminho de pesquisa e o prosseguierei, selecionando, reunindo e transformando os materiais de análise, considerando seu lugar e especificidades de produção, bem como os operando metodologicamente seguindo práticas próprias de problematização, procedido de interpretação histórica.

Na oportunidade de vasculhar impressos que circulavam na capital do Estado do Paraná nas décadas de 1920 e 1930, devido à experiência de ter participado de um projeto de pesquisa intitulado “A imagem fotográfica no estudo das instituições educacionais (os grupos escolares de Curitiba 1903/1971): Levantamento de fontes na Imprensa paranaense” coordenado pelo professor Dr. Marcus Levy Bencostta, é que as primeiras inquietações a respeito da condição feminina na sociedade daquele período foram surgindo. Apesar de o objetivo do projeto de pesquisa não envolver essa questão, foi através do contato direto com as fontes, buscando informações a respeito dos Grupos Escolares de Curitiba, que matérias voltadas para o espaço feminino foram despertando minha atenção.

Assim me vi cada vez mais envolvida pela temática, até me deparar com registros de uma instituição de educação feminina em funcionamento nessas décadas, denominada Escola Profissional Feminina de Curitiba, os quais aguçaram ainda mais a vontade de entender esse universo, até então bastante obscuro para mim.

“Uma ideia na cabeça, uma pergunta suspensa nos lábios, o mundo dos arquivos diante dos olhos e das mãos” (PESAVENTO, 2004a, p. 96). Foi assim que me vi: diante de uma curiosidade que poderia vir a render bons frutos. As perguntas foram sendo formuladas cautelosamente, cabendo-me direcioná-las para as fontes e procurar recolher delas algumas explicações históricas.

Investigar a Escola Profissional Feminina de Curitiba possibilitará realizar uma discussão sob a perspectiva de gênero⁵, atentando para as

⁵ Considero para esse estudo a perspectiva apontada por MEYER (2003, p.18) “o conceito de gênero propõe [...] um afastamento de análises que repousam sobre uma idéia reduzida de papéis/funções de mulher de homem, para aproximar-nos de uma abordagem muito mais ampla que considera que as instituições sociais, os símbolos, as normas, os conhecimentos, as doutrinas e as políticas de uma sociedade são constituídas e atravessadas por representações e pressupostos de feminino e de masculino ao mesmo tempo em que estão centralmente implicadas com sua produção, manutenção ou resignificação.”

condições sociais em que as mulheres se encontravam. Desse modo traça-se como objetivo deste trabalho investigar o processo de criação e funcionamento da Escola Profissional Feminina de Curitiba enquanto instituição co-responsável pela preparação sócio-cultural da mulher do século XX; contemplando as propostas de arte, educação e trabalho da Escola em seus diferentes momentos de atuação; discutindo as diferentes representações de mulher que possivelmente poderiam ter perpassado pela Escola; construindo, assim, a conceituação de educação profissional desenvolvida pela Escola.

Considerando-se o pioneirismo desta instituição no ensino das artes e ofícios no estado do Paraná, bem como sua interessante iniciativa em propor bases para o ensino profissional na capital, torna-se significativo investigar por quais ações foram permeadas a abertura/reabertura da Escola Profissional Feminina de Curitiba, perpassando a compreensão de seus primeiros passos, enquanto ainda Escola de Desenho e Pintura de Mariano de Lima e Escola de Belas Artes e Indústrias do Paraná⁶. Nesse sentido, entender de que forma se organizou essa instituição a partir dessas mudanças referentes não somente a seu nome, mas à sua prática educativa se torna fundamental.

Ao se acompanhar o projeto educacional desenvolvido na Escola Profissional Feminina, visando colocar em destaque a mulher que desejava se profissionalizar, é interessante considerar questões referentes à relação entre essa escola e as transformações sócio-culturais do período. Portanto, se vislumbrará o desenvolvimento das práticas de sua trajetória, pautando-se em acontecimentos que lhe são anteriores, os embates que a circundam e as movimentações sociais que acompanham seu período de funcionamento.

Convém ainda problematizar a finalidade do trabalho desenvolvido na Escola Profissional, considerando que o imaginário de mulher não elitizada que permeia esse momento é reforçado pelo discurso de sua necessária preparação para desempenhar com zelo suas atividades domésticas e não para circular no mercado de trabalho. Sendo assim, até que ponto o termo “profissional” do título da escola corresponde a suas iniciativas e às suas

⁶ Cf. SANTANA (2004) que realiza um estudo, em sua dissertação de mestrado, esmiuçando esses primeiros anos de funcionamento da instituição. Sua criação, sob o nome de Escola de Desenho e Pintura ocorreu em 1886, e a partir de 1897 passou então a se chamar Escola de Belas Artes e Indústrias do Paraná. Com o afastamento de Mariano de Lima da direção da escola, seu caminho é repensado, destinando-se ao envolvimento com o ensino profissional especificamente feminino.

práticas diárias? Quais caminhos e quais círculos de sociabilidade essa profissionalização permitia seguir? Enfim, estas e outras questões foram levantadas, movimentando cada vez mais meu ofício de historiadora⁷.

Criada em 1917, pelo Decreto Estadual nº 548 de 8 de agosto do referido ano, a Escola Profissional Feminina de Curitiba foi destinada a atender o público feminino na aprendizagem de artes aplicadas às indústrias, tendo em vista acompanhar o cenário produtivo nacional bem como do mundo ocidental pelo viés do aperfeiçoamento dos ofícios voltados para as artes aplicadas nos trabalhos manuais. É procedente da Escola de Desenho e Pintura, idealizada e dirigida por Antonio Mariano de Lima em 1886, que restringia suas atividades ao ensino dessas duas modalidades de trabalho artístico: o desenho e a pintura.

Em 1889 a escola é renomeada para Escola de Belas Artes e Indústrias do Paraná, mudança esta que, segundo Santana (2004), associa estrategicamente a arte, ideia precursora da instituição, à aplicação industrial como meio de manter-se em funcionamento de acordo com a necessidade do desenvolvimento econômico e industrial do estado paranaense.

Mariano de Lima, que se manteve no cargo de direção da escola durante 16 anos, frustra-se diante de alguns obstáculos⁸ e no ano 1902 passa a direção à sua esposa Maria Aguiar, que decide incrementar o currículo da Escola e ampliar seu funcionamento.

⁷ Refiro-me ao ofício de historiador traçado por BLOCH (2001), que considera como objeto de estudo da História, os homens e suas ações no tempo, cabendo ao historiador interpretar e compreender esse passado, baseando-se nas fontes, sem cometer julgamentos. Possível, ainda, estabelecer um contraponto, com auxílio de PERROT (1988b, p.185), em atentar para o ofício de historiadora, como um ofício de mulher que escreve a história do feminino. A autora salienta que “O ‘ofício de historiador’ é um ofício de homens que escrevem a história no masculino. Os campos que abordam são os da ação e do poder masculinos, mesmo quando anexam novos territórios. Econômica, a história ignora a mulher improdutiva. Social, ela privilegia as classes e negligencia os sexos. Cultural ou ‘mental’, ela fala do Homem em geral, tão assexuado quanto a Humanidade. Célebres – piedosas ou escandalosas -, as mulheres alimentam as crônicas da ‘pequena’ história, meras coadjuvantes da *História*!” Nesse sentido, buscou-se reencontrar, por meio das fontes, as mulheres que contribuíram para o movimento da história, de maneira a problematizar e interpretar suas ações.

⁸ Santana (2004) cita dois obstáculos transpostos pelo diretor: o incansável percurso de driblar a falta de recursos disponibilizados pelo Estado para a manutenção da Escola, bem como o desgaste em lidar com embates engendrados entre ele e seu ex-aluno Paulo Ildefonso d’ Assunção. Assim, em 1902, Mariano de Lima, frente às dificuldades que encontrou, deixou a cidade de Curitiba, portanto também sua família e a direção da escola, colocando nas mãos de D. Mariquinha o percurso da instituição por ele idealizada dali em diante.

As atividades da escola foram desenvolvidas no âmbito da preparação da mulher em consonância com o contexto cultural⁹, daí a denominação Escola Profissional Feminina de Curitiba¹⁰. No ano de 1933 ocorre uma nova mudança de nome, passando a se chamar Escola Profissional Feminina República Argentina como forma de homenagem ao cônsul daquele país que se encontrava visitando o Paraná.

Apesar da modificação na designação da escola, é possível que seus cursos tenham continuado a seguir os mesmos direcionamentos antes estabelecidos, ajustando-as aqui ou ali às tendências trazidas pelo desenvolvimento do industrialismo, bem como aos contornos estabelecidos pelo desencadeamento da Primeira e Segunda Guerra Mundial.

Transformações de ordem significativa, inclusive a inclusão de meninos como alunos da instituição, ocorrerão na Escola durante a década de 1970 que, com a Resolução Estadual 3601/74¹¹, decorrente da publicação da Lei Federal 5692/71¹², novamente modifica seu nome para Escola Estadual Profissional República Argentina, redefinindo seus caminhos de atuação em conformidade com novidades estabelecidas ao ensino profissional.

Décadas depois (em 1992) a escola foi renomeada para Centro de Artes Guido Viaro e atualmente, encontra-se sob a denominação Centro Estadual de Capacitação em Artes Guido Viaro, desde 2005.¹³

Diante do emaranhado de modificações ocorrido na Escola durante todo o século XX, circunscrevo minha pesquisa no período em que ela foi exclusivamente pensada para atender ao público feminino. Do momento de sua nomeação para Escola Profissional Feminina de Curitiba, no ano de 1917,

⁹ Ocorre, nesse início do século XX, a difusão da visão de que a mulher republicana poderia vir a participar de algumas instâncias da vida social. Trindade (1992, p.14) afirma: “Educada para o mundo interior, é uma mulher solicitada a dar uma contribuição externa que inclua tanto o desembaraço e a efusão, quanto o recato e a modéstia. À mulher da família, esquecida de si mesma, que vive em ambientes restritos e horizontes estreitos, a educação acrescenta uma face externa treinada para a vida social e para os campos, ainda que limitados, do trabalho”

¹⁰ Neste mesmo período é comum encontrar Escolas Profissionais Femininas em outros estados brasileiros, que inclusive já foram estudadas, como é o caso das Escolas Profissionais Femininas do Distrito Federal da Primeira República (cf. BONATTO, 2003) e as Escolas Profissionais Femininas de São Paulo (cf. MORAES & ALVES, 2002). CUNHA (2000) realiza um estudo acerca das discussões que precederam e acompanharam o projeto de reforma na educação pública do país, a qual incluía em suas pautas o ensino profissional. Neste âmbito são encontrados os trâmites do Poder Legislativo para definições acerca dessas Escolas Profissionais.

¹¹ Resolução 3601, publicada em 30 de setembro de 1974.

¹² Lei Federal 5692 de 11 de agosto de 1971, que fixa os direcionamentos para o ensino de 1º e 2º graus.

¹³ Informações retiradas do documento organizado, em 1998, por Osires Haddad e Lizete Maria Toscani Leite, ao qual denominam *Escola Estadual Profissional República Argentina: Histórico*.

perpassando pela mudança para Escola Profissional República Argentina, em 1933, até a publicação da Lei Estadual 3601, em 1974, é que se delimita o recorte temporal, visando o objetivo deste estudo: analisar esta Escola sob a perspectiva de gênero.

A história da instalação da Escola Profissional Feminina de Curitiba insere-se num contexto macro-histórico de consolidação de um regime político republicano, baseado nas doutrinas do liberalismo que, dentre outras ações, visava estrategicamente alargar a participação política e garantir maior liberdade à população. No entanto, essa ampliação cívica abrangia a representatividade de certa parcela da população, encontrando-se grande parte das mulheres descartadas de papéis participativos na sociedade, o que repercutia numa condição de afirmação de diferenças estabelecidas entre homens e mulheres¹⁴: àquele cabia o provento da família e a representação frente à sociedade e a estas a função de garantir os afazeres domésticos, cuidar e educar os filhos, bem como, eventualmente, extrapolar as barreiras do lar quando necessário para complementar a renda familiar¹⁵.

A educação e a escolarização desenvolvidas no período em destaque, grandes motes responsáveis por referendar a atuação do governo republicano diante de sua população, caminhavam em consonância com tal divisão dos papéis desempenhados por homens e mulheres, bem como endossavam as distinções relacionadas à sua circulação nos espaços público e privado.

Em decorrência dessa forte premissa de prevalecimento masculino do comando da sociedade aceitava-se socialmente que as responsabilidades das mulheres dificilmente abarcariam extensões além de seus lares. Gradualmente essa mentalidade se flexibilizava - ora por possibilitar à mulher a alocação em postos de trabalhos entendidos como desvantajosos para continuarem sendo ocupados pelos homens, ora por necessidade de complementação da renda familiar não mais suficiente - e dava lugar às ideias que aceitavam a presença da mulher no espaço público. Entretanto, certa delimitação foi sendo

¹⁴ Importante destacar que existiam diversas representações femininas em diferentes esferas da sociedade. Cunha (2001, p. 24) traça alguns estereótipos de mulher que circulavam na capital paranaense: as de elite, 'elegantes' que faziam seus passeios para espairecer, as colegiais rumo à suas escolas, as vendedoras ambulantes, as transeuntes a caminho de seus respectivos trabalhos, as colonas carroceiras responsáveis por abastecer a cidade, dentre outros. Para essa pesquisa, destaco aquelas que se encontravam nas classes mais baixas da sociedade, as quais estavam envolvidas diretamente com o mundo do trabalho assalariado.

¹⁵ Informações a respeito das relações estabelecidas entre o Estado republicano brasileiro e a normatização do trabalho feminino nesse período cf. VENANCIO (2001)

estabelecida, sendo que “o trabalho somente poderia ser lícito se significasse cuidar de alguém, doar-se com nobreza e resignação, e servir com submissão, [...] premissas com as quais também se afinavam profissões ligadas à saúde, como enfermeira ou parteira [...] e à sagrada missão de educar [que] transitou por décadas no imaginário social” (ALMEIDA, 2004, p.71).

Assim, como afirma Cintra (2005, p.61), é que a mulher “não pode se desviar da missão a qual foi eleita, na valorização da intimidade e da maternidade”. Dessa forma, o espaço cedido à mulher, já que sua ocupação dependeu de decisões provenientes do universo masculino para serem legitimadas, revelava-se como uma extensão da identidade materna enraizada numa figura obediente, restrita aos afazeres da esfera doméstica em favor do cuidado de sua família.

Um discurso recorrente no Jornal Diário da Tarde, mas que não se enquadrava ao imaginário de toda a sociedade curitibana - tendo em vista as dissonâncias encontradas entre articulistas deste e de outros periódicos - evoca uma questão referente à exigência social de educação, inclusive a educação profissional, dessa mulher que necessitava de uma preparação para se tornar ajustada à sociedade.

Não é só de direitos políticos é que precisam as mulheres. O de que mais elas precisam é de uma educação compatível com as necessidades da época, de uma educação literária, científica e profissional que saia dos limites da chamada boa dona de casa quase sinônimo de boa cozinheira. Muito fariam pela pátria nossas gentis senhoritas [...] (DIÁRIO DA TARDE, 17 nov. 1916)

Percebe-se, portanto, que uma concessão de espaço ao público feminino, visando prioritariamente seu preparo para atuação junto ao meio social, nesse caso provavelmente como boas esposas, passa a ser difundido em alguns veículos de informações como forma de tornar visível esse incentivo. Nesse sentido, mesmo que esse discurso esteja imbuído de interesses políticos em suas entrelinhas, observa-se que sua circulação reserva-se a uma educação que não oferecerá riscos de se entrelaçar às funções masculinas.

Às mulheres, o domínio de aspectos referentes à literatura, ciência e profissionalização, ou denotam (para a elite, principalmente) formação cultural para se comportar ao lado de seus esposos, ou (para as moças de classes baixas) a possibilidade de auxílio na renda da família em funções que se aproximem de seus domínios, como corte, costura, pintura etc.

Apoiando-se nos estudos de Perrot (2005) a esse respeito:

Os setores que elas entram são progressivamente desertados pelos homens que preferem reconstituir, em outros lugares, espaços masculinos intactos. A feminização [do mercado de trabalho] não é necessariamente uma conquista triunfante, mas a consagração de uma retirada. O emprego misto não é, nunca, uma indiferenciação, mas uma nova hierarquia das diferenças. Ela permite que os homens se distingam. [...] Enraizada no simbólico, no mental, na linguagem, [...] a noção de 'profissão de mulher' é uma construção social ligada à relação entre os sexos. Ela mostra as armadilhas da diferença, inocentada pela natureza, e erigida em princípio organizador, em uma relação desigual. (PERROT, 2005, p. 258)

Samara (1997), ao realizar um estudo comparativo, baseado em dados demográficos no Brasil do século XIX acerca da participação feminina no mundo do trabalho nas diferentes regiões do país, constata que já naquele século o movimento de ocupação profissional feminina em virtude de uma opcional retirada por parte dos homens ocorria, constituindo-se importante marco para a posterior construção do gênero feminino no tocante à sexualização dos ofícios. “Tudo indica também que, no mundo do trabalho, as mulheres geralmente ocupavam os espaços que eram descartados pelos homens e isso, no transcorrer do tempo, levou à construção ideológica sobre o significado e a valorização social dessas ocupações” (SAMARA, 1997, p.36).

Concernente a sua entrada ao universo profissional, uma proposta de escolarização profissional feminina como co-responsável por constituir a utilidade feminina aos interesses sociais num espaço não mais restrito ao âmbito privado deveria ser pensada.

Embalados por essa utopia [da Proclamação da República], os ideólogos do período olham com esperança o sistema escolar enquanto veículo de disseminação da instrução e regulador da

oferta de mão-de-obra no mercado nacional. Daí a necessidade de multiplicação das escolas primárias para a alfabetização das massas e da escola profissional, de orientação utilitária. (TRINDADE, 1992, p.74)

Uma das formas de preparar a mulher que desejava e/ou precisava conquistar o universo do trabalho ocorria em instituições escolares¹⁶, de naturezas diversas. Entretanto, a mais comum associação a que a imagem feminina estava aportada se relacionava com sua vocação para educar a infância. Louro (1997, p.450) contribui para a explicação dessa destinação feminina afirmando - dentre outros discursos, possivelmente apreendidos do universo masculino - que “as mulheres tinham, ‘por natureza’, uma inclinação para o trato com as crianças, que elas eram as primeiras e ‘naturais educadoras’, portanto nada mais adequado do que lhes confiar a educação escolar dos pequenos”.

A realidade curitibana desse período de feminização do magistério presenciou acontecimentos como a implantação dos primeiros grupos escolares e a criação dos Jardins de Infância, que retratavam as mudanças do mundo escolar¹⁷. Tais iniciativas contribuíram paulatinamente para a construção de um discurso em que a presença da mulher como professora tornava-se fundamental no cenário da Instrução Pública brasileira, especialmente na educação primária, já que a escola tornara-se, nessa mesma lógica discursiva, importante veículo de transmissão dos valores que se pretendia inculcar na formação dos alunos.

Além do magistério, a mulher curitibana encontrou outras possibilidades de se inserir no campo da profissionalização, dentre elas freqüentando a

¹⁶ Considero para este estudo que muitas vezes as mulheres operárias poderiam vir a adquirir seus conhecimentos enquanto aprendizes das fábricas, sem jamais pisarem nas escolas profissionalizantes. Afirmo isso, considerando que as escolas dessa natureza têm suas origens em início do século XX, e a presença da mulher operária provém de século anterior. (Cf. SAMARA, 1997). Nesse sentido, perpassar por essa natureza de instituição não era consenso que abrangia toda a população feminina, sendo as escolas profissionais apenas mais uma opção. Weinstein (1995), ao realizar um estudo sobre as mulheres trabalhadoras de São Paulo, aponta que, anterior a primeira tentativa de sistematização da educação profissional neste estado, em 1911, o conhecimento ‘sistemático’ necessário ao trabalho industrial se disseminava entre operários e operárias. Mesmo que em menor proporção de como acontecia com os homens, algumas mulheres poderiam ter a oportunidade de receber treinamento de trabalhadores mais velhos, quando os homens, geralmente mais qualificados, se dispunham a tal; ou então somente observando e esforçando-se para adquirir as técnicas desenvolvidas pelos colegas de trabalho. (WEINSTEIN, 1995, p.146-147)

¹⁷ Cf. Souza (2004) para aprofundamento acerca de questões referentes à feminização do magistério em Curitiba no início do século XX.

Escola Profissional Feminina de Curitiba e ainda outras instituições como o Instituto Comercial do Estado do Paraná¹⁸. Contudo, apesar de tais instituições possuírem finalidades de formação distintas, faziam um contraponto ao modelo ‘ideal’ de educação feminina difundido pela Escola Normal, o qual justamente prepararia a mulher para desempenhar a função que lhe era própria segundo suas naturais vocações.

A oportunidade de profissionalização direcionada à mulher inicialmente demandava a presença daquelas provenientes das classes sociais mais baixas. Nagle (2001) preocupa-se com essa problemática e entende que o ensino profissional, desde o período colonial até meados do século XX, visava manifestamente o atendimento das classes pobres, legando ao sistema educacional profissional um plano assistencial que apontava para a ocupação e/ou regeneração dos desfavorecidos através do trabalho.

No entanto, visualizar o ensino profissional como apenas restrito às mulheres pobres é muito arriscado, já que se incorreria numa explicação generalizada acerca da figura feminina profissionalizada. Nesse sentido, torna-se necessário compreender que não é possível traçar um único perfil que identifique de maneira uniforme as mulheres, especialmente aquelas que desfrutavam desse ensino de orientação útil ao mundo do trabalho e que posteriormente adentravam aos postos de trabalho.

Em uma análise acerca da mulher dos primeiros decênios do século XX de maneira geral, é possível diferenciar aquelas que apresentavam comportamentos mais restritos e introspectivos daquelas que se arriscavam em transpor as barreiras do lar. Isto é, gradualmente, a roupagem romântica atrelada à mulher, que deveria apenas restringir-se ao âmbito doméstico, estava dando lugar a uma preocupação e ao desejo de ver a mulher educada, preparada para enfrentar uma vida social mais ampla, ainda que restrita a algumas atividades.

Essa nova mulher que transpõe os limites da sociabilidade e ultrapassa definitivamente o interior das casas; que ganha as

¹⁸ Cf. Cintra (2005). Sua proposta é analisar a educação católica feminina e a formação profissional no Instituto Comercial do Estado do Paraná. Essa instituição, em sua abertura, passou a oferecer os cursos de comercial básico, técnico de contador e técnico de contabilidade às mulheres, os quais colaboraram para a configuração do papel da mulher nos anos de 1940-1950.

ruas e os templos de consumo; as escolas de ensino superior, o campo da realização profissional, as fábricas, lojas, escritórios e 'ateliers', surpreende e atemoriza a sociedade. Dessa forma, é melhor conceder a ela o mero estatuto de trabalhadora manual ou de diletante das letras ou das artes, à qualificação de profissional liberal. O número reduzido das que conseguem romper esse preconceito demonstra a potência das forças que preferem mantê-las nos recintos dos lares, dos salões ou das igrejas, no atendimento da família ou no 'serviço' da pátria (TRINDADE, 1992, p.86)

Arriscado também seria definir um único tipo de educação profissional da mulher durante toda a trajetória da Escola, já que além de iniciar seus passos inserida nessas intermináveis discussões sociais referentes às diferenças entre homens e mulheres no governo republicano recém-instalado, esta educação foi perpassada pelas reformas educacionais planeadas por Francisco Campos e Gustavo Capanema, nas décadas de 1930 e 1940, que sistematizaram os encaminhamentos a serem traçados pelo ensino secundário e profissional¹⁹. Além disso, acompanha as movimentações de mudanças nas políticas educacionais dos anos 1950 e 1960, as quais foram ressaltadas por Cunha (2000, p. 238):

Nesse processo de tão profunda mudança na educação brasileira, a pauta de discussão do ensino profissional veio a mudar significativamente, no seu âmbito, no seu conteúdo e nos seus protagonistas. Ela já não ocupava apenas parte do espaço dedicado a temas gerais, mas ganhou identidade própria. [...] A complexificação e a especialização [do campo educacional] geraram condições para o surgimento de um novo tipo de intelectual – o especialista em ensino profissional, em substituição aos diletantes[...].

Compreender os aspectos referentes à constituição de um sujeito social, que ora avança tuteladamente para uma vida compartilhada com os homens, ora afronta uma situação posta e rompe com os ideais profissionais femininos em voga, assim como delinear diferentes estereótipos de mulheres envolvidas com o mundo do trabalho nesse período de 1917 a 1974 instigam interessantes problematizações.

¹⁹ Cf CINTRA (2005). No primeiro capítulo de sua dissertação discorre sobre “O ensino secundário e profissional em Curitiba nas décadas de 1930 e 1940”.

Nesse âmbito, tomar a figura feminina como sujeito ajuda a desvendar um conjunto mais amplo de marcas que formataram esse espaço de ensino - a Escola Profissional Feminina de Curitiba - bem como suas representações acerca do que significava tornar-se aluna, e mais, uma mulher prescritamente preparada para enfrentar o universo do trabalho. Rememorando os escritos de Hobsbawn (1998, p.202): “o evento, o indivíduo e até a retomada de algum estilo ou modo de pensar o passado, não são fins em si mesmos, mas meios de esclarecer alguma questão mais ampla, que ultrapassa em muito o relato particular e seus personagens”.

Tendo em vista compreender um emaranhado de representações e significados da Escola Profissional Feminina, sua cultura e sujeitos que nela atuaram, pretende-se, sob o respaldo da pesquisa histórica, elaborar análises que se constituirão a partir do exame e questionamento dos seguintes documentos: leis que regulamentaram o funcionamento da Escola Profissional Feminina, bem como as que direcionaram o Ensino Profissional; relatórios emitidos pelos Secretários de Instrução Pública e mensagens sistematizadas pelos Presidentes da Província referindo-se a essa instituição que se encontram no acervo do Arquivo Público do Estado do Paraná; informações que correntemente circulavam na grande imprensa paranaense, especialmente matérias que tratavam da própria instituição, bem como acerca da temática educação da mulher e ensino profissional, especialmente em três periódicos: Gazeta do Povo, A República e Diário da Tarde, e charges retiradas de uma revista que tratava de assuntos variados com humor, que estão arquivados na Divisão Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná; obras literárias que retratam questões sobre as conquistas femininas ao longo do século; e por fim, documentos escolares, de naturezas diversas: livros de cópias e ofícios, livros-ponto, livros de movimentos diários e livros de atas e reuniões, os quais foram localizados no Centro Estadual de Capacitação em Artes Guido Viaro.

Analisando a diversidade de fontes pretendidas pela pesquisa que possuem naturezas diversas, ora provenientes de discursos produzidos pela imprensa, ora por autoridades do Governo, ora pela instituição ou pessoas ligadas a ela, além de problematizar o seu lugar de produção, seu conteúdo, sua intencionalidade e seus silêncios, a atenção se voltará para nuances de harmonias e tensões travadas entre esses discursos.

Não se pretenderá estabelecer encaixes nas explicações históricas provenientes das problematizações das fontes, mas explorar divergências que propiciarão compreender com riqueza os entraves que permearam o funcionamento da Escola. Assim, a análise desses documentos-monumentos²⁰ permitirá a sustentação deste estudo ao consentir que se considerem - além do documento em si, passível de desconstruções e reconstruções - as condições em que esse documento foi construído e conservado e suas repercussões frente aos demais discursos produzidos concomitantemente.

Considerando que o documento consiste em um produto da sociedade que o fabricou, cabe ao historiador desmontá-lo e analisá-lo, de maneira que sejam buscadas interpretações que se mantenham longe das ingenuidades provenientes de suas condições de produção. Pesavento (2004b, p. 66) complementa a questão do trato das fontes afirmando que a exploração aprofundada da interpretação das fontes, bem como o cruzamento dos variados elementos encontrados nelas, permitem que se multipliquem os significados possíveis de serem aplicados ao referencial teórico elegido.

Assim as relações intrincadas entre as mulheres e a sociedade, especialmente no que tange ao universo do trabalho, institucionalizadas no projeto educativo da Escola Profissional Feminina de Curitiba, direcionaram a organização do trabalho da seguinte maneira:

O primeiro capítulo, **As tessituras de uma identidade – delineando algumas representações femininas**, evidencia (através das matérias dos periódicos correntes no período em foco, legislação vigente acerca da profissionalização do ensino, obras literárias e documentos escolares que deixaram marcas referentes à cultura escolar) as diferentes representações construídas sobre as protagonistas deste cenário: a mulher que possivelmente poderia vir a desfrutar do ensino de artes e ofícios na Escola Profissional Feminina de Curitiba.

O segundo capítulo, intitulado **A Escola Profissional Feminina de Curitiba: emergência de uma proposta para a educação das meninas e moças da Capital** aborda, inicialmente, o primeiro passo delineado pela

²⁰ Utiliza-se o termo documento-monumento fazendo referência aos estudos de Le Goff (2003a). A partir do momento que foram localizados os monumentos, “herança do passado”, se constituirão, a partir da operação historiográfica de problematização de seu conteúdo, lugar de produção, entraves culturais etc em documentos, “escolhas do historiador”.

instituição, no que tange à convergência entre educação, artes e trabalho, desde 1886, data de sua criação, ainda como Aula de Desenho e Pintura de Antonio Mariano de Lima. Contempla, ainda, o processo de organização e mudanças dessa instituição até se constituir Escola Profissional Feminina de Curitiba e as suas propostas iniciais, que se voltando somente ao atendimento do público feminino, delineia novas representações acerca de suas práticas cotidianas recriando um novo espaço capaz de possibilitar a participação da mulher na vida pública, mais especificamente, a sua entrada ao universo do trabalho por meio das manualidades. Fundamentado em trabalhos que trataram da temática, na legislação que baseou esses contornos, em relatórios emitidos pelos Secretários da Instrução Pública e em matérias de periódicos que circularam nesse período, esse capítulo pretende traçar as primeiras iniciativas idealizadas e efetivadas nessa instituição de ensino profissional da capital do estado do Paraná.

E por fim, o terceiro capítulo, cujo título é **Em busca de vestígios do cotidiano escolar: prescrições e práticas** e trata de uma análise do projeto educacional da escola, atentando para aspectos que revelam relações entre o currículo escrito e a prática. O que se buscou perceber é de que forma se dava o acompanhamento, por parte da Escola Profissional Feminina de Curitiba, quanto às novidades que foram se constituindo no universo feminino ao longo de sua trajetória. O olhar se voltará para a análise da apreensão do conceito de profissionalização pela Escola Profissional Feminina. Também será contemplado, ao final, mais um aspecto do cotidiano escolar da instituição: os rituais escolares. Neste momento, será de suma importância operar com a documentação escolar disponível do Centro Estadual de Capacitação em Artes Guido Viaro,

1. AS TESSITURAS DE UMA IDENTIDADE – DELINEANDO ALGUMAS REPRESENTAÇÕES FEMININAS

1.1 Entre discursos e incursos: fragmentos das imagens da mulher

Tensões socioculturais e discussões que envolveram as questões educacionais e de trabalho direcionadas à mulher interferiram nas transformações da Escola Profissional Feminina de Curitiba em seu período de atuação. Nesse sentido, discursos de distintas naturezas, propalados continuamente, contribuíram para colocar em evidência funções sociais entendidas como aceitáveis à mulher.

O discurso que a evidenciava divulgava informações que exaltavam os comportamentos e costumes oportunos à suas diversas funções. Estes, além de perpassarem por constantes transformações no transcorrer das décadas, estavam incutidos de peculiaridades, delineando assim diferentes representações de mulher. Lopes (1985), ao introduzir seu estudo acerca do processo de formação da mulher trabalhadora urbana no Brasil nas duas primeiras décadas do século XX, destaca justamente esse perfil plurifacetado do gênero feminino:

A imagem que aparece no espelho é múltipla, refletindo várias cores como em um cristal. A personagem veste diferentes máscaras no desenrolar da trama: estilha-se em diferentes projeções femininas – mãe, esposa, prostituta, companheira, traidora, militante, heroína, trabalhadora (LOPES, 1985, p. 01)

Como salienta Perrot, fazer a história das mulheres, que durante tempos permaneceram no plano da imaginação, não é tarefa fácil. “É, antes de tudo, inevitavelmente, chocar-se contra esse bloco de representações que as cobre e que é preciso necessariamente analisar, sem saber como elas mesmas as viam e as viviam”. (PERROT, 2005, p.11)

De manuais de comportamento à mulher casada a palavras de incentivo àquelas que buscavam horizontes mais distantes do que os contornos do lar,

os discursos se replicavam e dificultavam o processo de delinear um único perfil, um ideal de mulher. Em meio à difusão de questões que envolviam as mulheres nos mais variados assuntos - incluindo a constatação da importância de seu papel enquanto corresponsável por organizar a ordem cívico-nacional, discussões acerca da representatividade feminina perante a política, embates ao que dizia respeito à relação entre sua santificada existência e suas possíveis atribuições sociais, concepções de formação pelo viés da escolarização e sua ligação com o saber-fazer doméstico etc .- é que um amálgama de representações se destacam, o que Lopes (1985) denomina de 'projeções femininas'.

Em lugar da insistência em manter a mulher apenas restrita ao seu lar, em posição de neutralidade a assuntos de ordem mais ampla ou invisível ao foco de atenções, estigmatizada a viver conforme socialmente se tinha como correto: ser boa filha e aprender as prendas domésticas, preparar-se para um bom casamento, formar uma família e cuidá-la com o maior apreço, expressões que autenticavam alterações em sua conduta social se instituía.

De maneira bem-humorada, alguns chargistas se envolveram em capturar esse momento, ressaltando principalmente que o casamento não era mais entendido como a única opção para o futuro das mulheres.



Figura 1: Charge retratando o personagem Cazuzo questionando uma senhorita que executava trabalhos manuais.

FONTE: A Bomba²¹. Curitiba, 10 de dezembro de 1913. Divisão de Documentação Paranaense, Biblioteca Pública do Paraná.

- Está fazendo uma touca... É para seu filho?
- Não, Cazuzo, eu não sou casada.
- Isso não quer dizer nada

Neste caso, Cazuzo, ao perceber que a moça estava tricotando, logo remeteu sua pergunta direcionando ao possível usuário da peça que confeccionava. De imediato, a associação por ele feita, é que a touca estava sendo feita para o filho da tricoteira. No entanto, a moça ao responder “eu não sou casada”, não eliminava a possibilidade de ainda assim estar confeccionando a touca para seu filho, já que Cazuzo balbuciou um “isso não quer dizer nada”. Ou seja, a ideia de que o cuidado com o filho estava diretamente conexo à concepção de casamento foi logo descartada pelo

²¹ Nas primeiras décadas do século XX muitas revistas passaram a circular em Curitiba. Seus títulos abrangiam predominantemente conteúdos literários, de variedades destacando temas urbanos e de humor. Dentre esse último grupo encontrava-se a Revista A Bomba, que iniciou sua circulação no ano de 1913.

personagem da charge. Para ele, a situação na qual a mulher poderia se encontrar, de estar fazendo a touca para o filho e não ser casada, seria perfeitamente aceitável.

Outro caso que retrata o casamento como não sendo a única opção possível de realização da mulher é a apresentada nos quadrinhos abaixo:



Figura 2: Primeira parte de uma charge que apresenta uma conversa entre um casal em véspera de seu casamento.

FONTE: A Bomba. Curitiba, 30 de setembro de 1913. Divisão de Documentação Paranaense, Biblioteca Pública do Paraná.



Figura 3: Segunda parte da charge que apresenta conversa entre o casal após o casamento.

FONTE: A Bomba. Curitiba, 30 de setembro de 1913. Divisão de Documentação Paranaense, Biblioteca Pública do Paraná.

“Fitas Modernas”

I

Na véspera do casamento

- Amamo-nos tanto... E se nos casássemos?

- Era nisto que estava pensando.

II

No dia seguinte ao casamento

- Estamos tão aborrecidos... E se nos divorciássemos?

- Estava pensando justamente nisso.

A primeira imagem representa o consentimento da decisão do casamento, já que o amor imperava na relação; já a segunda desmistifica a ideia de que essa aliança matrimonial deveria durar ‘para sempre’. Reforça-se, portanto, o enfraquecimento da relação socialmente estabelecida de que o

casamento representava a melhor opção para a mulher, e se assim escolhesse, deveria mantê-lo mesmo que em condições desfavoráveis.²²

Ainda que as atividades ligadas à sua função doméstica fossem muito ressaltadas em alguns momentos, vestígios de um desprendimento à tamanha rigurosidade quanto à função de dona-de-casa vão aparecendo.

A matéria abaixo intitulada *A Educação da mulher*, retirada do jornal *A Gazeta do Povo*, investe em expor os devidos ensinamentos que deveriam ser oferecidos à boa mulher. Nota-se que, como primeiro preceito, logo, em lugar de destaque, está o enunciado “ensinai-a: confiar em si mesmo e ser independente”. Ainda que o rol que subsegue destine-se a cuidados que a mulher deve ter prioritariamente em sua casa e com sua aparência e esse primeiro enunciado parecer não estar em consonância com os outros, o fato de destacar uma educação para ser independente pode significar início de certa flexibilidade na relação de dependência constada historicamente entre homem e mulher. Apresentada de maneira sutil, sem estabelecer continuidades, pode significar início de uma cautelosa concessão.

Ensinai-a:

A confiar em si mesmo e ser independente.

A cozinhar e fazer bom pão.

A não pintar o rosto, nem usar pó de arroz e cabelos postiços.

Usar sapatos commodos e de sola grossa.

A lavar e engomar.

A fazer os seus vestidos.

A lembrar-se que mil réis tem 10 tostões e muitos dez tostões fazem muitos mil réis.

A serzir meias e pregar botões.

A usar vestidos de percal e não se envergonhar disso.

A preferir a boa reputação de seus noivos ao dinheiro deles.

A ter a casa bem arrumada e cada cousa no lugar próprio.

A compreender que quanto mais se subordinam os gastos aos meios de que se dispõe, mais se forra a gente dos dissabores.

Que quanto mais se afasta da economia mais se aproxima da pobreza.

Que um rapaz laborioso e bem comportado vale mais que uma dúzia de pilantras vestidos com elegância.

Que deve aprender diariamente alguma coisa prática.

Que deve preferir o útil, e cultivar o belo. (GAZETA DO POVO, 30 jun. 1924)

²² No início do século XX a questão do divórcio constituía-se em um tema bastante polêmico. Utilizando-se dessa temática, a sessão “Fitas Modernas” da revista em que essa charge foi publicada, que tratava de forma irônica algumas práticas recorrentes ou tendências, referia-se com humor à indissociabilidade do casamento.

Já as demais exigências de aprendizado destinado a mulher, sugeridas pela matéria, constituem a imagem feminina da moça que se preparava unicamente ao casamento: sabedora de afazeres de organização e manutenção da casa, preparada para o cuidado do lar, sem luxo com sua aparência, à espera de um marido com bom comportamento que não precise dispensar preocupações com excesso de gastos da esposa.

Tomando como pressuposto que essa leve desvinculação que a mulher experimentaria lhe resultaria em maiores concessões, estereótipos de mulheres que poderiam participar com maior constância da vida pública vão se delineando.

Percebida como figura indispensável à manutenção da ordem social e comparada a Maria Santíssima por sua missão, os discursos vão direcionando-se para a divulgação da imagem da mulher como parte da coletividade:

“Reservou o destino, à mulher um missão importante e notável, grandiosa e santificada na existência [...] Ela é o amor dos amores; mártir no sacrifício; triunfadora na bondade. A mulher é, na missão que acima dizemos, na terra, o que Maria Santíssima é no céu: a própria Vida. Cabe, à mulher, o direito da lei do existencialismo, da personalidade. Si outrora, por modalidades de hábitos e costumes na influencia educacional dos séculos que rolaram na marcha do tempo, a mulher circunscrevia sua ação numa esfera limitada e num perímetro reduzido, na evolução do contemporanismo a sua ação amplia-se, pela tríade trabalho, virtude e inteligência, numa equiparação à competência do homem.[...] A mulher de hoje não pode deixar de intervir e de se interessar aos problemas das coletividades, mui particularmente aos de sua terra. A pátria é nosso berço, e a mulher brasileira é a genitora desse berço. (DIÁRIO DA TARDE, 20 jan. 1951)

Destaca-se no excerto acima o reconhecimento da importância da existência feminina à pátria, portanto a necessidade da ampliação de sua atuação. Através da tríade “trabalho, virtude e inteligência” considerava-se que a mulher poderia participar dos “problemas da coletividade”. Porém não há como não questionar: até que ponto se estendia tal participação? Experimentar do “direito da lei do existencialismo” e não mais “circunscrever sua ação numa esfera limitada e num perímetro reduzido” garantem conhecer quais novidades da sociedade?

Expressões muito genéricas são utilizadas para cunhar essa visibilidade da mulher. Ainda que um espaço com maiores possibilidades de inserção e atuação lhe tenha sido reservado, os detalhes são encobertos e definições categóricas evitadas. Permanece ainda um tanto obscura a amplitude do curso oportunizado à mulher. Considerando-se a última afirmação, contemplada no trecho destacado anteriormente, “a pátria é nosso berço, e a mulher brasileira é a genitora desse berço”, uma analogia à sua função maternal poderia ser traçada. E à função maternal, facilmente correspondências relacionadas ao controle da concessão de espaço ao universo feminino podem ser feitas, inclusive à sua condição de submissão natural ao ambiente familiar.

Possível estabelecer uma comparação entre essas duas últimas matérias selecionadas, no que diz respeito à forma com que as concessões ao universo feminino vão sendo esboçadas pelo discurso da imprensa. A primeira trata de imediato de um consentimento de independência à mulher e em seguida relaciona uma série de outras obrigações que a coloca circunscrita à vida privada em família. Ao contrário da segunda, que ocupa grande parte do corpo do texto com atribuições favoráveis à mulher quanto à sua “equiparação à competência do homem”, mas que em suas últimas linhas a coloca em seu lugar de genitora da pátria, ou seja, na condição de mãe de família, ainda que supervalorizada enquanto a ‘mãe da pátria’, mas em uma ocupação ainda restrita. Sinaliza-se, portanto, o cuidado com que se trata essa questão da abertura ou controle do espaço social à mulher.

Além do lar e da sociedade, a mulher envolvida com a esfera política também é destacada. Percorrendo sobre um perfil de mulher apontado como sendo útil à sociedade, sem tantas restrições em suas atividades, ela é vista como a mola real do progresso:

Muito se tem explorado o Divino sentimento da mulher, nossa eterna e fiel aliada em todas as lutas sustentadas, nos mais variados setores da atividade humana; porém a mulher é muito mais do que imagina a maioria absoluta dos homens. O seu sentimento tem sido explorado, mas pouco reconhecido, como alavanca rigorosa do progresso. A mulher é imprescindível no lar, na sociedade e na política, pois que sua atividade é verdadeiramente profícua; sem ela o lar seria como que, um jardim sem flores e sem perfumes, na sociedade é a mulher a principal idealizadora e executora dos magníficos programas, com os quais afastam as tristezas e preparam os homens para

maiores e melhores cometimentos; na política, ela, em regra geral, é mais serena e mais objetiva, porque os seus atos são impulsionados pelo sentimento de esposa, mãe, irmã e filha que sempre melhor que do que os homens, conhece a grandeza do papel a desempenhar, em todos os misteres da sua atividade. Não posso compreender o lar, a sociedade, e a política sem a participação direta da mulher; sendo ela como é, a eterna e fiel aliada do homem, não poderia ser indiferente às lutas que este sustenta. Não fosse a mulher, com o seu carinho e alto tino de previsão, não sei o que seria do mundo em que vivemos. [...] Numa síntese máxima, dentro da minha compreensão, posso afirmar que a mulher é a mola real do progresso. (DIÁRIO DA TARDE, 26 jun. 1951)

Colocada em posição de “eterna e fiel aliada do homem”, a expansão de sua atuação é clara. Abrangendo a política, um campo do qual por muito tempo foi mantida afastada, a mulher perpassa por um caminho de maior visibilidade.

Atentando à passagem “O seu sentimento tem sido explorado, mas pouco reconhecido, como alavanca rigorosa do progresso”, há a constatação de que o espaço está lhe sendo dado, que a mulher vem ocupando vários setores da atividade humana e que sua presença é indispensável. Porém mais responsabilidade há que ser depositada em suas mãos. Considerando características que lhe são atribuídas como próprias, como sua serenidade, objetividade e realização de seus atos “impulsionados pelo sentimento de esposa, mãe, irmã e filha”, segundo a matéria, mais confiança precisa-lhe ser depositada, entendendo-a como uma verdadeira alavanca do progresso.

A seguir um trecho que, apesar de evidenciar que as mulheres estão transcendendo o que é conveniente, extrapolando os limites que lhe foram estabelecidos, é possível vislumbrar uma série de aspectos favoráveis à representação de mulher não mais tomada como o sexo frágil.

“Pois hoje desaparece do cenário da fragilidade a mulher para formar uma amálgama desvirtuante entre sexo fraco e sexo forte: a mulher ultrapassou os limites, transcendeu a barreira, incluiu-se entre lugares que não lhe compete. A evolução da mulher tomou um prisma denodo, excedeu os limites que balizava, o seu préstimo e a sua maneira peculiar que lhe fazia sobressair pela delicadeza no amanho a certos afazeres ao homem; mas, nem por isso a mulher devia ocupar postos que pela sua dignidade e fragilidade não lhe fazem jus. Vemos mulheres em todos os ramos [...]. Não existe, hoje um recanto, onde não haja um ‘rabo de saia’. As moças hodiernas cursam

os melhores colégios, discutem com um purismo encantador sobre erros gramaticais, aprendem a dançar muito precocemente, a tocar piano são exímias; pintar-se a 'make-up', como verdadeiras 'girls' cinematográficas, a vestir-se como alfenins. (DIÁRIO DA TARDE, 20 abr. 1951)

Como está sendo destacado: “não existe, hoje um recanto, onde não haja um rabo de saia”. A mulher moderna configurou-se com um toque de liberdade e ousadia, preocupada com a moda, reivindicadora de seus direitos, interessada em expandir-se para além do âmbito doméstico, freqüentando escolas, inserindo-se no mercado de trabalho. Mais pistas:

Mas como se observa pelo rápido exame que fizemos da situação da mulher nos diversos estágios da civilização, ela vai cada vez mais conquistando terreno em busca da igualdade de direitos com relação ao homem. (DIÁRIO DA TARDE, 25 jun. 1919)

Mariana Coelho, diretora da Escola Profissional Feminina de Curitiba no período de 1930 a 1947, vai mais longe com suas constatações acerca dessa oscilação presente no universo feminino: “[...] E cremos, com experimentados sociólogos, que, com a mulher devidamente instruída e emancipada, o progresso mundial marchará mais depressa” (2002, p. 72).

Reconhecido está o lugar de destaque ocupado pelas mulheres nos discursos veiculados, principalmente pela imprensa. No entanto, essa mobilização de articulistas em cunhar as situações de conquistas por elas experienciadas, não coloca em xeque a representação feminina de coexistência entre mundo do trabalho e doméstico.

Aos comportamentos e atributos conferidos à mulher, sua associação à função de mãe de família é muitas vezes colocada em pauta. Mesmo quando a intenção é reconhecer seu papel para além dessas qualidades ‘naturais’, alguma relação é estrategicamente estabelecida. Porém, se analisarmos esses discursos sob o prisma da mulher que, mesmo sob roupagem romântica, torna-se mais significativa mediante os olhos da cotidianidade, a colocaremos em lugar de destaque.

O que pretendi priorizar até aqui foi uma maneira de compreender a condição feminina por um viés diferente daquele que a coloca, de antemão, subjugada. Permitir compreender as entrelinhas que ressaltem a visibilidade desse gênero e, ainda mais, em temporalidades diferentes (1919, 1933 e 1951), como se pode observar anteriormente. Como analisa Archanjo (1997, p.159): “Os gêneros se constituem histórica e culturalmente, e o que lhes confere significado são as representações que os grupos sociais produzem sobre eles”. Assim, os significados são legitimados socialmente e, segundo a autora, “variam de acordo com as representações de gênero presentes no imaginário da época”.

Representações produzidas para ela ou até mesmo ela auto-representada colaboram para a construção da ideia de que múltiplas imagens de mulher coexistiram ao longo do século. Observa-se, ainda, que esse percurso não correspondeu a uma perspectiva linear. Ora registra oscilações, ora retomadas. Em certos momentos coloca em destaque a sua visibilidade nos espaços públicos e em outros, impõe como apropriado a sua permanência no espaço privado do lar e da família.

A intensificação da discussão de assuntos referentes à mulher foi significativamente tomando lugar nos setores políticos, educacionais e na imprensa.

A urbanização experimentada na primeira metade do século XX, os discursos que alimentavam o sentido de desenvolvimento e progresso do país moderno, a expansão dos setores secundários e terciários da economia, incluindo a expansão dos serviços e o aumento do número de fábricas, contribuíram para introduzir seguramente a presença da mulher no âmbito público.

Instruir-se e trabalhar foram alguns dos meios encontrados pelas mulheres para expandirem cada vez mais seu reconhecimento. O afluxo às escolas, bem como a postos de trabalhos variados revelam expectativas de desenhar destinos diferentes daqueles até então prescritos para elas.

Muitas mulheres se ufanam de nada entender além dos afazeres domésticos e de assuntos femininos. É errado pensar assim porquanto com a incerteza do dia de amanhã, principalmente nos dias de hoje precisa estar a par de muitos

assuntos que antigamente que só os homens prestavam atenção. Ela deverá estar preparada para enfrentar com o seu trabalho, qualquer eventualidade financeira, quando chegar a oportunidade. Mas, que grau de instrução deve ter a mulher? A instrução secundária está-se tornando necessária à mulher, presentemente.[...] A mulher está seguindo agora carreiras que, noutros tempos eram abertas somente aos homens mas, apesar de todas as facilidades certas carreiras tornam-se uma árdua tarefa porém, para ter valor, é preciso executá-las igual ou melhor do que os homens. O campo de atividades modernas é imenso, para o gosto e capacidade de cada uma, tanto podendo ser por passa-tempo como para ganhar dinheiro (GAZETA DO POVO, 13 abr. 1952).

Independente do objetivo que a incentive buscar novos horizontes de atuação, seja por passatempo ou por necessidade, a mulher tem correspondido ao movimento de transformação social, vislumbrando tatear ambientes antes somente ocupados pelos homens.

1.2 Implicações da divisão sexual do trabalho para o universo feminino

Seguindo a lógica do efeito discursivo enquanto coadjuvante de algumas determinações e representações sociais, dediquemo-nos a refletir acerca da divisão sexual que se destaca diante das atividades de trabalho socialmente diferenciadas entre homens e mulheres. Perrot (2007, p.119) assim define a organização do universo do trabalho para ambos os sexos: “O duro para os homens; o mole para as mulheres”.

Hahner (2003) traça um perfil dessa divisão nas camadas populares urbanas afirmando que a maioria dos campos de trabalho era claramente dicotômico e excludente: ora só masculino, ora só feminino:

Artesãos especializados trabalhavam como carpinteiros, caiadores, pedreiros, marceneiros, tipógrafos, sopradores de vidro, toneleiros e alfaiates – ocupações interditas às mulheres. Estes homens encontravam-se acima dos porteiros, lavadores de pratos e dos diaristas, como condutores de bonde e carroceiros, e mesmo da mão-de-obra semi-especializada.[...] Mas o serviço doméstico, um campo exclusivamente feminino, constituía a maior fonte de emprego para as mulheres nas áreas urbanas. Ao contrário da carpintaria ou da construção,

que eram ocupações exclusivamente masculinas, uma ou outra manufatura especializada permanecia tarefa exclusiva de mulheres. Não apenas estavam presentes em fábricas, produzindo tecidos, meias, gravatas, calças, roupa íntima, fios, cordas e estopa, mas também em inúmeras lojas de costura e de produção de bordados, botões, chapéus e luvas. Trabalhavam, ainda, em lojas de consertos de roupas e lavanderias.

Enquanto as mulheres geralmente se empregavam em trabalhos que podiam ser vistos como uma extensão das tradicionais tarefas domésticas ou familiares, como a preparação de comida e roupa, os homens transitavam numa variedade mais ampla de emprego. (p. 208)

Como se observa, os trabalhos femininos geralmente relacionam-se com atividades que poderiam ser vistas como uma extensão das tarefas familiares, já os homens possuíam maior variedade de emprego para circular.

A imprensa ressalta com frequência essa ‘necessidade’ de manter em separado aquilo que é próprio aos homens, bem como aquilo que é próprio as mulheres, destacando que a natureza de cada um determina aquilo que lhes cabe fazer com perfeição:

Todavia achamos que embora a mulher tenha em certos pontos os mesmos direitos que do Homem, ela foi feita para tarefas diversas. Há funções que o homem não poderia executar nunca com a perfeição da mulher. Como há funções que ela não exerceria com a mesma habilidade do sexo masculino [...] (DIÁRIO DA TARDE, 24 ago. 1931).

Scott (1993) recupera o momento em que a institucionalização de uma identidade para trabalho feminino foi traçada, posicionando-a como um produto de imaginários que segregavam o lar e o trabalho, bem como os sexos na divisão de funções:

A identificação do trabalho feminino com certos tipos de empregos e como mão-de-obra barata foi formalizada e institucionalizada de várias maneiras durante o século XIX, de tal modo que se tornou axiomática, uma questão de senso comum. Até aqueles que procuravam mudar o estatuto do trabalho feminino se viram na situação de ter de argumentar contra o que era tido como ‘factos’ observáveis. Estes ‘factos’ não existiam objetivamente, mas eram produzidos por histórias que sublinhavam os efeitos causais da separação entre lar e trabalho, por teorias de economistas políticos e por

preferências de contratação dos empregadores que criavam uma força de trabalho claramente segregada pelo sexo [...]. (p.454)

Diante do movimento de urbanização crescente, o processo de industrialização constituiu-se como aspecto determinante na segregação dos sexos na ocupação de postos de trabalho, demarcando algumas peculiaridades que condiziam à mulher por sua suposta natureza frágil.

Dessa forma, delinear as representações do gênero feminino acaba perpassando por discussões em que se confundem o ideal de retraimento e a ousadia de buscar conquistar maior espaço social, especialmente no que diz respeito ao mercado de trabalho. Entre um e outro ideal há a constatação da formatação de profissões designadas a atender um público que deveria essencialmente manter em conservação seus traços femininos.

“Como pano de fundo dessa história, há, de fato, as próprias mulheres, suas aspirações e suas representações, particularmente difíceis de conhecer, pois o discurso ideológico recobre suas palavras, formata seu ser social e até mesmo suas memórias. À primeira vista, o consentimento parece suplantar a revolta: consentimento às expectativas tradicionais que recusam às mulheres a competência, a autoridade e o direito a todos os níveis de emprego. Uma certa inibição leva as mulheres a isolarem-se nas ‘profissões femininas’, como em um apanágio que lhes é deixado e que é o único que elas podem ocupar sem remorso e sem perder a famosa ‘feminilidade’ que as torna desejáveis” (PERROT, 2005, p. 257)

A diversificação de atividades crescia à medida que a população aumentava, abrangendo a área de serviços e a indústria, setores que poderiam oferecer às mulheres ‘profissões femininas’.

Dentre as profissões mais ou menos valorizadas, que lhe exigiam mais ou menos saber de trabalhadora, que lhe atribuíam papéis e tarefas diversas, as mulheres assumiram postos de trabalhos diversos. Ganz (1997) recupera, depois de consultar uma coluna de anúncios que ofertava possibilidades de trabalho em um jornal de grande circulação no Estado do Paraná, uma rede de

ocupações vivenciadas pelas mulheres curitibanas na primeira metade do século XX em paralelo ao sistema fabril:

Elas foram descritas atuando nos empregos domésticos, livrarias, confeitarias, bares, lojas, salões, ateliers e escritórios. Atividades que exigiam andanças pela cidade também eram realizadas pelas mulheres na posição de leiteiras, floristas, vendedoras de verduras ou de bilhetes de loterias. Atuavam também como enfermeiras, parteiras e professoras. Algumas chegavam até as faculdades, recebendo diploma em medicina, engenharia, direito etc. (p. 95)

A adequação do universo feminino a determinadas funções que se encontravam em expansão, tinham suas explicações fortemente ligadas a traços entendidos como naturais às mulheres:

No ensino e na enfermagem considerava-se que as mulheres exprimiam a sua natureza carinhosa; a dactilografia era comparada a tocar piano; as tarefas de escritório ajustavam-se supostamente à sua natureza submissa, à sua capacidade para tolerar tarefas repetitivas e ao seu gosto pelo pormenor. (SCOTT, 1993, p. 462)

Alguns recursos em evidência na modernidade, como as máquinas de costura, bem como as máquinas de escrever, constituíram-se como um diferencial para a organização da mão-de-obra feminina.

Perrot (2005), baseando-se em seu contexto europeu de análise, destaca:

elas conservaram sua primazia na indústria têxtil (51%) e reinam em maioria na indústria do vestuário (87%). Têxtil e vestuário concentram então 73% das trabalhadoras; como a confecção é praticada ainda amplamente em domicílio, as 'operárias da agulha' encarnam, aos olhos da opinião pública, o estereótipo da operária" (p.155).

Considerando essa segregação de funções, ligadas aos dons naturais inerentes ao sexo feminino, é compreensível o fato de que a concentração das mulheres no setor industrial localize-se predominante no ramo têxtil e do vestuário. Associação direta com os trabalhos manuais de costura, os quais

facilmente poderiam ser desenvolvidos em suas rotinas, ensinados até mesmo por suas mães e avós, assim como decorrência da difusão do uso das máquinas de costuras recém-modeladas por Isaac Singer²³.

Segundo Perrot (2007, p. 121) “a costura foi um imenso viveiro de empregos, de ofícios, de qualificações para as mulheres e isso durante séculos. Está ligada à importância do vestuário e da roupa íntima à nossa cultura”.

Como ressalta Perrot, estaria definido a ‘estereótipo da operária’, com possibilidades de adentrar ao universo do trabalho, restrita a uma função que lhe permitiria trabalhar em seu lar, perto de sua família.

O apelo pela sensibilidade feminina e sua destreza manual, dentre outras características próprias desse sexo, construídas por representações sociais, permitem destacar o predomínio do romantismo sobre a capacidade e superioridade em torno do potencial de trabalho da mulher.

sua postura normal é a escuta, a espera, o guardar as palavras no fundo de si mesmas. Aceitar, conformar-se, obedecer, submeter-se e calar-se. Pois este silêncio, imposto pela ordem simbólica, não é somente o silêncio da fala, mas também o da expressão, gestual ou escrituraria [...] O pudor é sua virtude, o silêncio, sua honra, a ponto de se tornar uma segunda natureza (PERROT, 2005, p. 10).

Ainda que se oportunize à mulher dedicar-se a profissões que auxiliem na construção dessa ‘segunda natureza’, seu distanciamento da família não ocorreria, como bem pudemos observar anteriormente. Assim, a circulação pelo universo do trabalho não significaria sempre uma ruptura do modelo de mulher ligada às prendas domésticas e ao cuidado do lar.

Constata-se que mesmo que o discurso veiculado esteja em favor do alargamento do campo de atuação da mulher na sociedade, o que ocorreu, na prática, foi uma tentativa de associar suas funções domésticas à trabalhos

²³ Isaac Singer, em 1851, fundou sua fábrica de máquinas de costuras, as quais dispunham de caráter mais prático de uso, uma vez que tomou alguns dos princípios já inventados anteriormente. (Informações retiradas do site atual da própria fábrica, o qual contém um histórico da invenção desse equipamento). Disponível em <http://www.singer.com.br/institucional/historia/primeiros_inventores_maquina_costura.asp> Acesso em 27 out 2010.

julgados como próprios à sua natureza. Buscava-se encontrar um meio em que seu desempenho não viesse a interferir no bom funcionamento do lar, bem como seu trabalho não interviesse nas funções tidas como masculinas.

Até mesmo ativistas feministas, como Mariana Coelho, percebiam a possibilidade de conjugar ambas as atividades: “[...]De mais a mais que a sua profissão a não inibe absolutamente de ser, em todo o terreno, muito boa dona-de-casa” (COELHO, 2002, p. 47). No entanto dispunham de explicações bastante severas acerca da dificuldade encontrada pelos homens em conceder lacunas que viabilizassem a participação da mulher para além dos deveres domésticos:

uns e outros exprimem pela obsoleta e conveniente afirmação: a mulher deve ser apenas dona-de-casa. Claro que nesta obstinada opinião se sente, latente e ridículo, o medo – da parte de uns, à concorrência a empregos e profissões; - de outros, à falência ruínosa do seu estulto autoritarismo e superioridade, com relação à sua companheira – ao que eles são secularmente acostumados. Não podendo ela emancipar-se do seu modesto papel de dona-de-casa, todo o poder se concentra na mão egoísta do seu senhor, porque a ela lhe faltam elementos até para reconhecer que na sua posição de escrava sucumbiu a altiva dignidade que lhe havia aureolar a fronte. Convém ao homem a tradicional ignorância da mulher – porque é este o único alicerce em que ele pode firmar, tranqüilo e confiante, o cetro do seu revoltante predomínio sobre ela” (COELHO, 2002, p. 45)

Constitui-se, analisando as palavras da autora, uma forma de controle social por parte dos homens. Estes, nos mais variados espaços, buscam estratégias para subtrair das mulheres aquilo que possivelmente lhes permitiria alcançar certa independência do universo masculino: a educação e o trabalho.

Ainda quando a concessão lhes é feita as mulheres avançam em um espaço já abandonado pelos homens. Não que consista em uma situação de rivalidade, mas de um “abandono silencioso”, como salienta Lagrave (1991), o que vem a reforçar ainda mais o afastamento de ambas as posições. A autora destaca como o *leitmotiv*, o fio condutor, que permeou no século XX acerca dessa discussão, a seguinte premissa:

uma educação e um trabalho para as mulheres, sim, mas sob vigilância e sob condições, com a reserva de que nenhuma

consequência daí resulte para a família, com a reserva de elas se manterem naquilo que é aceitável para as mulheres em cada época, com a reserva de que não criem problemas à escassez e à excelência dos títulos e dos postos ocupados pelos homens. (LAGRAVE, 1991, p.506)

Ou seja, um sistema de segregação sexual predominava e, desde o início da escolarização dos meninos e meninas, seus princípios eram inculcados a ponto de viabilizar tal separação nas futuras posições de trabalho. Conclui Lagrave (1991, p.506-507) que o século XX foi marcado pela entrada das mulheres à educação e ao salariedade, no entanto assinalada por “uma desigualdade das possibilidades escolares e da não miscibilidade das profissões”. O que vem a reforçar que “a lei da alternância não tem peso: as posições dominantes são sempre ocupadas por homens, as profissões desvalorizadas por mulheres”.

Essas questões que tratam dos limites e barreiras entre sexos feminino e masculino ultrapassam o âmbito da escolarização e da profissionalização. Ou melhor, são consequências do que podemos chamar das divisões do mundo social.

Perrot (2005, p. 459) faz uma interessante relação de equivalência entre essa divisão sexual dos espaços e das esferas sociais, o público e o privado: “aos homens, o público, cujo centro é a política; às mulheres, o privado, cujo coração é formado pelo doméstico”. Enquanto à elas cabe a ordem geral da sociedade, visando garantir a reprodução dos bons costumes no seio familiar, à eles os negócios do governo, que reafirmavam a possibilidade da manutenção dessas condições.

Assim, a imagem da mulher trabalhadora associada à sua função de reprodutora tende a se fortalecer e, em consequência, dificultar o seu reconhecimento enquanto parte da esfera pública. Seu caminho, portanto, está predestinado a produzir brechas em favor de sua visibilidade.

Visando compreender por quais caminhos as mulheres poderiam sim buscar maior espaço de circulação, bem como a legitimação e reconhecimento de seu lugar, especialmente pelo viés da profissionalização e tentativa em colocar-se no mundo do trabalho, discorreremos sobre os meandros dessa escolarização profissional feminina em ascensão no início do século XX.

1.3 A mulher no ensino profissional: busca de uma identidade social pelo trabalho?

Uma nova fase na vida político-econômica brasileira se inicia com a instalação da República, em 1889. Embora, para as elites dirigentes, a agricultura se constituísse a principal atividade econômica do país, já se reconhecia a necessidade de diversificação das atividades econômicas exploradas, inclusive uma tímida abertura ao desenvolvimento industrial se principiava.

Inerentes a esse promissor processo de industrialização, mudanças no universo do trabalho vão se fixando. Artesãos paulatinamente vão sendo substituídos por operários, assim como a mecanização das tarefas vai se incorporando cada vez mais ao ambiente fabril. Logo, as condições de vida dos trabalhadores são configuradas conforme essas novas peculiaridades e assim vão vendo seus salários decaírem, bem como o espaço de trabalho ser dividido, muito comumente, com crianças e mulheres.

A seguir um retrato de como se configuravam as ocupações no ano de 1920 no Brasil, atentando à divisão das atividades por sexo, bem como à representatividade da parcela feminina em cada campo de trabalho:

TABELA 1: OCUPAÇÕES DA POPULAÇÃO NO ANO DE 1920

Ocupações	Homens	Mulheres	Componente feminina (%)
Agricultura*	5.843.665	607.865	9,4
Indústria**	758.757	429.600	36,2
Capitalistas	27.384	13.406	32,9
Comércio	474.707	22.841	4,6
Transporte	249.879	3.708	1,5
Forças armadas e polícia	88.363	--	-
Religião	6.059	2.944	32,7
Profissões liberais***	107.634	51.474	32,4
Emprego e administração pública	94.487	3.225	3,3
Administração privada	37.303	2.864	7,1
Serviço doméstico	70.335	293.544	80,7
Mal definida ou desconhecida	369.911	46.657	11,2
Sem profissão****	7.314.334	13.713.659	65,2

* Inclui pecuária, mineração e pesca

** Inclui artesãos e costureiras

*** Inclui parteiras e professoras

**** Inclui os que não declararam profissão e os menores de idade

FONTE: Adaptado de HAHNER, June Edith. **Emancipação do sexo feminino**: a luta pelos direitos da mulher no Brasil. 1850-1940. Florianópolis: Ed. Mulheres, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003, p.225.

O serviço doméstico se constituiu como o local que mais ocupava as mulheres, dado, porém, justificável se retomarmos a questão da predominância masculina sobre os postos de trabalho, relegando às mulheres lugares que lhes fossem 'próprios'. Nesse caso, o inchaço da presença feminina nos serviços domésticos remete à compreensão de que a elas restariam atividades que demandassem conhecimentos domésticos.

Ainda a agricultura agrupava a maior quantidade de trabalhadores, porém a componente feminina permanecia em baixa porcentagem, apenas 9,4%. Já a indústria, abrigava sete vezes menos trabalhadores, portanto ainda em fase de crescimento para lançar-se como principal atividade econômica nas décadas seguintes, mas garantia 36,2% do seu total composto por mulheres.

Interessante ressaltar a importância assinalada pela Primeira Guerra Mundial nesse contexto de crescimento industrial, uma vez que as dificuldades por ela impostas para a importação de produtos do exterior, resultaram numa impulsão para a instalação de um grande número de fábricas no país, a fim de garantir sua subsistência no que tange a produtos industrializados, logo demandando uma maior quantidade de trabalhadores.

Levando em consideração a crescente necessidade de preparação de mão de obra com mais qualificação do que a que a existente até então, essas questões de trabalho e formação dos trabalhadores por uma educação profissional demandaram maior atenção em seu tratamento.

Nesse período pós-instauração do novo regime político, a educação esteve no centro das discussões e debates que visariam implementar mudanças em favor de sua modernização. Sendo a escola uma das instituições responsáveis por colocar em prática tarefas concernentes a essas transformações, lhe foi incumbido, dentre outras tarefas/funções, dotar de preparo técnico o operário da indústria em desenvolvimento.

A conjuntura histórica, portanto, acabou favorecendo a expansão do ensino profissional no Brasil, demarcando o surgimento de um movimento preocupado em estabelecer algumas políticas públicas direcionadas a essa modalidade de ensino.

No entanto, esse interesse de investimento no ensino profissional poderia denotar duas pretensões de naturezas diferentes, ora de ideologia conservadora, ora de ideologia progressista: respectivamente, poderia ser visto como um instrumento de controle social, em que a ocupação e a civilidade entrariam em cena no lugar do ócio e da desordem; assim como entendido enquanto ferramenta impulsionadora do desenvolvimento das forças produtivas, agregando e propagando os princípios do progresso, da democracia e da civilização para dentro das indústrias. (CUNHA, 2000)

Como núcleo comum a ambas as perspectivas encontra-se um objetivo formativo, qual seja, a busca pela preparação de um cidadão capaz de produzir ativamente pelo trabalho, sendo que como ponto estratégico desse processo, encontra-se justamente o apreço pela nova aprendizagem profissional.

Outro aspecto interessante de ser observado refere-se às tendências de países industrializados como Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos

quanto à formação profissional que desenvolviam. Estes, fundamentalmente baseavam-se na especialização e técnica dos trabalhadores. As características seguidas pelas escolas profissionais de São Paulo²⁴, segundo Caraponale (2009), condizem ao modelo francês de condução do ensino profissional no que tange a preparação através da aquisição de conhecimentos teóricos e habilidades manuais que resultassem em uma qualificação não especializada em demasia. Os ofícios deveriam ser aprendidos nas próprias escolas profissionais e não em paralelo, nas oficinas privadas.

As discussões educacionais que abrangiam os contornos do ensino profissional e a busca por regulamentações no âmbito do trabalho, além de balizarem a vida dos sujeitos sociais que estiveram envolvidos nesse contexto, de aprender técnicas para desenvolverem suas atividades produtivas, estariam compondo um conjunto de medidas voltadas para um projeto nacional de desenvolvimento, no qual a educação para a profissionalização começa a ser entendida como uma necessidade social.

Afrânio Peixoto²⁵, em sua obra *Educação da Mulher*, ressalta como imperativo educacional justamente a preparação para ganhar a vida fora de casa, incluindo uma “educação geral que cultive e desenvolva o espírito; a inteligência que decifra e resolve as dificuldades da vida e a quota instrutiva de conhecimentos que se utilizam para conseguir e facilitar isso” (PEIXOTO, 1936, p.199). Complementa destacando que a orientação deveria ser feita sob dois aspectos: escolar, para aperfeiçoamento espiritual, “pragmaticamente útil”, bem como vocacional, técnico ou artístico para “maior rendimento econômico”.

Algumas iniciativas que consideravam e se traduziam em certas melhorias ao ensino profissional brasileiro ocorreram desde o início do século XX, como é o caso do Decreto n. 7.566 de 1909 que criava sob a jurisdição do Ministério dos Negócios, Indústria e Comércio, dezenove Escolas de

²⁴ O governo de São Paulo, na Primeira República, investiu em um projeto de educação profissional que se desenvolveu em várias escolas por todo o Estado paulista. As experiências dessas instituições, em suas minúcias podem ser conferidas em: OLIVEIRA (1992); BUFFA & NOSELLA (1998); TAIRA (2000); GONÇALVES (2001); MORAES & ALVES (2002); MARQUES (2003); CRUZ (2008); CARAPONALE (2009).

²⁵ Nasceu na Bahia e consolidou sua vida pública no Rio de Janeiro. Lá, ocupou os cargos de inspetor de Saúde Pública, diretor da Escola Normal do Rio de Janeiro, diretor da Instrução Pública do Distrito Federal e reitor da Universidade do Distrito Federal, dentre outros. Dentre suas obras, circulou pelos caminhos do romance, ensaios, jurisprudência e educação. Neste último campo escreveu *Noções de História da Educação* (1933) e *A Educação da Mulher* (1936).

Aprendizes Artífices²⁶, destinadas ao ensino profissional, primário e gratuito; a lei n. 3453 de 1918, que autorizou o governo a rever a questão do ensino profissional no país; e do Decreto n. 13.064 de 1918, que instituía um novo regulamento a essas Escolas de Aprendizes Artífices, instituições que se consolidaram como fundamentais ao ensino técnico-profissional ao longo do século.

Essas ações nacionais, em linhas gerais, contemplam especialmente mudanças ocorridas no ensino profissional voltado ao público masculino, alvo dessas instituições criadas em 1909. Especificidades que relacionem o universo feminino à educação profissional nesse período podem ser encontradas em algumas iniciativas de ordem estaduais.

Ao estudar as escolas de formação profissional femininas do Distrito Federal, Bonatto (2001b, p.4) menciona algumas medidas tomadas pelo governo da capital em favor da presença do público feminino nessa natureza de ensino. Dentre outros, refere-se ao Decreto n. 981 de 1914, que instituía as finalidades do ensino técnico profissional, os cursos que deveria oferecer e sua duração e o Decreto n. 1.066 de 1916 que regulamentou o ensino profissional, determinando que o Curso Profissional compreenderia o curso de adaptação e o de ofícios.

A mesma autora salienta ainda a importância, para o ensino profissional voltado às mulheres, de um movimento de expressão feminino, organizado pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Essa instituição defendia um ideário de educação referente à formação das mulheres para atuarem na sociedade e tinha dentre suas preocupações a educação profissional. Podemos destacar, portanto, como ponto culminante de sua atuação, a Conferência pelo Progresso Feminino, realizada em 1922, no Rio de Janeiro que

como reflexo de parte do pensamento do movimento feminista que se instalava no Brasil, trazia algumas questões sobre a formação profissional para as mulheres, que cabe aqui destacar. Na “Comissão de Educação e Instrução”, que contava com a participação de Carneiro Leão, como Diretor da Instrução Pública do Distrito Federal, colocava a preocupação com as profissões no comércio exercidas majoritariamente por mulheres e com a formação dada pelas escolas de Comércio; o aumento da oferta dessa mão de obra poderia levar a um

²⁶ Mais informações acerca da Escola de Aprendizes e Artífices do Paraná, cf. PANDINI (2006).

rebaixamento de salários de profissões como, por exemplo, de datilógrafa e de estenógrafa. No entanto, essas profissões *femininas* se apresentavam como alternativa à profissão de professora, abrindo um leque maior de opções para as mulheres. (BONATO, 2001b, p.2)

Analisando-se essas iniciativas em suas entrelinhas, o que se evidencia referente ao ensino profissional é a persistência da ideia de sua associação à possibilidade de regeneração social pelo trabalho, ou seja, seus direcionamentos voltavam-se à preparação das classes proletárias, prioritariamente. Caraponale (2009, p.4) reforça essa premissa, afirmando que “o ensino profissional teria o objetivo de atingir uma população específica (filhos de operários), visando à constituição do mercado de trabalho”.

Ainda assim, ousadas publicações tratavam de destacar a importância do trabalho até mesmo para as mulheres de elite. Pagu²⁷, em seu tom burlesco de escrever, ressalta:

“Sempre obedientes ao cocktail obrigatório, ou ao chá insípido e à torradinha medida, descorada e imbecil, capaz de guiar um automóvel de luxo e manejar um golf em miniatura, mas incapaz de um esporte sadio, de um trabalho forte manual ou de produzir uma geração inteligente e uma raça perfeita. Eternas indispostas, pensando, chorosas as gordurinhas nascentes – torturadas pela dor de cabeça quotidiana e educação falsa.[...] Estamos na pré-época da mulher proletária e instruída, esplêndidas de formas. Mulher do trabalho, mas bem alimentada. Esportiva, mas sem um regime cansativo e obrigatório. Mulher sadia, sem vislumbre de masculinidade.[...] Si a mulher em vez das noites de dancings e dos dias de torrada, tomasse uma alimentação esplendida, um esporte dosado, um trabalho sadio e uma educação inteligente, longe de se masculinizar nem de criar um tipo raquítico, seria a verdadeira mulher. Bem mulher e bem forte.” (GALVÃO, 2009, p.4)

Como peculiaridade ao sexo feminino, podemos destacar que devido a sua atuação menos participativa no âmbito público da sociedade, as

²⁷ Pseudônimo da escritora, jornalista e militante política Patrícia Rehder Galvão (1910-1962). Mulher conhecida por escrever uma história de vida tumultuada e contraditória, em luta de causas de frentes culturais e políticas. Interessantes passagens de sua biografia cf. FURLANI & FERRAZ (2010).

implicações dessa tentativa de preparação para o trabalho configuraram-se mais suavizadas. Desejava-se sim aprontar a mulher de classe desfavorecida para algum ofício que lhe proporcionasse sustento, no entanto, isso só deveria ocorrer se realmente houvesse necessidade, já que se difundia a ideia de que o lugar mais apropriado para desenvolver suas tarefas fixava-se em seu lar. Quanto às mulheres de elite, discursava-se em favor de sua educação para acompanhar seus maridos em apresentações à sociedade; nem ao ‘trabalho sadio’ nem à ‘educação inteligente’, salientados por Pagú.

Peixoto (1936), sempre enérgico, defende o papel do trabalho moralizador para as mulheres, em que as escolas as municiem de aprendizagem de rudimentos profissionais a fim de oportunizá-las, por meio de uma educação técnica integral, o ‘completo êxito profissional’. Salienta que

há, neste endereço, muito a fazer, mas se vai e irá fazendo com a educação profissional. Entre nós, esta expressão era, infelizmente, mal compreendida. Os educandários femininos, à imitação da educação burguesa e capitalista, dotava as raparigas de prendas ridículas, bordados, flores, artes decorativas, sem considerar na vida que iriam viver essas criaturas. A conseqüência era deplorável: era a perda, o desvio por maus caminhos, pois, na vida, piano, línguas estrangeiras, dança, bordados levam, as necessitadas, à penúria, de onde à perdição. (PEIXOTO, 1936, p.172)

A Constituição brasileira de 1937, a primeira a tratar especificamente do ensino técnico, profissional e industrial, sintetiza a destinação desse tipo de ensino às classes menos favorecidas. Destaque para o artigo 129:

O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais.

Porém, como primeiro espaço de debate acerca da instrução profissional como fundamental para compor o sistema educacional brasileiro, segundo Lima (2007), podemos citar o documento planejado por Fernando de Azevedo, “o Inquérito”, realizado no ano de 1926. Este se pode dizer, representou uma

idealização de um plano mais amplo de educação para o país, o qual contemplou apontamentos acerca da situação em que se encontrara o ensino técnico-profissional até então, e sugeria formas de melhorias. Segundo Lima (2007, p.44)

sobre o ensino profissional, esse documento apontava a precariedade e a falta de organização proveniente do “desinteresse e ignorância” do governo em relação ao tema. Entre as falhas apontadas estão: as escolas funcionando com instalações rudimentares, o despreparo do professor que muitas vezes tinha formação apenas no curso normal e os próprios objetivos que deveriam ser alcançados pelo ensino de ofícios, carente de um sistema de ensino profissional que se organizasse desde o ensino elementar.

Em 1932, Azevedo esteve à frente de mais debates que trataram dessa temática em âmbito nacional. Foi redator de um texto de produção coletiva denominado “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.” Esse documento se destacou por se tratar de uma organização e sistematização das pretensões instituídas pelas reformas da década anterior, bem como por evidenciar a função da educação para política varguista que sucederia (LIMA, 2007, p.46).

Em relação ao ensino profissional, o manifesto defendia uma escola secundária que evitasse a separação entre trabalhadores manuais e intelectuais, considerava este o ponto nevrálgico na estruturação de um plano educacional. Dessa forma, propunha uma escola secundária que teria uma base comum de cultura geral com duração de três anos que se bifurcaria em um eixo de preponderância intelectual (humanidades, ciências: física, matemática, química e biológica) e outro de preponderância manual com cursos voltados à preparação de atividades profissionais decorrentes da extração de matérias-primas (escolas agrícolas, de mineração e de pesca), da elaboração de matérias-primas (industriais e profissionais) e distribuição de produtos (transportes, comunicações e comércio). (LIMA, 2007, p.45)

Além disso, na década de 30, houve a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública como importante instrumento de definição de especificidade à educação em seus diferentes níveis. O órgão responsável por

tratar do ensino profissional nesse Ministério era a Inspetoria do Ensino Profissional Técnico, em 1934 renomeada para Superintendência do Ensino Profissional. Essas remodelações poderiam significar um momento em que o ensino profissional começa a ser visto com maior acuidade, priorizando ações que favorecessem a expansão do proeminente ensino industrial bem como a ampliação de novas especializações nas demais escolas profissionais.

Veremos, portanto, no próximo capítulo de que maneira essas redefinições no universo profissional, em termos de preparação para o trabalho, se efetivaram nas sinuosidades da história escrita pelas mulheres e sobre as mulheres da Escola Profissional Feminina de Curitiba.

2. ESCOLA PROFISSIONAL FEMININA DE CURITIBA: EMERGÊNCIA DE UMA PROPOSTA PARA A EDUCAÇÃO DAS MENINAS E MOÇAS DA CAPITAL

2.1 Arte, educação e trabalho no projeto modernizador de Curitiba: breves apontamentos

Assim como outras capitais brasileiras, Curitiba, em finais do século XIX e início do XX, engajava-se num movimento de mudanças em seu cenário político, cultural e econômico. Pretendia lançar-se moderna em sua organização urbana e buscava redefinições no compasso da rotina da população. A fim de acompanhar a adequação ao discurso modernizador²⁸, seu redimensionamento perpassa, portanto, por questões de ordem urbanística e cultural, visando se inserir no círculo do progresso. Myskiw (2008, p.1), ao propor uma discussão acerca da produção e circulação da cultura impressa em Curitiba na transição dos séculos XIX e XX, retrata algumas particularidades deste momento:

Curitiba, a exemplo do Rio de Janeiro e São Paulo, também passava por mudanças em vários níveis da sociedade através da disseminação de ideias e práticas novas havia pouco chegadas do continente europeu sob o emblema da *Belle Époque*, em que se entendia que o progresso material e cultural fazia-se necessário para o “bem de todos”. A “evolução” humana e social pautava-se nos padrões fixados pela ciência européia, expressa e perceptível de diferentes maneiras pelas mais diversas camadas da população.

²⁸ Entende-se como discurso modernizador os ideais e concretizações empreendidos pela classe burguesa, professando em favor da reorganização do Estado, com o intuito de divulgar as novidades por ela trazidas, a fim de exaltá-la e relegar ao esquecimento os feitos imperiais. Cunha (2001), em seu estudo acerca do processo de feminização da cultura em Curitiba de finais do século XIX e início do XX, investe em analisar a aplicação do que se compreende como moderno à cidade de Curitiba. Destaque para o seguinte trecho, que colabora para as explicações desta pesquisa: “O caráter fragmentário da incessante experimentação do novo na modernidade revelava a característica transitória e fugidia das transformações que acompanharam a vida dos habitantes de Curitiba neste período. Sentindo o acelerar do tempo, o encurtar das distancias, o dia-a-dia da ‘pequena urbs’ em construção, via a ampliação tanto das inter-relações e interdependências entre as pessoas quanto das formas de ver e entender o outro [...]” (CUNHA, 2001, p.36)

Investimentos de grande destaque para impulsionar esse plano de ascender-se diante do país e do mundo, ocorrem pelo viés da cultura. Berberi (1998, p.16) afirma que, para uma paisagem que aspire a modernidade, a produção cultural proporcionará alimentar esse ideal, “sendo ao mesmo tempo alimentada e impulsionada por ele, em uma espécie de movimento circular”. Nesse sentido, uma das formas de representação dessa cultura, a arte, entendida como “portadora de poderes quase divinos, capaz, graças a sua pureza, de transformar o indivíduo” (ANTONIO, 2001, p. 17) recebe certa notoriedade e encontra um espaço na sociedade para ver atear suas iniciativas. A chegada de artistas estrangeiros²⁹ ao estado e à capital propiciou uma atmosfera interessante para o desenvolvimento de atividades ligadas ao mundo artístico.

A educação, nesse contexto, apresentava-se como uma lacuna a ser preenchida nas preocupações dos dirigentes no tocante à organização do ensino. A ideologia liberal que acompanhou o processo de recém-criação da província do Paraná (1853) incentiva a promoção da instrução escolar enquanto via primordial para o avanço da sociedade burguesa. Reformas e transformações de natureza pedagógica tornam-se fundamentais para a capital seguir rumo ao progresso. Portanto, demandar atenção a esse setor da sociedade significaria professar em favor dos princípios modernos.

Arte e educação nesse período de transição dos séculos XIX-XX, tornaram-se dois eixos condutores de um mesmo propósito. Personalidades como Antonio Mariano de Lima³⁰ e Alfredo Andersen³¹, atuando em momentos distintos, marcaram o pioneirismo do desenvolvimento de ações pedagógicas inovadoras ao ensino da arte³² através de suas instituições educativas. Até então, segundo Osinski (1998, p.185), a cidade de Curitiba não contava com nenhuma atividade de ensino sistematizado relacionada às artes plásticas. No

²⁹ Além de Antonio Mariano de Lima e Alfredo Andersen, que serão citados no decorrer do texto, já que tiveram suas escolas próprias de ensino da arte, Guido Viaro e o casal Koch, como retrata Osinski (1998), também se consolidaram como importantes figuras dentre os arte-educadores de Curitiba. Interessante ressaltar que a temporalidade de ação desses artistas são distintas.

³⁰ Cf. SANTANA (2004) para informações a respeito da trajetória pessoal e profissional desse artista.

³¹ Cf. ANTONIO (2001) a fim de obter esclarecimentos acerca do artista e sua relação com ensino da arte.

³² Cf. OSINSKI (1998), que em sua dissertação de mestrado analisa o processo de implantação do ensino da arte no Paraná, dedicando-se a estudar os pioneiros da arte-educação e suas contribuições para o meio cultural em destaque .

entanto, apesar de dificuldades encontradas pelo caminho, partiram em busca de concretizarem seus projetos.

Cada um à sua maneira! Primeiramente, em 1884, chega à capital Mariano de Lima³³, um jovem português, atento às novidades artísticas de seu continente de origem, a aplicação de artes e ciências ao trabalho industrial. Fora, ainda, influenciado por contatos estabelecidos com o diretor do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro³⁴, Bithencourt da Silva³⁵. Como resultado, pensou em um projeto que convergisse sua formação, experiência e tendências modernizantes para a sua escola. Esta incluía, dentre outros, incentivo aos operários por meio do trabalho manual através de horários flexíveis, gratuidade na ofertas de cursos, indistinção de credo ou nacionalidade para matrícula, etc. (SANTANA, 2004).

Andersen³⁶ teve seu primeiro contato com Curitiba em 1893, quando visitou a escola de Mariano de Lima e se impressionou com seu trabalho. Também apostava no ensino do desenho como base da atividade operária. Lamentava o fato de a capital paranaense, com boas condições de estimular o industrialismo, ainda não contar com uma escola de desenho mantida pelo governo. Baseando-se nos modelos modernizantes europeus, direcionado por premissas de que a atratividade e competitividade dos produtos industrializados aumentavam à medida que o desenho aplicava-se nesse meio, idealizava uma escola preocupada com a inserção de jovens ao mundo do trabalho. (ANTONIO, 2001)

Osinski (1998, p.213), referindo-se a um paralelo traçado por Adalice Araújo entre Mariano de Lima e Andersen, nota semelhanças em seus percursos profissionais:

³³ Antes de chegar a Curitiba em 1884, contratado para pintar os cenários do Teatro São Teodoro, Mariano de Lima permaneceu na cidade do Rio de Janeiro por aproximadamente um ano logo que desembarcou de Portugal. (SANTANA, 2004, p.19)

³⁴ Sobre essa instituição Cf. BIELINSKI (2003).

³⁵ Francisco Joaquim Bithencourt da Silva (1831 – 1911), educador e arquiteto, liderou um movimento que culminou na fundação da Sociedade Propagadora de belas Artes do Rio de Janeiro e do Liceu de Artes e Ofícios desse mesmo estado, em 1857 e 1858 respectivamente. Cf MURASSE (2002).

³⁶ Alfredo Andersen, nascido na Noruega, esteve a primeira vez no Brasil para executar um trabalho de pintura na Paraíba em 1891. Em seguida retornou à Europa, e já em 1893 desembarcou no Brasil novamente, agora no Paraná, mais especificamente na cidade de Paranaguá. Lá permaneceu até 1903 (há divergências com relação a essa data) até se dirigir a Curitiba, convidado a realizar a pintura de alguns retratos de uma importante família da cidade. (ANTONIO, 2001, p.11-15)

Ambos lutaram toda a sua vida pela criação de uma escola de artes que atendesse, tanto às necessidades de formação do artista produtor, como de formação, através do desenho, de um proletariado qualificado para a indústria, preconizando de certo modo, a criação do que hoje se entende por Escola de Desenho Industrial. Ambos conheceram grandes dificuldades financeiras, descobriram importantes talentos locais, e foram, finalmente negados, contestados, e mesmo caluniados. Mesmo assim, os dois artistas foram responsáveis pelo lançamento das bases para que, dentro de um processo cultural, se desenvolvesse a Arte Paranaense

Insistiram em seus planos, em tempos diferentes, cada um provido de suas particularidades; logo puderam ver seus ideais materializados em um tipo de instituição voltada especialmente para o ensino da arte. A Escola de Desenho e Pintura de Mariano de Lima, em 1886 e a Escola de Artes de Alfredo Andersen, em 1902, que ora atuaram pelo viés da formação do artista pintor, que seguiria por caminhos de uma ‘arte desinteressada’³⁷, ora pelo ensino do desenho como preparação para um trabalho qualificado.

2.2 Os primeiros passos do *Templo da Arte*³⁸

Considerando o objeto de pesquisa deste trabalho, relevo maior será dado às iniciativas de Antonio Mariano de Lima, já que sua instituição se constitui como a precursora da Escola Profissional Feminina de Curitiba.

Fundada com a intenção de preencher uma lacuna educacional não só de Curitiba, mas do Paraná, a escola de Mariano de Lima buscou desenvolver o talento dos jovens artistas locais e, também, proporcionar aprendizado em ofícios práticos, facilitando a entrada dos alunos no mercado de trabalho. O autor do projeto, Antônio Mariano de Lima, idealizou uma instituição do porte das então existentes na Europa e América do Norte (SANTANA, 2004, p.8)

Acompanhar as tendências do exterior, ou até mesmo do Distrito Federal³⁹ e São Paulo⁴⁰ no que tange ao ensino de artes e ofícios, condizia uma tentativa

³⁷ Refiro-me à arte pela arte, desligada de funções pedagógicas.

³⁸ Termo originário da imprensa curitibana ao referir-se à Escola de Mariano de Lima.

de tornar-se moderna. No entanto, até que ponto Curitiba encontrava-se devidamente preparada para abrigar e manter uma instituição desse porte?

A Escola de Desenho e Pintura de Antonio Mariano de Lima teve suas atividades iniciadas em 1886, sendo agraciada com muitos elogios pela imprensa local, por se tratar de uma iniciativa pioneira em seu gênero de atuação, bem como por oferecer seus serviços gratuitamente à população. Porém seu ano letivo oficial foi o de 1887, já que no ano anterior as aulas de desenho e pintura começaram no mês de julho acanhadamente, permitindo que a partir de então, fosse divulgada a abertura de matrículas para o ano subsequente. A inauguração oficial, segundo Santana (2004), ocorreu em 6 de janeiro de 1887, contando com 68 inscrições, incluindo homens e mulheres. Naquele momento não havia um prédio próprio para seu funcionamento, as aulas iriam ser ministradas numa sala do Ginásio Paranaense.

Abrir um curso que envolveria ambos os sexos num mesmo espaço, no mínimo, causaria estranhamento à população, bem como possibilitaria que polêmicas fossem criadas em torno dessa questão e críticas da sociedade da época fossem disseminadas pela cidade. Afinal, essa prática denota o que Perrot (1988) chama de “relações assimétricas entre os sexos”, ou seja, uma construção social capaz de legitimar diferenças na distribuição dos papéis dos homens e mulheres. Ao sexo frágil, menor prestígio e poder, e aos homens, mais. As controvérsias a que a Escola de Desenho e Pintura estava sujeita eram provenientes, portanto, da construção de um estatuto social que garantia a autoridade masculina. Como poderiam, então, homens e mulheres estar freqüentando um mesmo curso num mesmo lugar?

³⁹ BONATO (2001a) atenta para as primeiras iniciativas no Rio de Janeiro: “Os Institutos e as escolas profissionais começaram a ser criadas no município do Rio de Janeiro ainda no século XIX, se consolidando nas primeiras décadas do século XX como uma possibilidade de formação de mão-de-obra para uma sociedade republicana que se instituiu e que se pretendia moderna; e no caso das meninas também como uma escola de formação doméstica. Com isso, nas primeiras décadas do século passado vamos encontrar algumas escolas públicas para a formação profissional das meninas e meninos pobres. Entre elas os Institutos Profissionais para o sexo Masculino e o Instituto Profissional para o sexo Feminino.”

⁴⁰ NASCIMENTO (2005) retrata o caminho inicial no estado de São Paulo: “Como concretização do discurso em defesa da escola popular e profissionalizante, em 1873, foi criada a Sociedade Propagadora da Instrução Popular por um grupo de representantes da sociedade paulista para dar os conhecimentos indispensáveis ao cidadão e ao operário. A instrução popular era vista como uma vacina civilizadora. A escola criada pela Sociedade Propagadora tinha por objetivo de preencher o vácuo da formação de um tipo de profissional cada vez mais requisitado por um mercado de trabalho que tendia a crescer e a diversificar-se. Em 1882, a Escola da Sociedade Propagadora da Instrução Popular passou a ter o nome de “Liceu de Artes e Ofícios de S. Paulo” e a sua consolidação ocorreu em 1896, já no regime republicano e federativo”.

Em uma matéria publicada no jornal *A Republica*, intitulada “A educação feminina”, reclama-se por escolas que preparassem devidamente a mulher a exercer sua função de ‘atender aos deveres domésticos’, ressaltando ainda a importância de se diferenciar os sexos para realizar uma boa educação: “Ora, considerando que os destinos e as ocupações dos dois sexos são bem diferentes, é natural que deveria ser bem diversa a sua educação e a sua preparação para a vida” (A REPÚBLICA, 16 abr. 1910). Além de proferir em favor da preparação da mulher para os “encargos domésticos”, afastando-a da possibilidade de se entrelaçar ao espaço do trabalho, o autor da matéria sinaliza muito bem que não só a educação, mas sua “preparação para a vida” deveria distinguir-se do que é oferecido aos homens em suas atividades.

No entanto, o que se percebeu foi que a causa de incentivo à educação da mulher, nos mais diversos espaços de conhecimentos, foi defendida por alguns intelectuais, e passou também a circular pelos jornais da capital. As primeiras páginas de alguns periódicos traziam, vez ou outra, reportagens que tratavam da educação feminina, dos direitos da mulher, de sua missão frente à sociedade por esse viés favorável à educação, como por exemplo, esta, retirada do jornal *A República*:

Hoje, já ninguém estuda somente para saber todo o ensino que não tenha uma objetividade prática, que não prepare o indivíduo para a existência, parece-nos ocioso e vão. É por isso que, sem sacrifício do ensino destinado somente ao desenvolvimento intelectual do eu, os cursos modernos têm um caráter acentuadamente prático, quase utilitário. A revelação tem sido profunda, mais especialmente no ensino da mocidade feminina, que as circunstâncias econômicas e a evolução da moral (traduzindo-se nas dificuldades da colocação pelo casamento) colocaram em embaraçosas condições. (A REPÚBLICA, 24 abr. 1914)

Mesmo esbarrando-se em limitações de ordem social, como as questões econômicas e morais apontadas, o ideal de formar “seres integrais” da educação moderna deveria também se estender às mulheres, como justificativa de elevar o espírito e imprimir-lhe certas distinções. Interessante relevo ainda ao termo “caráter acentuadamente prático” citado, o que poderia remeter a uma educação voltada para os afazeres domésticos das mulheres. No entanto, o

fato de o referido ensino colocá-las em “embaraçosas condições”, sinaliza que os cursos utilitários a que se fez menção poderiam não se tratar de cursos domésticos, já que estes não as colocariam nessas condições, mas cursos eminentemente práticos que as habilitariam a seguir ao trabalho fora de casa.

Assim, a escolha em coadunar alunos e alunas na instituição, apesar de abrir espaço à população que se escandalizasse, não interferiu em seus trabalhos. Em relatório preparado em 1888 pelo Sr. Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, então presidente da Província, os elogios a Mariano de Lima e sua escola são fortemente demarcados:

Pela perseverança, amor à arte e desinteressada dedicação do hábil professor que dirige, Sr. Antonio Mariano de Lima, tem se mantido esta utilíssima escola, desenvolvendo entre nós o gosto pelo desenho e pintura.

São admiráveis os progressos que apresentam seus alunos, alguns dos quais já tem produzido trabalhos de valor artístico que honram aquele distinto professor, recomendando seu zelo e proficiência.

O capricho com que se acha montada esta aula e sua peculiar organização, em cujas menores particularidades se nota o gosto e talento do artista, impressiona agradavelmente quem ali vai.

Sua extraordinária freqüência é a melhor prova da merecida confiança que inspira o Sr. Mariano de Lima, e por ai só bastaria para determinar todo auxílio e animação dos poderes públicos em favor de tal estabelecimento. (PARANÁ, 1888).

Nesse momento a Escola ainda não contava com atividades voltadas ao liceu industrial, como se percebe através do excerto do relatório, que ressalta apenas os ‘trabalhos de valor artístico’. Somente aulas de desenho e pintura eram lecionadas. Porém, esse período subsequente à inauguração da escola não foi de tranqüilo funcionamento. Ainda que a procura pelo curso fosse grande, e até mesmo a atenção dispensada pelas autoridades do governo em seus pronunciamentos oficiais em favor da merecida credibilidade a ser depositada na instituição, pouco se investia nela. Sendo assim, os problemas financeiros foram muito comuns desde seus primeiros passos.

Tratava-se de uma instituição que dependia de esforços e doações de terceiros, se constituindo enquanto iniciativa privada, e que receberia subvenção do governo provincial. Já no ano de 1884, em relatório expedido

pelo vice-presidente da província do Paraná, Sr Comendador Antonio Alves de Araújo, mencionava-se uma lei (n. 714 de 4 de dezembro de 1882) que autorizava a concessão de subvenção àqueles que se dedicassem à fundação de um liceu de artes e ofícios na capital. Muito provavelmente a quantia não correspondia às reais necessidades da escola. Sete anos após a inauguração oficial da Escola e o próprio governador do Estado reconhece em sua mensagem a insuficiência dos recursos: “É um estabelecimento que, com minguados recursos, cada dia se desenvolve graças à perseverança de seu diretor, e é digno de continuar a merecer favores do Estado” (PARANÁ, 1894a).

É possível remeter o sucesso da Escola ao grande esforço despendido por Mariano de Lima para manter sua instituição. Deste modo, o que levaria, então, o Estado a subvencionar uma escola de artes e indústrias na cidade, mas não mantê-la devidamente a fim de trazer bons resultados à população, e principalmente, aos olhos das autoridades interessadas, dentro e fora do Paraná?

2.3 Uma nova proposta de trabalho: liceu de ofícios

No ano de 1889 a Escola passou por algumas mudanças no que se refere à sua denominação, localização e proposta de trabalho. Em junho foi transferida para o edifício recém-reformado da Escola Carvalho, localizado na Rua do Aquidaban⁴¹, funcionando ambas as escolas concomitantemente e provavelmente em horários diferentes, e a partir do dia 8 de novembro passou a se chamar Escola de Artes e Indústrias do Paraná. Estas alterações significaram, ainda, o acréscimo, na escola, da tão esperada e almejada oferta de aulas como liceu de ofícios. (SANTANA, 2004)

Abaixo, uma imagem da fachada da Escola de Artes e Indústrias do Paraná em seu novo endereço. Um pequeno edifício, mas que denotava sua imponência enquanto uma instituição de ensino republicano em Curitiba.

⁴¹ Atual Rua Emiliano Pernetá, situada no centro da capital paranaense. No início do século XX esta rua contava com importantes instituições construídas aos seus arredores.

Contava com uma arquitetura simples similar à de outros edifícios escolares da cidade, com apenas um pavimento e sem espaço interno para abrigar o pátio.

Observa-se que, em um local de grande destaque está o nome da escola para a qual o prédio foi construído originalmente, a Escola Carvalho⁴², e logo abaixo, em destaque menor, o nome da escola idealizada por Mariano de Lima. O registro neste desenho refere-se à denominação que a escola passou a ter após 1887, Escola de Bellas Artes e Indústrias do Paraná, sobre a qual discutiremos mais adiante.

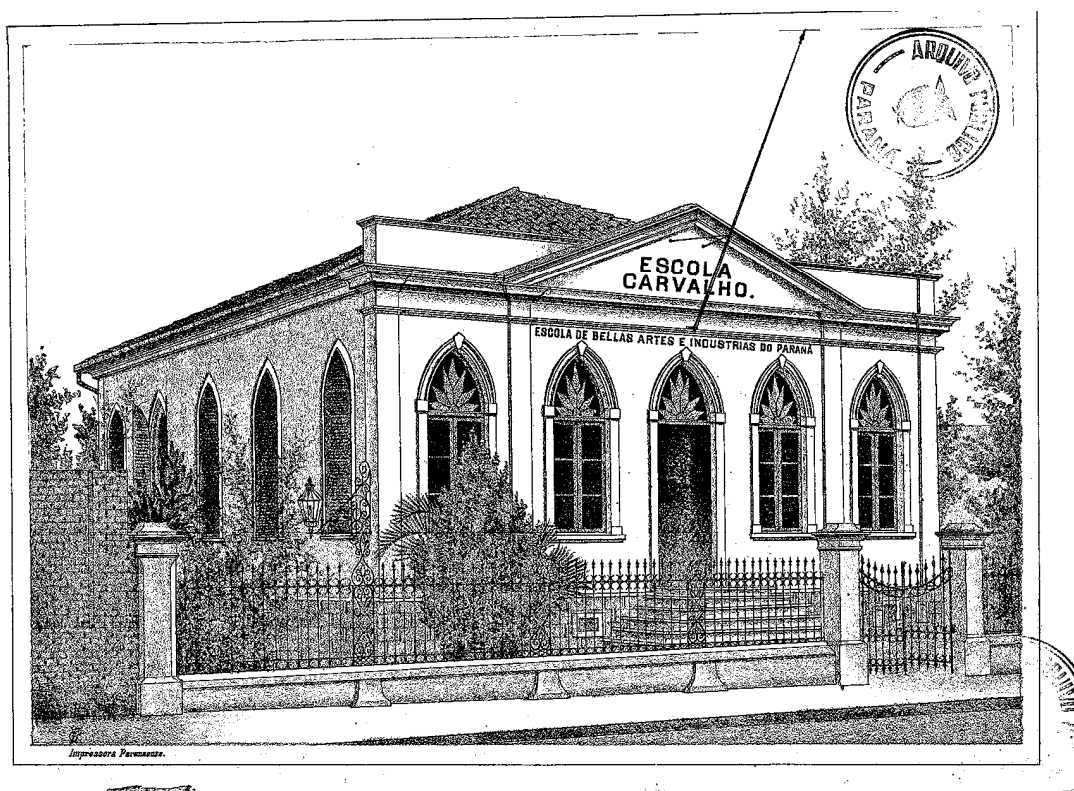


Figura 4: Fachada da Escola de Bellas Artes e Industrias do Paraná.
FONTE: Arquivo Público do Estado do Paraná.

Ao considerar a continuidade da grande procura por matrículas na instituição (em 1887, por exemplo, estavam matriculados 74 alunos e 45 alunas⁴³) mesmo após sua mudança de endereço, além do fato da natureza de

⁴² Esse edifício começou a ser construído em 6 de maio de 1882 em um terreno que, generosamente, foi cedido pelo Comendador Antonio Martins Franco e sua esposa, e inaugurado em 3 de dezembro do mesmo ano. A quantia gasta em suas obras foi proveniente de donativos. (PARANÁ, 1895)

⁴³ ESCOLA DE ARTES E INDÚSTRIAS DO PARANÁ (1887) em relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná. Considerar que o número de matrículas equivale ao interesse demonstrado em estudar na instituição, não estabelecendo relação direta com a taxa de frequência dos alunos.

seu ensino ser expandido também para o liceu industrial, entendendo que o espaço a ela destinado configurava-se inapropriado, tanto considerando as suas dimensões como, provavelmente, o despreparo para abrigar laboratórios de prática dos ofícios ensinados. Uma sinalização acerca do descaso com que era tratada pelos dirigentes.

Cerca de cinco anos depois, segundo Santana (2004), a Pinacoteca Paranaense também foi anexada à escola, representando uma iniciativa interessante para alocar, num único espaço, instituições distintas, mas que convergiam em atividades de caráter artístico e profissional. Ainda, conforme a autora, pretendia-se, posteriormente, construir um edifício apropriado para abrigar uma espécie de centro de estudos artísticos e profissionais - a Casa da Memória- que contaria então com o acervo da Pinacoteca, os trabalhos da Escola de Artes e Indústrias e espaços de convívio comum, como auditórios, salas de conferências e exposições, museu e biblioteca.

Porém, nem a participação da Escola na Exposição Universal de Chicago em 1893, o que representava à época o auge do tão aspirado alinhamento aos traços do progresso e da modernidade, repercutiu em receber maiores investimentos do Estado.

Mas isso também não impediu que a escola se expandisse em atividades, matrícula e reconhecimento, ainda que apenas por palavras proferidas e escritas. O corpo docente encontrava-se consideravelmente amplo, com 14 professores e 4 ajudantes. Dentre eles encontrava-se o próprio diretor da escola, Antonio Mariano de Lima; o vice-diretor, Dr. Vitor Ferreira do Amaral⁴⁴; e a esposa do diretor, D. Maria da Conceição Aguiar. Eram oferecidas 23 cadeiras aos alunos, sendo que o diretor, D. Maria Aguiar e mais dois outros professores não se responsabilizavam por apenas uma, Mariano de Lima, por exemplo, lecionava três⁴⁵.

Outro aspecto interessante a ser observado refere-se à presença ainda muito restrita de professoras na Escola, somente D. Maria Aguiar apresentava-se dentre o corpo docente e as outras mulheres citadas no relatório tinham a

⁴⁴ Vítor Ferreira, médico de formação, dedicou-se a várias funções de destaque no Estado do Paraná. Dentre outras, foi Intendente Municipal na capital, Superintendente do Ensino Público, redator-chefe e um dos fundadores do Diário do Paraná, diretor da Saúde Pública, e ainda, deputado estadual, federal e vice-governador do Paraná. A partir de 1912 dedica-se ao sonho de criar uma universidade em Curitiba e torna-se o primeiro reitor da Universidade Federal do Paraná. (cf. CAMPOS, 2006)

⁴⁵ Informações retiradas de Relatório de Dr. Vitor Ferreira do Amaral e Silva do ano de 1893.

função de ajudantes da instituição (eram responsáveis também por uma cadeira da escola). Ainda que o ensino estivesse, aos poucos, oportunizando mulheres à instrução para prepararem-se ao trabalho, observa-se que a abertura a elas trabalharem como professoras na própria escola, não ocorria à mesma proporção.

Santana (2004) traz um panorama de como estava o andamento da escola:

Em janeiro de 1895 já se encontravam em funcionamento os cursos de desenho artístico, artes plásticas, arquitetura, escultura, pintura e música, na parte de ensino de artes, assim como aqueles voltados para o aperfeiçoamento das artes industriais', como os de marcenaria, ferraria, carpintaria e decoração de casas. [...] Além do ensino artístico e industrial, a Escola de Artes e Indústrias contava também com as cadeiras de Geografia, História, Francês e, posteriormente, Alemão [...]

O reconhecimento também era visível. Tanto os jornais que circulavam no período, como os relatórios expedidos pelos superintendentes, secretários, e presidente da Província a órgãos governamentais superiores, tratavam de elogiar com muita empolgação os trabalhos de Mariano de Lima.

Este importante estabelecimento fundado por iniciativa particular do cidadão Antonio Mariano de Lima, funciona no edifício da Escola Carvalho de propriedade do Estado.

Tem prosperado extraordinariamente sendo incalculáveis os benefícios que proporciona a esta capital difundindo os conhecimentos das Bellas Artes por todas as classes sociais.

Ao penetrar-se nesse verdadeiro templo da Arte causa a mais agradável impressão ver-se trabalhando simultaneamente no mesmo recinto, com toda a ordem e respeito, indivíduos de ambos os sexos, alguns até de idade madura e de diferentes hierarquias, desde o humilde operário que aprende para aperfeiçoar-se em seu ofício que lhe dá o pão cotidiano, até gentis moças que vão aprender por amor a arte ou como uma prenda complementar de sua educação.

É essa uma instituição que faz honra a esta capital: por isso julgo que nunca serão demasiados os louvores ao benemérito Diretor e Professor Sr. Antonio Mariano de Lima, que graças a sua inquebrantável força de vontade, tem conseguido vencer todos os obstáculos, sacrificando seu interesse particular e visando unicamente o aperfeiçoamento de sua Escola.[...]

O pessoal docente do qual tenho a honra de fazer parte é todo gratuito.

À módica subvenção concedida pelo Governo é gasta toda com custeio do edifício, iluminações, um zelador, um secretário, dois inspetores de alunos, modelos e principalmente com a aquisição de material para os trabalhos dos alunos.

O edifício em que funciona esta utilíssima instituição, digna por certo de todo o auxílio, é insuficiente e não está em relação com o desenvolvimento que tem tido: pelo que é de urgente necessidade que seja aumentado ou transferido para algum outro prédio mais amplo (PARANÁ, 1894a)

Esclarecimentos acerca da variedade da clientela do *Templo da Arte* são demonstrados nesse documento: alunos de ambos o sexos (questão já tratada anteriormente), de diferentes idades e de diferentes hierarquias.

Atentemos porem, à questão da intencionalidade da produção deste documento. Por se tratar de um relatório produzido pelo Superintendente Geral do Ensino Público, Sr. Vitor Ferreira do Amaral e Silva, a dar satisfações a seu superior imediato, o Secretário da Justiça, Interior e Instrução Pública, não esperaria resultado diferente do que se publicou, a impressão do dever cumprido: adjetivos exaltadores a um professor de pintura bastante influente e que acertou na iniciativa em abrir uma escola com premissas tão em evidência no momento, elogios à ordem do local de funcionamento, demonstração de que seus serviços estavam disponíveis a todos, independente de classe, idade e sexo e por fim, o destaque ao fato de os professores trabalharem gratuitamente, já que se incluía no corpo docente. Quanta eficiência! E, além disso, como também era de se esperar, após tantas consagrações, um espaço reservava-se aos pedidos, ainda assim com sutileza: esclarecimentos acerca dos gastos, acompanhado de solicitações referentes à insuficiência da subvenção e melhoria no espaço.

Reitero que, mesmo declarando satisfação com a organização dos trabalhos do professor Mariano de Lima no ensino das belas artes, isso não se revertia em apoio financeiro para o desenvolvimento do ensino de artes e ofícios da escola.

Nada que, por enquanto, afetasse o entusiasmo do diretor em manter sua escola em funcionamento. Preocupava-se inclusive em ultrapassar as barreiras das suas propostas iniciais, visando uma formação mais completa aos seus alunos:

A escola projetada por Mariano de Lima, assim, dava mostras de estar caminhando em direção ao seu objetivo, qual fosse, o de se tornar um importante veículo na formação de artistas e trabalhadores qualificados em Curitiba. Como se pode perceber, a oferta de cursos ultrapassava o ensino de artes e ofícios, objetivando a formação mais completa daqueles que frequentavam a instituição. Quase uma década havia transcorrido desde a inauguração da pequena aula de desenho. Aos poucos se delineava o sonho da construção de uma instituição modelar, não só para o ensino de artes e ofícios, mas também para a celebração das artes e da modernidade na ainda pequena capital do Estado. (SANTANA, 2004, p.44)

Atendendo aos pedidos em virtude da preocupação com o ensino profissional, ou como forma de legitimar boas ações, a hipótese de se construir um novo edifício para o funcionamento da escola foi cogitada em relatórios do governo, falando-se até mesmo em planta e obras dessa novidade. No entanto, o que se pode contar, conforme pistas encontradas por Santana (2004), que 1898, além do espaço já ocupado na Rua Aquidaban e Rua XV de Novembro, salas em prédios particulares da Rua 13 de Maio e Rua Comendador Araújo também foram utilizadas. A não concretização do projeto do novo edifício, sinaliza a autora, deveu-se a um processo de ferrenhas críticas sofridas pela escola nos diversos veículos de informações, o qual veremos com mais detalhes adiante. Assim podemos entender como um pretexto para a não efetivação do prometido, ou ainda, sinalização de que havia preocupações com a repercussão que essas críticas poderiam ocasionar ao cenário educacional curitibano.

Naquele momento a escola já havia novamente tido sua denominação alterada. Passou a se chamar Escola de Bellas Artes e Indústrias do Paraná, como está destacado na fachada do edifício apresentado na figura 1.

Osisnki (1998, p.197) atenta para outra modificação em seu nome possível de ter ocorrido em virtude da Lei n 3 de 26 de novembro de 1891, a qual, então, passaria a se denominar Liceu de Artes e Ofícios, talvez pelo bom desfecho das ações do diretor nesse âmbito. Mas como a própria autora aponta: “é provável que essa lei não tenha passado do papel, pois documentos posteriores, como um livro de correspondências, atualmente de posse da

Biblioteca Pública do Paraná, do período de 1896 a 1900, continuaram se referindo à instituição como Escola de Belas Artes e Indústrias do Paraná”.

Os percursos tomados pela escola envolveram publicação de um jornal próprio intitulado *A Arte*, ampla expansão curricular⁴⁶ e pessoas de renome compondo o quadro docente.

No entanto, apesar de Mariano de Lima esforçar-se em buscar estratégias para prover a manutenção de sua escola, seu fôlego mais cedo ou mais tarde acabaria. O incansável empenho em adquirir recursos financeiros através da repetição de um discurso propagandeador da indispensabilidade da escola, a publicação de artigos próprios e de seus colaboradores, ora divulgando as atividades desenvolvidas na escola, ora exaltando as qualidades da instituição e de seu diretor visando justificar a necessidade de sua permanência no sistema de ensino curitibano foram alguns dos artifícios utilizados.

Santana (2004) traz sinais referentes ao processo de convencimento da relevância da escola por Mariano de Lima e seus colaboradores: “a defesa da escola não poupava meios para se valer. Os argumentos em sua defesa também utilizavam textos ácidos, que pretendiam demonstrar que a instituição tinha um papel relevante para o Paraná e que, portanto, descuidar de sua manutenção era o mesmo que negar o progresso ao próprio Estado”. Relembra a autora que essa prática de articulações em defesa do ensino de artes e ofícios era usual em outros grupos de origem semelhante no país, citando o exemplo do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro, que tinha Bithencourt da Silva⁴⁷ como peça fundamental nessa luta.

Desse fragmento podemos inferir que toda essa luta do professor e diretor da Escola de Bellas e Artes e Ofícios do Paraná em conservá-la aberta a oferecer seus serviços, bem como deixar clara sua função primordial para o ensino de artes e ofícios do Estado, não estava relacionada ao seu invejável desprendimento. Não posso deixar, portanto, de questionar sobre seu comportamento: trata-se de altruísmo ou visão de futuro? Até que ponto seu

⁴⁶ Cf SANTANA (2004) e OSINSKI (1998), respectivamente, subcapítulo 3.1 *A Arte*, com maiores informações sobre o jornal e subcapítulo 3.2. *Mariano de Lima e a primeira instituição de arte do Paraná*, para maior aprofundamento acerca do currículo da escola nesses anos iniciais.

⁴⁷ Interessante ressaltar que o contato entre o diretor do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro e Mariano de Lima era de constante proximidade. Inclusive para a idealização de seu projeto, Mariano de Lima, extraiu grande parte de sua base da experiência de seu colega no Rio de Janeiro.

propósito inicial de criação da escola correspondia realmente ao que foi efetivado? Será que o fato de alinhar-se à tendência modernizante não compreendia uma estratégia para sua consolidação enquanto figura importante do cenário curitibano e paranaense? O que havia por trás dessa infatigável caminhada por recursos financeiros e tentativas sobre tentativas de convalidar sua escola? Fica, portanto, um espaço para se pensar o significado do papel de Mariano de Lima na e para a escola, ainda mais quando se coloca em pauta a maneira como se desligou dela.

O desânimo, assim como a marca inicial da queda de seu prestígio perante a sociedade curitibana, se dá mediante mais dificuldades em sua trajetória como diretor da escola. Críticas e acusações lhes são feitas publicamente com frequência, principalmente partindo-se de uma personalidade em ascensão em meados da década de 1890. Um ex-aluno da aula de Desenho e Pintura de Mariano de Lima, Paulo d'Assunção, filho de uma influente família da capital paranaense e que deu continuidade em seus estudos no Rio de Janeiro na Escola Nacional de Belas Artes, tornando-se em seguida professor do Liceu de Artes e Ofícios da mesma cidade. Voltando à sua cidade de origem, coloca sua ambição em criar sua própria escola à frente de estabelecer um bom relacionamento com um potencial companheiro de profissão e antigo professor. Após romper laços de amizade com Mariano de Lima, Paulo d'Assunção começou com seus ataques infamando os trabalhos prestados pela Escola de Bellas Artes, bem como os serviços e conduta de seu diretor (OSINSKI, 1998).

A situação via-se dificultada a cada dia para a Escola de Bellas Artes e Indústrias do Paraná. Além de tamanha difamação contra sua reputação por um meio estratégico, a imprensa, o Conservatório de Belas Artes de Paulo d'Assunção via-se a cada dia melhor conceituado.

Resistindo ainda algum tempo a essas situações, inclusive recusando convites de abrir escolas similares em outras localidades do país, Mariano de Lima “acabou um dia esbarrando em seus próprios limites. Desiludido e cansado da árdua luta pela manutenção de seus ideais, Mariano de Lima deixou Curitiba em 1902, pedindo exoneração de suas atividades na escola, e deixando a direção a cargo de sua esposa, Maria da Conceição Aguiar de Lima” (OSINSKI, 1998, p.206). Estabeleceu-se em Manaus até o fim da vida,

onde tentou criar a sua escola, sem muito sucesso, lecionou desenho e pintura e ainda abriu uma loja de objetos de arte. Adoeceu, e aos 84 anos, em 1942, veio a falecer. (SANTANA, 2004, p.96)

D. Mariquinha, como carinhosamente era chamada Maria Aguiar, em certa medida conseguiu manter a escola com reconhecimento diante da população e das autoridades políticas nos primeiros anos de sua empreitada, já que o número de alunos matriculados não teve grandes oscilações e os elogios ao Liceu não se encerraram, segundo o que sinalizam alguns relatórios do governo⁴⁸. Nesses documentos está presente seu nome como diretora da escola a partir do ano de 1901 (porém esse relatório não especifica número de alunos matriculados). Segue abaixo um quadro contendo número de alunos que freqüentaram a Escola no período de transição da direção da escola:

TABELA 2: NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS DO PERÍODO DE TRANSIÇÃO DA DIREÇÃO DA ESCOLA DE BELAS ARTES E INDÚSTRIAS DO PARANÁ.

ANO	NÚMERO DE ALUNOS
1900	257
1901	Não encontrado
1902	504
1903	497
1904	Não encontrado
1905	392

FONTES: PARANÁ, Relatório... 1900; PARANÁ, Relatório... 1901; PARANÁ, Relatório...1902; PARANÁ, Relatório 1903; PARANÁ, Relatório... 1904; PARANÁ, Relatório... 1905

Analisando-se esse período, verificamos que em 1902, provavelmente o segundo ano de D. Mariquinha à frente da escola, ocorre o auge da escola em termos de número de matrículas⁴⁹. Anteriormente a isso, quando seu marido

⁴⁸ PARANÁ, 1900; PARANÁ, 1902; PARANÁ, 1903; PARANÁ, 1905.

⁴⁹ Interessante seria ainda analisar dados que se referem à freqüência desses alunos para enriquecer a análise, porém informações dessa natureza, referentes a esse período, não foram encontradas. No entanto devemos considerar que a variação número de matrículas *versus* percentual de freqüência se constitui um elemento inconstante. Para exemplificar, apresento um levantamento feito com os dados encontrados de período posterior: no ano de 1940, a maior taxa de comparecimento se deu em 13 de novembro, contando com 90% dos alunos presentes na Escola, e 48%, a menor taxa, em 26 de outubro; a taxa anual ficou em 79%. Já em 1941 essa relação teve maior variação, 96% em 31 de março, o maior percentual de comparecimento, e 13%, o menor percentual, em 4 de agosto; a taxa anual foi de 77%. Portanto, fazer referência somente ao número de matrículas deve-se subentender que diz respeito exclusivamente à

ainda estava na direção, esse número estava reduzido à metade. Vestígios da seriedade com que tratou em exercer sua função de diretora e zelar pela oferta de oportunidades de educação à população. Nos anos subseqüentes, o número ainda encontrava-se mais elevado de quando Mariano de Lima dirigia a escola, no entanto, percebe-se um progressivo decaimento.

No entanto, a nova diretora vagarosamente foi deixando escapar algumas propostas conservadas pelo marido em favor de novas iniciativas, as quais possivelmente, lhe gratificariam mais. O tempo áureo da escola, como sugere Osinski (1998, p. 207) terminara. O fim do investimento no atendimento a todas as classes e ambos os sexos da população curitibana representava uma perda, ainda que durante alguns anos contasse com a colaboração de professores, como Alfredo Andersen, que lecionou curso noturno para operários até 1917. Porém, a partir de então, D. Mariquinha decidiu por afunilar a oferta de seus serviços ao ensino da arte somente para o público feminino, porém ainda sem pistas para aprofundar essa interessante questão.

A mudança de orientação e reformulação de sua nova trajetória foi regularizada em 8 de agosto de 1917, através do Decreto Estadual nº 548. Este apresentava o regulamento da então Escola Profissional Feminina de Curitiba, o objeto de estudo desta pesquisa, norteando os trabalhos que deveriam ser desenvolvidos com as mulheres da capital do estado do Paraná a partir daquele ano, bem como enfatizando direções para sua organização administrativa e curricular.

Adiante, adentraremos propriamente à análise de questões que permearam esse novo momento na instituição, principalmente no que diz respeito à sua exclusividade de atendimento ao público feminino.

2.4 A educação das mulheres e a proposta da Escola Profissional Feminina

A herança de uma tradição colonial, que segregava as mulheres⁵⁰ da participação em sociedade, tornando-a submissa e restrita aos ensinamentos

quantidade de alunos interessados em freqüentar o estabelecimento, sendo que a freqüência por eles efetivada corresponde a números bastante diferentes.

⁵⁰ Cf. ARAÚJO (1997) para detalhes referentes ao estereótipo de mulher do período colonial.

de obediência ao marido e à Igreja, bem como circunscrita a um ideal de educação voltada para o domínio das prendas domésticas, perdurou por tempos no imaginário social.

É na segunda metade do século XIX que temos os primeiros vestígios de aceitação da mulher em adquirir um tipo de educação que fugisse aos aprendizados recebidos nos entornos do lar e referiam-se à sua preparação a exercer a função de professora. A fim de seguir o princípio de contrariedade à co-educação, em que o ensino às crianças deveria ser realizado por pessoas de mesmo sexo que os alunos, acrescido da justificativa de as mulheres possuírem naturalmente habilidades maternas que facilitariam o contato com os pequenos, instituiu-se culturalmente a profissionalização feminina do magistério⁵¹.

Tratava-se de uma profissão merecidamente reconhecida, como retratava a imprensa:

São os mestres apóstolos do bem, aqueles que cotidianamente distribuem o pão do espírito àqueles que amanhã são os encantos dos nossos lares, a formosura na nossa sociedade, a grandeza da nossa Pátria. Classe digna entre as mais dignas, é de todos merecedora do nosso culto de admiração e respeito, pelo seu devotamento e acrisolado amor a bendita luz da vida – a instrução. (GAZETA DO POVO, 13 abr. 1923)

No entanto seu exercício demandaria uma formação de cunho prático para a instrução dessa infância, uma vez que o progresso social estava fortemente associado à civilização dos futuros cidadãos.

O primeiro grupo de mulheres atingido por essa modalidade de educação correspondeu àquelas que pertenciam a classes econômicas menos favorecidas, que desejavam se instrumentalizar para de imediato exercer sua função e prover o auxílio em seu sustento e de sua família.

As últimas décadas do século XIX [e início do XX] apontam, pois, para a necessidade de educação para a mulher, vinculando-a à modernização da sociedade, à higienização da família, à construção da cidadania dos jovens. A preocupação

⁵¹ Cf. SOUZA (2004) que realiza um estudo acerca da mulher professora em Curitiba no início do século XX.

em afastar do conceito de trabalho toda a carga de degradação que lhe era associada por causa da escravidão e em vinculá-lo à ordem e progresso levou os condutores da sociedade a arregimentar as mulheres das camadas populares. Elas deveriam ser diligentes, honestas, ordeiras, asseadas; a elas caberia controlar seus homens e formar os novos trabalhadores e trabalhadoras do país; àquelas que seriam as mães dos líderes também se atribuía a tarefa de orientação dos filhos e filhas, a manutenção de um lar afastado dos distúrbios e perturbações do mundo exterior (LOURO, 1997, p.447)

A inserção da mulher de classes operárias e populares no mercado de trabalho, movida pela necessidade financeira de custear ou complementar na sobrevivência da família, veio a movimentar um novo tipo de educação difundida em finais do século XIX e início do século XX: o ensino das artes aplicadas.

Acompanhando o processo de urbanização e industrialização das cidades, representações de mulher vão sendo delineadas por novas dimensões. O sistema de segregação sexual vai se suavizando gradativamente e a mulher ocupando espaços até então por elas desconhecidos. Ao ideal de educação doméstica a ela almejado, soma-se a educação feminina escolar de caráter profissional.

A Escola Profissional Feminina de Curitiba vem, portanto, oferecer uma opção diversa à educação difundida na Escola Normal de preparação das meninas professoras, já que em seu processo de reformulação e reorganização, prepara-se para convergir às tendências do campo profissional destinado à mulher, diverso do que se pretendia com o magistério. Além disso, já aponta o direcionamento a que vai tomar seu ensino: artes, economia doméstica e prendas manuais. Nada demarca a respeito da aplicabilidade desses conhecimentos ao trabalho, no entanto, o público que possivelmente freqüentaria a escola e as matérias por ela oferecidas assinalam a possibilidade da profissionalização de algumas meninas. Está firmado no artigo primeiro de seu Regulamento (Decreto n 548 de 1917):

A Escola Profissional Feminina da Capital é um estabelecimento diretamente subordinado ao Secretário do Interior e Instrução Pública, destinado ao ensino das artes, economia doméstica e prendas manuais a alunos do sexo feminino (PARANÁ, 1917)

Entretanto, entendo tal Regulamento como uma oficialização do que D. Mariquinha já vinha desenvolvendo na instituição. Instituir os direcionamentos, portanto, não significaria bruscas mudanças em seu funcionamento. É possível que em anos que antecederam esse decreto, a escola já viesse se formatando ao que se designou no documento.

Em Relatório do Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, Dr. Enéas Marques do Santos, em 1916, por exemplo, são especificados dois aspectos que indicam a precedência de algumas ações. Neste caso, a restrição de seus serviços somente ao público feminino e a indicação da natureza de alguns cursos oferecidos.

A Escola Profissional Feminina, estabelecimento subvencionado pelo Estado, com elevada matrícula de alunas, vai prestando reais serviços a educação. Os seus cursos de pintura, de costura, de bordados e de flores artificiais, que são os mais procurados, manifestaram mais uma vez o seu valor [...]. (PARANÁ, 1916)

Este mesmo documento traz uma imagem do corpo discente da instituição, concentrada na parte lateral do edifício escolar, revelando mais uma vez o sucessivo trabalho da diretora em limitar-se a educar somente o sexo feminino.

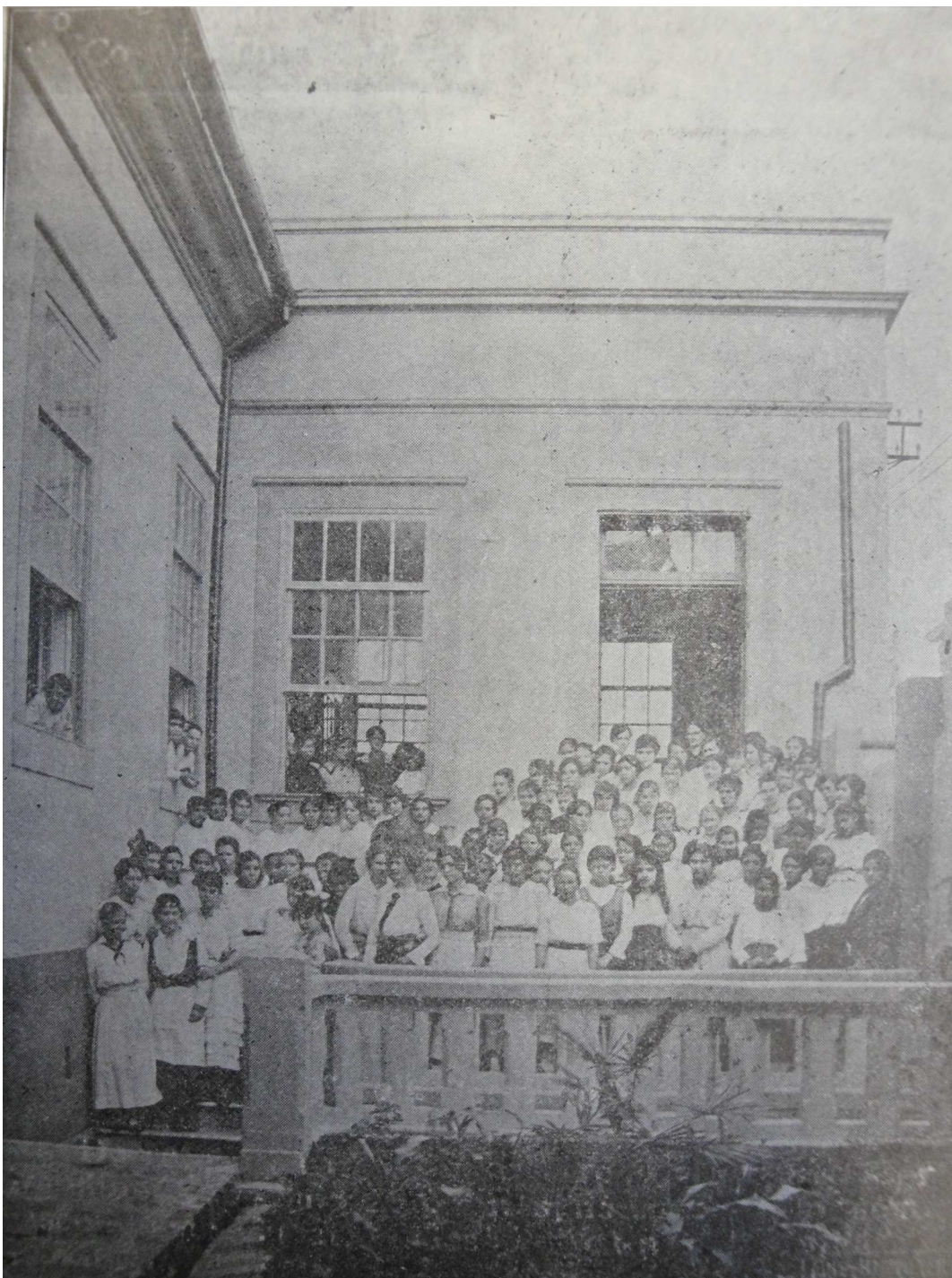


Figura 5: Corpo discente da Escola Profissional Feminina de Curitiba, 1916⁵²
FONTE: PARANÁ, Relatório...1916. Arquivo Público do Paraná.

Acerca do público a demonstrar interesse em matricular-se na Escola Profissional Feminina de Curitiba, este circula pelas camadas mais pobres da população, que encontraria nos aprendizados o caminho da especialização e,

⁵² Essa imagem apresenta o corpo discente da Escola Profissional Feminina, no entanto a imagem não corresponde ao edifício da Rua Aquidabã, visto que sua arquitetura não comportava um espaço como este, além de que as janelas também são diferentes às que se apresentam em sua fachada.

posteriormente, a aplicação de suas habilidades em postos de trabalho. No entanto, algumas meninas de classe média poderiam vir a se interessar também pelas seções da escola, já que serviriam para ocuparem-se de aprender em instituição de educação formal as prendas manuais e conhecimentos de economia doméstica para administrarem melhor seus lares.

As seções as quais a escola estava preparada a oferecer às alunas, segundo o seu Regulamento de funcionamento, eram: desenho, pintura, datilografia, corte e costura, bordados, fabrico de flores e ornamentação de chapéus e economia doméstica.

O que é possível de se afirmar é que a instrução aspirada pelas camadas superiores para a educação de suas filhas, que visava introduzi-las às técnicas elementares de cultura, não condizia com o que a Escola Profissional oferecia, portanto, esse estrato da população não seria atingido pela instituição.

As atividades de costura, foco de algumas das seções oferecidas pela instituição, sinalizam o público que possivelmente demonstraria interesse em se matricular. Como sugere Barreto (2007, p.103), essas atividades estavam “relegadas a um plano considerado inferior e eram destinadas às mulheres destituídas de dinheiro, conhecidas, na época, como ‘pobreza envergonhada’ sendo, portanto as artes da costura direcionadas às meninas pobres”.

Ainda que essa seção fosse vista por Barreto sob esse prisma de desestima, observa-se na fotografia abaixo que a sala da Escola estava repleta de alunas que, apesar de estarem posando para a foto⁵³, estavam a toda seriedade realizando seus trabalhos. O empenho em aprenderem algum ofício que lhes permitisse trabalhar, confeccionando belos produtos, como os apresentados na imagem, talvez deixasse em segundo plano o impacto do que fariam ou pensariam sobre suas atividades. Afinal, os ensinamentos serviriam para garantir sua sobrevivência.

⁵³ Cf. KOSSOY (2001) para maior aprofundamento sobre relação entre imagens e sua interpretação histórica.



Figura 6: Aula de corte e costura da Escola Profissional Feminina de Curitiba, 1916.
FONTE: PARANÁ, Relatório...1916. Arquivo Público do Paraná.

Outra questão que merece destaque na história dessa instituição refere-se à predominância das aulas de desenho e pintura, motes iniciais da função primeira da escola, quando ainda era Escola de Desenho e Pintura de Mariano de Lima. Ainda que a aprendizagem de algumas modalidades de Artes Plásticas, como esses dois cursos, fossem motivos de demarcar distinção entre as educandas (BARRETO, 2007, p.103), ou seja, prioritariamente estavam voltadas à ornamentação do espírito feminino das famílias burguesas⁵⁴, repercutiram como importantes instrumentos de formação de mão de obra feminina de classes mais baixas.

Importante ressaltar que distinções acerca do que se aspirava às mulheres que pertenciam a classes sociais diversas, bem como a relação que estabeleceriam com o universo do trabalho, permeavam o imaginário social. À mulher burguesa cabia a manutenção do bom convívio familiar fundamentado em sua retidão. Ela deveria, portanto, encontrar-se “marcada pela valorização

⁵⁴ Cf. D'INCAO (2004) para obter mais detalhes acerca das experiências perpassadas pela mulher, em suas vivências familiares, com o surgimento da *nova mentalidade burguesa*.

da intimidade e da maternidade [sendo responsável por manter] um sólido ambiente familiar, o lar acolhedor, filhos educados e esposa dedicada ao marido, às crianças e desobrigada de qualquer trabalho produtivo” (D’INCAO, 2004, p.223).

Já à mulher pobre, as condições de vida não lhe permitiam dedicação exclusiva ao lar. Fonseca (2004) destaca a inevitabilidade de recorrerem ao trabalho para o sustento, embora convivessem com a propagação do ideal de probidade ao comportamento feminino:

cercada de uma moralidade oficial completamente desligada de sua realidade, vivia entre a cruz e a espada. O salário mingauado e regular de seu marido chegaria a suprir as necessidades domésticas só por um milagre. Mas a dona de casa que tentava escapar à miséria por seu próprio trabalho, arriscava sofrer o pejo da ‘mulher pública’. (FONSECA, 2004, p.516)

Pelo viés da formação da mão de obra feminina, em expressiva expansão, a mulher acabou por colaborar com os interesses políticos e econômicos de legitimação de uma lógica burguesa. A pretensão e o investimento, até fins das primeiras décadas republicanas, centralizavam-se na criação do ‘novo cidadão civilizado’, sendo a educação das mulheres interessante desdobramento dessa política.

Nesse contexto de busca de uma estabilidade baseada em dimensões patrióticas é que as escolas profissionais, incluindo as femininas, vão se constituindo. Seus objetivos de alinhamento ao cumprimento da ordem arregimentam prescrições e ações que contribuiriam para a formação da mulher trabalhadora, logo, da manutenção da paz social.

Em conformidade com esse movimento da sociedade a Escola Profissional Feminina de Curitiba propõe a oferta de suas matrículas, a partir de 1917, seguindo as especificações:

Art 7º O ensino será eminentemente prático e distribuído nas seções constantes do art. 1º compreendendo quatro anos, sendo o último complementar;

Art 8º O 1º ano abrangerá as seguintes seções:

- a – desenho
- b – corte e feitura de roupas para senhoras (1 parte);
- c – datilografia;

- d – corte e feitio de roupas de uso doméstico.
- Art 9º O 2º ano compreenderá as seguintes seções:
 - a – pintura
 - b – corte e feitio de roupas brancas para senhoras (completo);
 - c – rendas e bordados.
- Art 10º O 3º ano terá as seguintes seções:
 - a – corte e feitio de vestidos para crianças;
 - b – fabrico de flores e ornamentação de chapéus;
 - c – arte culinária em todos os seus ramos e economia doméstica.
- Art 11º O 4º ano destinar-se-á ao aperfeiçoamento profissional da seção que de preferência for escolhida pela aluna. (PARANÁ, 1917)

Observa-se que essa organização, com destaque à sua atenção ao ‘saber fazer’, ao cunho eminentemente prático, possui duas disciplinas que, apesar de não se concentrarem no mesmo ano, divergem em natureza e finalidades: desenho, indispensável à formação da nova trabalhadora, tão almejada pelo governo republicano; e economia doméstica, própria de moças que esperavam pelo casamento. Entende-se que, mesmo objetivando-se formar a mulher para o mundo do trabalho, não havia total desvinculação da associação à figura da mulher zeladora do lar. Cabe-nos pensar se, para as mulheres que realmente matriculavam-se em busca de profissionalização, ao perpassar por esse momento de envolvimento com as artes culinárias e economia doméstica, não se viam desmotivadas; ou então aproveitavam para aperfeiçoarem seus dotes domésticos nessa etapa do curso. Acredito que no quarto ano, destinado ao aperfeiçoamento profissional, pouca seria a procura pela seção de economia doméstica, seja pelo fato de já terem se deparado com alguns ensinamentos junto à sua família, com suas próprias mães, ou por buscarem postos de trabalho que possivelmente não exigiriam essa habilidade.

A seguir, uma fotografia de uma aula de pintura da Escola, sugerindo um caráter disciplinador de organização. A própria natureza da disciplina é dotada de uma grande exigência de atenção para sua execução. Nesse sentido, além de o espaço configurar-se harmonicamente e denotar seriedade, a disciplina em si carrega um tom de dever de obediência para seu êxito, demandando intensa concentração para a realização de contornos, linhas e preenchimentos adequados.



Figura 7: Aula de desenho da Escola Profissional Feminina de Curitiba, 1916.
 FONTE: PARANÁ, Relatório...1916. Arquivo Público do Paraná.

Sendo assim, a disciplina exigida das meninas nessa seção faz ressoar a importância deste tipo de ensinamento para a educação para o trabalho. Além de contribuir para o aperfeiçoamento técnico da mão de obra que se preparava, colaborava para a manutenção do espírito do trabalhador nacional, bem comportado.

A disciplina, além de estar implicitamente sendo cobrada durante as aulas pelas exigências inerentes às habilidades desenvolvidas, estava ainda muito bem especificada no Regulamento sob forma de ações com as quais deveriam ser tratadas as meninas. Tanto em um caso como no outro estava baseada em muita rigidez:

Art 15 As alunas deverão manter entre si a maior harmonia e respeito.

Art 16 A diretora dará, mensalmente, em boletins aos pais ou responsáveis, notas das faltas, de comparecimentos, da conduta e aplicação da alunas, bem como a média geral da

sua classificação no fim do ano letivo, circunstância essa que constará do boletim relativo ao último mês.

Art 17 As alunas ficam sujeitas as penas de admoestações, repreensão, suspensão até 30 dias e expulsão, conforme a gravidade da falta. (PARANÁ, 1917)

A figura da diretora também se constituía em interessante maneira de se manter um rigoroso controle disciplinar na instituição. Vista com muito respeito pela sociedade, dentre as suas competências, segundo o Regulamento, estavam a manutenção de um regime de ordem e disciplina permanentemente, imposição de penas quando necessário e supervisão dos trabalhos escolares.

Com relação aos trabalhos escolares, como aqueles produzidos em aulas como a retratada abaixo, de flores e chapéus, por exemplo, poderiam ser vendidos.



Figura 8: Aula de flores e chapéus da Escola Profissional Feminina de Curitiba, 1916.
FONTE: PARANÁ, Relatório...1916. Arquivo Público do Paraná.

Anteriormente a isso, os materiais produzidos pelas alunas eram levados a exposições anuais e aí então estavam disponíveis para serem comercializados. Importante destacar que “do produto das obras realizadas na Escola, descontado o custo do material, reverterá 50% em favor da alunas ou das alunas que tiverem executado o trabalho” (PARANÁ, 1917). Assim, cada uma possuía uma caderneta em que a diretora anotava a porcentagem que lhes cabia de cada trabalho vendido, provavelmente para receberem ao final do curso.

Essa prática de comercialização dos trabalhos, apesar de proporcionar lucro às meninas e colaborar para as despesas da Escola, reforçando o movimento de aproximação desta com o mundo do trabalho, poderia acarretar discussões acerca de uma duvidosa intencionalidade da instituição com essas vendas. Possíveis inquietações de segmentos sociais variados poderiam alegar que a Escola realizava as exposições anuais, bem como o comércio dos produtos, objetivando somente o próprio benefício.

Outro aspecto interessante a se considerar acerca da organização do ensino da Escola é quanto à ausência de disciplinas de formação geral, como português, cálculo, geografia e história. Disciplinas essas que faziam parte do currículo, por exemplo, da Escola Profissional Feminina de São Paulo, em funcionamento concomitante com a de Curitiba e organizada aparentemente com os mesmos objetivos. Barreto (2007, p.116) discorre sobre sua importância: “tais cursos de formação geral deveriam transmitir, quando muito, algum conhecimento básico, pois o público das escolas profissionais não teria acesso à mesma ‘profundidade’ desenvolvida na escola secundária”. Considerando que seria uma formação interessante para as alunas da instituição, um leque de possibilidades sobre o motivo de não estarem presentes, ao menos no documento de regulamentação, se abre: falta de recursos? Falta de sintonia com as ações paulistas? Professores despreparados para assumirem essa função associado à questão de dificuldade em contratar professores específicos para isso? Ou então, esse tipo de formação poderia ocorrer, mesmo que não estivesse prescrito, no decorrer das demais seções...

No discurso da imprensa, exaltações acerca das ações da Escola. Intitulada “Uma instituição que nos honra” (DIÁRIO DA TARDE, 24 ago. 1917),

além de destacar os bons feitos da Escola, elogios ao trabalho dos dirigentes públicos, ressalta uma espécie de incentivo às moças por sua procura: “Nada mais atraente. Matrícula gratuita, aprendizagem também, havendo ainda margem para as alunas fazerem as suas economias, ou pelo menos, custear as despesas que terão de fazer, com vestuário e calçado”. Por fim, acrescenta-se um apelo à sua manutenção em favor da disseminação de conhecimentos úteis à mocidade: “Resta agora que aquele estabelecimento não fique no olvido. A sua missão é altamente grandiosa. Necessário, pois, que todos quantos amam esta terra, prestigiem-no, elevem-no, pois que prestigiando-o e elevando-o nada mais farão do que concorrer para a glorificação do Paraná”.

Vestígios do que se destinava prescritamente a Escola Profissional Feminina de Curitiba à educação da mulher e a importância com que era vista por diversas esferas da sociedade, demonstrada através de expectativas depositadas e pronunciamentos de incentivo, foram apontados. Resta-nos saber se os encaminhamentos voltados à profissionalização da mulher, desenvolvidos a partir de sua oficialização, realmente cumpriram ao que se pretendia, considerando-se as diferentes representações de mulher que permearam o imaginário social no período de funcionamento dessa instituição em seus mais diferentes momentos. É o que abrangerá o capítulo subsequente.

3. EM BUSCA DE VESTÍGIOS DO COTIDIANO ESCOLAR: PRESCRIÇÕES E PRÁTICAS

3.1 As disciplinas da Escola Profissional Feminina: compreensões de currículo

O Regulamento da Escola, como já visto no capítulo anterior, postula o ensino de desenho e pintura, entendidos como habilidades fundamentais ao bom desenvolvimento dos trabalhos manuais, e ainda as seguintes disciplinas: corte e costura, rendas e bordados, flores e chapéus, datilografia, arte culinária e economia doméstica. A seção de corte e costura se subdividia ainda em roupas para senhoras, roupas de uso doméstico (ambas oferecidas no primeiro ano do curso); roupas brancas para senhoras, no segundo ano e vestidos para crianças, no terceiro ano.

Essa organização não foge à regra das demais escolas profissionais femininas do país, visto que “a base de formação dessas escolas é igual, ou seja, todas ofereciam as mesmas quatro seções [corte e costura, roupas brancas, rendas e bordados, flores e chapéus], constituindo um padrão de formação profissional feminino dedicado as prendas manuais” (CARAPONALE, 2009, p.36).

É possível que esse currículo da Escola Profissional de Curitiba, prescrito em 1917, tenha se mantido em vigor durante toda a trajetória da Escola estudada nessa pesquisa. Neste caso, atenta-se para o fato de os órgãos governamentais responsáveis não alinharem-se às redefinições tendo em vista acompanhar os quadros sócio-educacionais que se estabeleciam ao longo das décadas.

No ano de 1970, em uma das atas de reuniões da escola, há menção justamente a esse documento primeiro, da década de 1910, como o que deveria estar conduzindo os programas de ensino até então. A diretora que recém havia assumido o cargo⁵⁵, Maria da Luz Portugal Werneck, organizou um relatório de suas atividades, priorizando em suas ações a divulgação do

⁵⁵ Assumira o cargo em 14 de agosto de 1970 em substituição a professora Cinira Caldeira Jaszczerski

nome da Escola bem como a valorização do ensino profissional na capital, e, no entanto, deparou-se com uma situação de descaso nos registros da Escola:

Verificamos que na Secretaria de Educação e Cultura nada constava sobre o decreto de oficialização e regulamentação da Escola, e depois de várias pesquisas conseguimos encontrar na Biblioteca Pública do Estado, o diário oficial de quatorze de agosto, do Primeiro governo do Dr. Afonso Alves de Camargo, o decreto numero 548, do qual tiramos fotocópias para que a Secretaria de Educação e Cultura tomasse os devidos assentamentos (ESCOLA PROFISSIONAL REPÚBLICA ARGENTINA, LIVRO DE ATAS, 1960 a 1978, p.46).

Ou seja, os funcionários da Escola tiveram que mobilizarem-se a fim de regularizar a situação da Escola perante o órgão competente, neste caso a Secretaria de Educação e Cultura. Inquieta-me o fato da qualidade das possíveis inspeções realizadas na instituição durante todo esse período e do acompanhamento de suas atividades anuais, visto que nenhum documento balizava tais ações.

Uma informação que não constava no regulamento, por exemplo, era a forma de admissão das alunas na Escola. Apesar de estar acentuando as seguintes exigências: “ter idade acima de 12 anos completos, ter o curso das escolas primárias ou conhecimentos equivalentes[...], e ser vacinada e não sofrer de moléstia contagiosa” (PARANÁ, 1917), nada consta a respeito de exames que as candidatas deveriam perpassar para poderem se matricular.

Está registrado em uma das folhas do livro de atas de exames, do ano de 1944, o seguinte texto assinado por duas professoras e a diretora da instituição:

Aos sete dias do mês de março de mil novecentos e quarenta e quatro, numa das salas da Escola Profissional Feminina “República Argentina”, prestaram exame de admissão as candidatas Terezinha Bertolini, Angelina de Lara e Ludovica Luiza Klos, as quais após apuração de notas de provas orais e escritas de Português e Aritmética, e mais provas orais de Geografia, História e Ciências conseguiram apuração com graus 6,3, 6,2 e 5 respectivamente (ESCOLA PROFISSIONAL REPÚBLICA ARGENTINA, Livro de atas de exames, 1944).

Cobranças de conhecimentos de Português, Aritmética, Geografia, História e Ciências correspondiam somente a uma verificação de que as alunas dominavam os conteúdos do ensino primário, uma vez que continuidade a esses conteúdos não se constituía prioridade para a Escola.

Nesse sentido, a Escola Profissional de Curitiba adotou uma postura diferente de outras escolas profissionais, especialmente as paulistas, as quais se dedicavam à instrução geral das alunas como complemento à sua formação prática para os trabalhos manuais. Não podemos, porém, esquecer de considerar demais aspectos que interferiram na organização desses currículos, como é o caso da especificidade da implantação, transformações e discussões do ensino profissional em São Paulo, bem como as particularidades dos locais em que estas escolas foram instaladas. Exemplifico este último aspecto com o caso da Escola Profissional de Franca (CARAPONALE, 2009), a qual representava um avanço para a instrução da cidade, uma vez que, até então, contava apenas com os serviços de um único grupo escolar.

As disciplinas de Português e Matemática, apesar de não fazerem parte do currículo prescrito da Escola de Curitiba, possivelmente começaram a fazer parte de sua prática a partir de 1957, ano em que, no mês de maio, encontrei assinatura no livro-ponto da professora Angélica Pisseti como responsável pelo ensino dessas matérias.

Debruçando-me sobre uma análise mais minuciosa dessa questão, qual seja, as relações entre o currículo prescrito e a sua prática, recorro aos apontamentos de Goodson (1998). Para ele, o currículo deve ser entendido como uma construção social e não como construção arbitrária, em que se somam as variáveis e trâmites de sua elaboração oficial às relações sociais estabelecidas no cotidiano escolar. Viñao (2001), baseando-se nos estudos desse mesmo autor, sinaliza que

a construção do currículo prescrito, entendida em termos de conflitos, negociações, transações, imposições, interesses e lutas pelo poder entre diversas tradições, subculturas e grupos de professores, forma parte da mesma prática. Não deve ser vista como algo separado e sem relação com ela, mas sim como um produto dessa história “interna” do currículo, dessas transações, negociações, conflitos e imposições entre diversos grupos de professores, assim como de tradições ou legados criados no meio escolar por tais grupos. Dado que a prática é

socialmente construída em ambos níveis, o estudo construcionista do currículo não deve, pois, se reduzir ao nível interativo do mesmo, porém combinar sob um mesmo olhar, os níveis preativos e interativos: a teoria – que é também, em sua elaboração, uma prática – e a ação (p. 183).

Dessa forma, como Goodson (1998, p.21) salienta, o currículo escrito nada mais é que um “testemunho visível, público e sujeito a mudanças, uma lógica que se escolhe para mediante sua retórica, legitimar uma escolarização”. Portanto, a prática dessa prescrição, ou seu descumprimento, interfere diretamente no que se compreende como currículo. Trata-se de ajustes provenientes das relações estabelecidas com os valores locais, com o interesse das famílias às suas filhas, com o corpo discente e docente, enfim, peculiaridades que vão sendo assimiladas ao projeto educacional da instituição e que lhe conferem uma configuração singular.

Uma apreciação detalhada sobre os livros-ponto da instituição puderam elucidar alguns aspectos relevantes acerca desse currículo da Escola Profissional Feminina. Primeiramente, consideremos as categorias contempladas no documento: dias letivos, número de origem, nomes dos professores, categoria, classe que regem e observações. Abaixo, a figura 9 ilustra sua diagramação. Atenção ao fato de a impressão do título das páginas, conter uma lacuna a ser completada com o nome da instituição, referindo-se ao “Ponto do corpo docente do grupo escolar...”, isto é, não haviam livros devidamente preparados para atender a demanda da Escola Profissional, devendo, portanto, foram adaptados.

Ponto do corpo docente do grupo escolar *Escola Profissional República Argentina*

NOMES	CATEGORIA	Classe que regem	OBSERVAÇÕES	DIAS LETIVOS	N. DE ORDEM	NOMES	CATEGORIA	Classe que regem	OBSERVAÇÕES
Leonidia M. A. Antigas		Bordados		14 2 5/1	1	Leonidia M. A. Antigas			
Tracy Charles		1º ano		Sabado	2	Tracy Charles			
Arachelina J. da Costa		Flores			3	Arachelina J. da Costa			
Henriqueta Camargo Branco		Cart. Cart.			4	Henriqueta Camargo Branco			
Theresa de S. S. S. S.					5	Theresa de S. S. S. S.			
Edlita Chichorro					6	Edlita Chichorro			
Tracema B. d. d. d.					7	Tracema B. d. d. d.			
Adelina Jungblut					8	Adelina Jungblut			
Olivia Almi Tomici					9	Olivia Almi Tomici			
Adelina Jungblut					10	Adelina Jungblut			
Carmella B. Miro					11	Carmella B. Miro			
Ortella d. d. d. d.					12	Ortella d. d. d. d.			
Lucia d. d. d. d.					13	Lucia d. d. d. d.			
Theresa d. d. d. d.					14	Theresa d. d. d. d.			
Theresa d. d. d. d.					15	Theresa d. d. d. d.			
Theresa d. d. d. d.					16	Theresa d. d. d. d.			
Theresa d. d. d. d.					17	Theresa d. d. d. d.			
Theresa d. d. d. d.					18	Theresa d. d. d. d.			
Theresa d. d. d. d.					19	Theresa d. d. d. d.			
Theresa d. d. d. d.					20	Theresa d. d. d. d.			
Theresa d. d. d. d.					21	Theresa d. d. d. d.			
Theresa d. d. d. d.					22	Theresa d. d. d. d.			

Figura 9: Livro-ponto da Escola Profissional República Argentina, 1951.

FONTE: Centro de Capacitação em Artes Guido Viaro.

Interessante observar ainda que não se preenchia esse documento escolar conforme propunha o formulário, haja visto que alguns campos encontram-se em branco. Não se trata de uma generalização de todos os livros-ponto analisados, porém, tais lacunas acarretaram certas dificuldades em extrair mais informações dessa tipologia de fonte.

Ainda assim foi possível ressaltar questões como o surgimento e desaparecimento de disciplinas transitória ou definitivamente através da movimentação dos professores.

A seção de datilografia, presente no Regulamento da Escola como disciplina vinculada ao primeiro ano do curso, representaria sua estreita ligação com que havia de hodierno no momento. No entanto, Mariana Coelho, a professora responsável por lecionar nessa seção, é caracterizada como tal apenas nos registros de 1925 e 1926. Fica visível o acúmulo de suas funções, ora a identificando como secretária da instituição, ora diretora interina antes de assumir definitivamente seu cargo em 1930, ora como professora de datilografia. No período em que esteve à frente da direção (1930 – 1947) no Livro de Movimentos Diários da Escola de 1940 e 1941, que registra o nome

das professoras, as classes que regem, o número de matrículas, comparecimentos, faltas e a porcentagem de alunos presentes diariamente, não há referência alguma a existência dessa disciplina. Sendo assim, identifiquei certa incoerência no que tange a uma possível efetivação das aulas de datilografia no estabelecimento, visto a excessiva carga de atividades da professora e inexistência de registros que a comprovem.

A presença de professoras destinadas a “Encomendas”, apontadas no Livro-ponto de 1955, e a “Cantina”, em 1959, despertaram minha atenção. Ambas as atividades estão relacionadas diretamente com a comercialização dos trabalhos executados na Escola, provenientes da parte de confecções e também das artes culinárias. Uma primeira associação possível é a necessidade de levantamento de verba para o abastecimento das matérias-primas utilizadas nas seções. No entanto, parece-me que a produção nas seções convencionais não estava cumprindo devidamente a demanda de trabalho, daí a necessidade, principalmente, de instituir um espaço para as encomendas.

Recorrentemente nas reuniões de professores é enfatizada a proibição de feitura de trabalhos pessoais no interior da Escola, devendo, portanto, todas as encomendas serem registradas no gabinete da diretora. Pela frequência com que essa chamada de atenção se efetuava nos encontros, podemos inferir que havia alunas ou professoras que acabam aproveitando-se do horário e trabalho escolar para executar trabalhos em benefício próprio.

Outra disciplina que apareceu na década de 1950 foi Música. Sua duração, ao que observei, foi curta, coincidindo com a entrada e saída da professora que a assumiu inicialmente. É possível que a iniciativa tenha sido interessante, no entanto a falta de professores devidamente preparados dificultava a continuidade de algumas propostas.

Nesta mesma década, principalmente a partir da direção da senhora Isis Nascimento Carvalho, outras mudanças foram observadas: a questão da seção de bordado ter sido desmembrada em bordado a mão e bordado a máquina; o aparecimento, pela primeira vez, da disciplina artes aplicadas; e, em 1960, inicia atividades na Escola uma médica. Já quando está na direção a senhora Adélia Jungblut, no ano de 1961, houve a introdução de aulas de higiene no rol de disciplinas da instituição.

Nesse sentido, observamos criação e recriação de conhecimentos que podem estar ligados a questões sócio-culturais mais amplas. A facilidade de aquisição de máquinas de costura, o aperfeiçoamento dos conhecimentos referentes às artes aplicadas⁵⁶ e a necessidade de ampliação de informações voltadas à orientação sanitária podem ser apontados como aspectos que auxiliaram na configuração de uma cultura escolar própria através de adequações no currículo da Escola.

Fica evidente que da mesma forma com que o currículo oficial é produzido sob a ótica de diferentes variáveis, sua prática também passa a ser intercedida por imprevistos. Está aí um indício de que a execução curricular não corresponde a um trabalho mecânico de transmissão de conhecimentos definidos previamente, mas um processo que se formata segundo uma opulência de mudanças, as quais o redefinem constantemente.

Um registro encontrado no Livro de atas das reuniões escolares evidencia com clareza a necessidade de ajustes entre teoria e prática no cotidiano escolar. Relata-se uma solicitação, por parte da direção, às professoras, para que estas ofereçam atenção especial àquelas meninas que não tem acesso a máquinas de costuras em suas casas.

Temos casos em que as alunas não têm maquina de costura em suas residências, então a senhora Diretora pede às professoras que dêem um pouco mais de atenção a estas alunas, facilitando as mesmas, mais acesso as máquinas da Escola, e as outras alunas que façam o serviço de máquina em suas casas. (ESCOLA PROFISIONAL REPÚBLICA ARGENTINA, Livro de atas de reuniões, 1963)

O fato de a Escola não possuir máquinas de costura suficientes para atender todas as alunas, mesmo que lhe seja incumbido o papel de oferecer o curso de bordado a máquina, exige que adequações, como a que se observou anteriormente, sejam feitas em favor do bom andamento das atividades escolares.

⁵⁶ Preocupações com a sistematização de programas de ensino no campo das artes aplicadas podem ser observadas em FREITAS (1954). Maria Vitorina de Freitas, mestra de Tecnologia da Escola Industrial Carlos de Campo em São Paulo, escreveu, em finais da década de 1940, a primeira edição do livro Artes e Ofícios Femininos – Tecnologia. Seu conteúdo pode ser compreendido como um guia completo de todas as modalidades e técnicas dos trabalhos femininos de artes aplicadas.

Mais registros das atas da Escola demonstram essas implícitas relações curriculares em desconformidade. Aparentemente, o problema está em manter em cadência os programas de aula de uma mesma disciplina, bem como sua real efetivação.

Está sinalizado na ata da segunda reunião de professores de 1961, que as professoras de bordado à mão não concluíram o programa compreendido entre 16 de fevereiro a 15 de abril. Já na ata da segunda reunião de 1962, encarrega-se determinada professora de, junto com as demais de mesma disciplina, organizar um programa de ensino eficaz. O excerto abaixo mostra a insistência dessa prática, e em consequência, a exigência de que a direção dedique maiores esforços para sanar esses problemas.

Apesar de várias reuniões já havidas para homogeneizar os diversos métodos de ensino já empregados pelas professoras num mesmo curso da Escola não haver conseguido a sua finalidade, a Diretora irá fazer novas reuniões, para definitivamente resolver tais problemas. (ESCOLA PROFISIONAL REPÚBLICA ARGENTINA, Livro de atas de reuniões, 1963)

Visto isso, entendemos o currículo como um roteiro oficial, um instrumento que delineia possíveis caminhos a serem seguidos pelas escolas, mas também como o resultado da interação desses caminhos às experiências vividas pelos atores sociais envolvidos no processo. Através das pistas levantadas no decorrer desse subcapítulo pudemos perceber que o saber produzido na Escola Profissional é resultado de um constructo miscigenado entre o currículo escrito e inúmeras práticas por ele absorvido.

3.2. Uma escolarização feminina entre o ofício industrial e as prendas domésticas

Os vestígios que elucidam alguns aspectos do que possivelmente se efetivou no cotidiano escolar da Escola Profissional são igualmente importantes ao documento que a regulamentou em 1917. Além disso, permitem-nos dar

significados a esse universo escolar que, uma vez costurado pelo seu currículo, esboça as oscilações da proposta de formação da mulher.

Freitas (1954), ao escrever sua obra “Artes e ofícios femininos – Tecnologia”, aponta que a prioridade de escolarização da mulher nos institutos profissionais deve voltar-se ao ensino da Educação Doméstica, sendo que, concomitantemente, receberá uma preparação que a permitirá executar trabalhos fora dessa âmbito.

Desviada a mulher do elevado dever de esposa e mãe, a sociedade, abalada em seus alicerces, correria o risco de perecer. Portanto cabia aos governantes esclarecidos, conservar a mulher no seu verdadeiro lugar; sem entravar-lhe os anseios de liberdade e o direito de concorrer com o homem em igualdade de condições. Assim, ao lado de todo e qualquer estudo destinado à mulher, não pode ser descurado o ensino de Educação Doméstica, que preparando-a solidariamente para o lar, não a desvia totalmente da sua nobre finalidade. Conhecendo arte culinária, puericultura, higiene, enfermagem, prendas e serviços domésticos, ao mesmo tempo em que adquire um ofício, uma profissão ou se adentra no campo das letras ou das artes, a mulher se torna mais forte e mais capaz (FREITAS, 1954, p.751)

Salientamos, portanto, o papel desses governantes esclarecidos, homens que tinham diante de si o poder de decisão acerca das condições femininas, e que, através das instituições de ensino, materializavam e acentuavam a distância entre os universos masculinos e femininos, de forma a “conservar a mulher no seu verdadeiro lugar”.

Louro & Meyer (1993), ao analisarem a Escola Técnica Feminina de Porto Alegre, fazem uma interessante colocação a respeito das possíveis proposições das escolas dessa natureza, as quais se voltavam para

a formação da mulher hábil e competente e excelente dona de casa. Este é um binômio nunca rompido, como se houvesse um receio de enfatizar demasiadamente um dos pólos. Aparentemente há um cuidado em não realçar o caráter eminentemente profissional dos cursos e as habilitações são apresentadas, de certo modo, num contexto doméstico, ou seja, acentua-se a adequação dessas atividades para mulheres e em especial para donas-de-casa, indicando-se a possibilidade de sua realização na própria casa ou num ambiente reservado, porque feminino (p.132).

Se tomarmos para análise o currículo da Escola, já discutido anteriormente, que possuía em sua estrutura disciplinas como corte, costura, bordado, flores, rendas, arte culinária, higiene, e ainda observarmos detalhes do que lhes era ensinado e cobrado em exames finais, com facilidade adentraremos a esse “binômio nunca rompido”:

Exame de Arte Culinária

[...] os exames constaram de:

1º Compota – de laranja e abacaxi

2º Conserva – de couve-flor e cebola

3º Salgado – pão surpresa e rocambole

4º Bolo com decoração – rosas de cabo, rosas simples e flores de massa

5º Doces miúdos – navios, leques e frutinhas

6º Licores – de abacaxi e morangos [...]

(ESCOLA PROFISSIONAL REPÚBLICA ARGENTINA, Livro de atas de exames, 1957)

Portanto, constatamos que não encontramos nada estranho ao que já está vinculado ao universo feminino por sua natureza. No caso da produção de compotas, conservas, salgados, bolo, doces e licores, apesar de possibilitar a mulher que comercialize seus produtos ou aprofunde seus conhecimentos para percorrer pelo meio fabril alimentício, são atividades que dizem respeito às necessidades diárias de manutenção do bem estar de seus futuros lares, quando casadas, ou mesmo da casa de seus pais, enquanto solteiras.

A afirmação constante de que à mulher cabia ser educada para desenvolver habilidades que lhe proporcionassem uma profissionalização trazia, em suas entrelinhas, o conseqüente afastamento dessas mulheres de suas famílias. Sendo assim, na tentativa de estabelecer um ensino feminino equivalente ao industrial masculino, os direcionamentos tomados seguiram para um curso de Economia Doméstica e seus desdobramentos, visando principalmente fortalecer os laços da mulher com suas casas e seus filhos.

Assim, a ocupação feminina nos setores públicos via-se aumentar, e na mesma medida, tornava-se necessário reforçar essa premissa de fortalecimento da relação mulher e manutenção do lar. É assim que podemos compreender os constantes processos de reorganização e reestruturação

curricular por que passam as instituições, inclusive a Escola Profissional de Curitiba: uma maneira de introduzir nas práticas escolares as necessidades sociais que a contornavam, resultando, neste caso, numa intensificação na divulgação e aprendizagem dos saberes domésticos.

A esse movimento de transposição de conhecimentos cultivados no âmbito privado doméstico para a escola, Louro & Meyer (1993) denominam de “escolarização do doméstico”. Concluem que “assim, pois, o que se passará a ter nas escolas, segundo entendemos, não serão exatamente aqueles mesmos saberes domésticos, mas esses transformados em saberes escolares” (p. 140).

No entanto ainda permanece a inquietação do motivo que esses conhecimentos domésticos não continuavam a ser transmitidos no interior dos lares. E, segundo Louro & Meyer,

A resposta a essa questão estaria, na perspectiva dos (as) educadores (as) de então, exatamente na saída das jovens da escola para o trabalho e seu possível despreparo para as tradicionais tarefas de dona-de-casa. Mais ainda, havia que considerar que a administração e o cuidado com o lar tinham se tornado mais complexos na sociedade moderna; novas máquinas e tecnologias haviam sido introduzidas; ser mãe era uma tarefa também diferente na medida em que a mulher trabalhava fora; outros conhecimentos passavam a ser considerados imprescindíveis para a educação da criança (como a psicologia e a puericultura); além de a organização do orçamento doméstico, a importância da poupança, enfim, as conseqüências econômicas da administração do lar passarem a ter um significado nunca visto (LOURO & MEYER, 1993, p.139).

Percebe-se, portanto, maior refinamento nas exigências domésticas, as quais teriam em ambiente escolar lócus adequado para sua aprendizagem. Associar esses conhecimentos ao ensino profissional, uma lacuna na educação feminina no início do século, tornou-se medida estratégica para evidenciar a participação da mulher no cotidiano escolar, e logo, sua formação útil à sociedade.

Importante mencionar a particularidade desse tipo de formação. Não se trata de simplesmente realocar os conhecimentos das donas-de-casa para o espaço escolar, mas lhe configurar enquanto disciplinas escolares. Executar a

função de mantenedora do lar com eficiência e racionalidade requer uma preparação adequada, a qual, com a ajuda dos professores, seria didaticamente organizada e aplicada.

Os ajustes percebidos ao longo da trajetória da Escola em seu currículo, analisados no subcapítulo anterior, vão ao encontro dessa escolarização do doméstico, em prol da preparação da mulher para aprendizagem de um ofício, ora executado como forma de trabalho assalariado, ora aplicado em suas tarefas domésticas. No entanto, a partir da década de 1970, mais designadamente, com a implantação da lei 5692/71, algumas características específicas da Escola, especialmente as que delineavam um ensino especificamente feminino, vão se perdendo.

Os registros do livro das atas das reuniões de professores demonstram como essa situação de reorganização estava sendo percebida e que encaminhamentos cabiam à Escola traçar para se ajustar à nova regulamentação. Trata-se de um somatório de ações que, em 1974, acarretaram na percepção de que mudanças muito bruscas quanto aos princípios iniciais da instituição se consolidaram.

Inicialmente ocorre o desmembramento da Escola Profissional Feminina República Argentina com a criação do período noturno pelo Decreto n 22387 de 3-12-1971.

Aos oito dias do mês de agosto do ano hum mil novecentos e setenta e dois (por coincidência no dia em que a Escola está completando 55 anos de fundação), realizou-se, numa das salas da Escola Profissional Feminina República Argentina, reunião pedagógica, onde a sra. Diretora Maria da Luz Portugal Werneck comunicou ao corpo docente, que com a publicação da Lei n. 5692, em 17-08-71, que traça as novas Diretrizes e Bases para a Educação Nacional e especialmente o artigo 72 que estabelece a gradatividade na implantação da Reforma do Ensino de 1º e 2º grau (Atualização e Expansão), visando adequar progressivamente o novo sistema estadual de ensino às exigências da nova lei, foi enviado um planejamento ao Egrégio Conselho Estadual de Educação.

Uma vez que o Ginásio Estadual República Argentina, foi criado anexo à Escola Profissional, será formado um Complexo Escolar onde haverá a fusão de três escolas: Escola Profissional Feminina República Argentina, Ginásio Estadual República Argentina e Grupo Escolar D. Pedro II. Comunicou outrossim, que no referido Complexo, o nosso estabelecimento se encarregará da parte de sondagens de aptidões e do setor vocacional, e que seria iniciado ainda este ano, quando iremos

dar atendimento às 5^{as} séries (8 turmas) do 1º grau e depois gradativamente iremos ampliando o atendimento às 6^{as}, 7^{as}, 8^{as} séries. Outrossim, continuaremos com os cursos de formação profissional como tivemos até então, conservando a tradição do estabelecimento. A seguir foi lido o ofício, que encaminhou o planejamento (com anúncio das três professoras) e o conteúdo programático para as 5^{as} séries na área da Educação para o Lar, com ampliação dando atendimento à clientela masculina. (ESCOLA PROFISISONAL REPÚBLICA ARGENTINA, Livro de atas de reuniões, 1972)

Percebe-se, ainda aqui, uma preocupação com a conservação da tradição do estabelecimento, porém essa nova incumbência de realizar as “sondagens das aptidões e do setor vocacional” nas séries finais no 1º grau, de certa forma, exigiria uma reorganização de toda a dinâmica de ensino da Escola.

Novamente, em 1974, mais esclarecimentos acerca das mudanças são feitas na reunião pedagógica:

Aos vinte e cinco dias do mês de maio de mil novecentos e setenta e quatro, em uma das salas da Escola Profissional Feminina República Argentina, foi realizada uma reunião pedagógica com o corpo docente o qual recebeu prévia comunicação. A referida reunião foi realizada para dar às professoras algum contato com as leis 4024 de Diretrizes e Bases, e 5692 da Reforma do Ensino. Foram abordadas as vantagens da lei 4024: a criação dos Conselhos Federal e Estaduais de Educação bem como as APP [Associações de Pais e Professores] nos Estabelecimentos de Ensino, como órgãos auxiliares e colaboradores dos mesmos. Quanto a 5692, foi explicada pela diretora a Filosofia da Lei, os Objetivos, o Núcleo Comum obrigatório em todo território Nacional, a Parte Diversificada de Formação Especial também obrigatória no 1º grau onde entra o que nos diz respeito: Sondagem de Aptidões e Iniciação às técnicas de Trabalho. (ESCOLA PROFISISONAL REPÚBLICA ARGENTINA, Livro de atas de reuniões, 1974)

Neste caso, nada mais se tratou a respeito de manter os objetivos primeiros da Escola, o que pode significar um natural afastamento desses princípios, e um esvaziamento na preocupação com a educação profissional da mulher em cena durante tantos anos nessa instituição.

Também no ano de 1974, com a resolução n. 3601, a Escola Profissional Feminina República Argentina tornou-se um Complexo educacional

pertencente ao setor Centro 2, abrangendo ainda o Instituto de Educação do Paraná, o Grupo Escolar 19 de Dezembro e o Ginásio Estadual Emiliano Perneta, que integradas, gradativamente iriam atendendo às solicitações de profissionalização do 2º grau previstas na Lei 5692/71. (ESCOLA PROFISIONAL REPÚBLICA ARGENTINA, Livro de atas de reuniões, 1974)

Desse modo, a proposta da Escola, reformulada para atender os ensinos de 1º e 2º graus, deixa de atender os anseios da formação de mulheres para a profissionalização e/ou preparação para sua função doméstica, exigindo, portanto, diferentes olhares para seu aprofundamento.

Certamente essas novas medidas acarretaram em práticas diversas, alterando, dentre outros, os objetivos de formação dos alunos, já que a partir de então, meninos passaram a ser atendidos pela Escola. A fim de complementar os entendimentos acerca do cotidiano escolar das alunas que pretendiam aprender um ofício na Escola Profissional reservamos um espaço para a compreensão de suas relações extraclasse exteriorizadas durante os rituais escolares.

3.3 Imagens e interpretações dos rituais escolares

A um conjunto de manifestações escolares com finalidades diversas, porém com significantes que se traduzem em expor peculiaridades do universo escolar, denomino de rituais escolares. Estes, de certa forma, evidenciam práticas educativas fundamentais à compreensão dos espaços de sociabilidade percorridos pelos atores sociais que compunham as instituições escolares, revelando, em suas entrelinhas, aspectos de seu universo.

Destaco para esse sub-capítulo imagens que retratam sessões cívicas de festivais e homenagens, desfiles patrióticos, cerimônias de colação de grau, prática de atividades físicas e desfiles de exposição dos trabalhos, entendendo que suas leituras proporcionarão uma compreensão para além do que está retratado. Segundo Leite (2001),

as fotografias estão a exigir um estudo comparativo de sistema de significados, das mediações entre a realidade que se quer compreender e a imagem dessa realidade. Como exprimiu, as

fotografias devem ser consideradas pelos historiadores da mesma forma que outra prova qualquer (p.26).

Utilizando-se, portanto, dessas fontes fotográficas de comemorações de naturezas diferentes em que as alunas da Escola Profissional Feminina de Curitiba estiveram envolvidas, busca-se apreender as relações estabelecidas entre esses rituais e os signos e comportamentos desse contexto educacional.

Acerca das especificidades dessa tipologia de fonte para os estudos históricos, recorro a Barthes (1984), que destaca que

Como a Fotografia é contingência pura e só pode ser isso (é sempre algumas coisa que é representada) – ao contrário do texto que, pela ação repentina de uma única palavra, pode fazer uma frase passar da descrição à reflexão –, ela fornece de imediato esse ‘detalhes’ que constituem o próprio material do saber etnológico. [...] Ela me fornece ter acesso a um infra-saber; fornece-me uma coleção de objetos parciais (pg. 49).

Nesse caso, cabe-me uma tentativa não de *adivinhar* a que fato essas imagens se referem, mas investigar a ação humana enquanto uma representação, e construir uma explicação aproximada, desconsiderando a hipótese de retratá-lo da forma exata como existiu, considerando prioritariamente que relações se estabelecem por trás da realidade congelada em uma imagem.

A partir de 1942 a Escola Profissional, já renomeada República Argentina, passa a contar com o Centro Duque de Caxias como associação responsável pelos direcionamentos referentes a atividades culturais, recreativas e esportivas da instituição. Nos primeiros artigos do estatuto, da finalidade do Centro, temos seus apontamentos iniciais:

Art.1 O centro “Duque de Caxias”, fundado nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, no dia 25 de agosto de 1942, foi fundado pela professora e diretora Dona Nimpha Rocha Peplow. É uma associação de caráter cultural, recreativo e esportivo, sem cor política ou religiosa. Sendo o supremo e único grêmio representativo das alunas da Escola Profissional “República Argentina”, nas suas relações coletivas oficiais com outros estabelecimentos de Ensino, entidades culturais e esportivas e Poderes Públicos. A sua existência legal está devidamente registrada na Secretaria de Educação e Cultura.

Art. 2 Comemorar as grandes datas nacionais e universais
Todas as comemorações serão dadas a conhecer a diretora da escola e contará com a sua autorização
A Diretoria cabe velar pelos interesses do grêmio, propugnando pelo seu maior engrandecimento. (ESCOLA PROFISSIONAL REPÚBLICA ARGENTINA, 1942)

Desse modo, a partir dessa data, entende-se que por trás dos acontecimentos culturais em que a Escola Profissional República Argentina esteve envolvida, o Grêmio estudantil a respaldava. Possivelmente, em virtude de sua fundação, as alunas da Escola viram suas oportunidades de visibilidade social aumentadas. Um maior volume de fotografias referentes a essas “relações coletivas oficiais” realmente aparecem em momento posterior ao ano de 1942.

A seguir algumas imagens retratando a participação das alunas da Escola em sessões cívicas do Festival Pró Legião Brasileira de Assistência e Cooperativa A. Torres, em 1942, e da Homenagem ao Expedicionário Brasileiro, em 1945⁵⁷. Com relação à primeira festividade, ocorrida no mesmo ano da criação do Grêmio, a legenda da foto ainda as denominava como ‘alunas da Escola’, no entanto, na homenagem de 1945 a representação das meninas da instituição era marcada como ‘Centro Duque de Caxias da Escola’.

Podemos evidenciar nesses detalhes marcas de um período de transição, em que as moças da Escola Profissional República Argentina deixam de ser apenas as alunas para se tornarem representantes de um Grêmio estudantil, o que denota certa acuidade perante a comunidade escolar.

⁵⁷ Como será observado adiante, outra fotografia que não se refere diretamente a esses rituais escolares será utilizada, tendo em vista sua interessante relação com minúcias do Festival Pró L.B.A.



Figura 10: Alunas da Escola Profissional República Argentina em sessão cívica do Festival Pró Legião Brasileira de Assistência e Cooperativa A. Torres, 1942
FONTE: Álbum de Fotografias, Centro de Capacitação em Artes Guido Viaro.

Esse festival realizado no Clube Danúbio Azul⁵⁸, contou com a participação, na mesa principal, dos senhores Dr. Hostílio de Souza Araújo, Coronel Belo e Dr. Guerra Rego, o orador da solenidade, bem como com as senhoras General Milton Cavalcanti e Hostílio de Araújo e a diretora da Escola Profissional República Argentina nesse período, Nimpha Rocha Peplow.

Como se pode observar, as alunas da Escola, todas segurando em sua mão esquerda uma haste contendo uma réplica da bandeira nacional em sua extremidade, posam de maneira simétrica, como uma espécie de adorno para a sessão cívica do festival. Estão ali, tornando-se visíveis, em um momento de suma importância dos rituais, além de o orador parecer estar se pronunciando, foram responsáveis pela salvaguarda de um instrumento símbolo da Pátria.

Atento para o fato de as próprias alunas poderem ser as responsáveis pela confecção das bandeiras utilizadas no festival. Vestígio esse proveniente

⁵⁸ Local de realização indicado na própria legenda da fotografia. Maiores informações acerca desse festival infelizmente não foram encontradas.

da observação da figura 10, a qual apresenta uma aula de confecção de bandeiras na Escola Profissional.



Figura 11: Alunas de várias sessões da Escola Profissional República Argentina na sala de confecção de bandeiras ministrada pela Professora Aracy Charlier⁵⁹, 1942.
FONTE: Álbum de Fotografias, Centro de Capacitação em Artes Guido Viaro.

Essa aula reunia alunas das diferentes sessões, fossem elas de costura, pintura ou bordado, para confeccionarem apenas bandeiras. A data apresentada na legenda da foto é dos dias 1, 2 e 3 de setembro de 1942, logo uma associação pode ser feita com as comemorações das festas de 7 de setembro que sucederiam.

Como está averiguado que as meninas responsabilizavam-se pela costura das bandeiras, estabeleci essa relação entre as confecções das bandeiras na própria Escola e sua utilização em rituais escolares, quando necessário, como o Festival Pró L.B.A., como mais comumente era referido.

⁵⁹ Aracy Charlier, como pude observar nos registros dos livros-ponto da instituição, foi uma das professoras que permaneceu mais tempo na Escola Profissional República Argentina.

Insisto ainda num maior aprofundamento na análise dessa fotografia recorrendo às categorias de interpretação de imagens propostas por Kossoy(2001). O autor define a presença da primeira e segunda realidades nas fotografias, referindo-se, respectivamente, a uma contextualização do fato retratado e aos elementos congelados no momento escolhido pelo fotógrafo.

Assim, delineando-se os traços da segunda realidade⁶⁰ temos uma turma somente composta por meninas, ao total vinte e oito, todas uniformizadas e muito bem apresentáveis, e uma professora ao fundo da sala. Bandeiras coladas à parede dão um tom agradável ao ambiente. Há uma tentativa em retratar harmonia e a participação das alunas na atividade, já que todas se esforçam em mostrar algum material em suas mãos... as próprias bandeiras, agulha e fio e até mesmo uma máquina de costura. A maioria delas demonstrando estar compenetrada em seus afazeres.

Já que pontuamos anteriormente esse assunto referente à bandeira nacional enquanto símbolo da Pátria, uma ressalva acerca das relações entre os rituais escolares e as memórias nacionais parece interessante, demarcando, portanto, minha interpretação iconológica acerca da primeira realidade⁶¹ dessa fotografia. Registrar uma aula de confecção de bandeiras significa alinhamento da escola a um amplo processo de evidenciação das concepções de nacionalidade.

A questão do culto a Pátria entre as décadas de 1930 e 1940, segundo Veiga (2000) e Vidal e Faria Filho (2005), se estabelece nos espaços escolares, assim como nas manifestações escolares que ultrapassam seus muros, como prática que visa prioritariamente à composição de uma identidade nacional. Trata-se de um esforço em conseguir homogeneizar e redefinir na escola, através de seus rituais e festas, o ideal de nação civilizada e os valores de patriotismo dirigidos aos alunos.

O que percebemos, portanto, é a possibilidade de compreensão da escola sob diferentes ângulos, como assinala Bencostta (2011), ao referir-se aos significados inerentes às festas escolares:

⁶⁰ Terminologia utilizada por Kossoy (2001) para definir o instante registrado na fotografia, os elementos que o constituem visivelmente. O momento petrificado escolhido para perpetuar, indissociado de quaisquer relações com a produção, armazenamento e recepção desse documento.

⁶¹ Também sugerida por Kossoy (2001) para designar a contextualização do momento congelado. Procedimento em que a análise aprofundada permeia sobre o que não está visível, vai além do fragmento selecionado, exigindo problematizações e relações com um pano de fundo mais amplo.

Partirmos do pressuposto que elas compõem fatos sociais, e o seu estudo ganha importância não somente do ponto de vista histórico, mas também antropológico, colocando em destaque momentos simbólicos de integralização dos atores do universo escolar frente à construção de instrumentos que as viabilizem na qualidade de fenômeno cultural. Com isto, não recuso às festas escolares o caráter de partícipes do processo de escolarização, ao contrário, reconheço que mesmo que essas possuam papéis diferenciados frente à necessidade instrucional na transmissão e construção do conhecimento escolar, compõem o processo de formação educacional dos alunos. (p.4)

Abaixo, na figura 11, mais um retrato do Festival pró L.B.A., no entanto as alunas aparecem em situação menos formal que a exposta anteriormente. Parece-nos uma apresentação embalada pelo som do piano. A professora responsável pelo instrumento é Lucia Laynes, como consta na descrição da foto contida no álbum. A sensação de movimento provocada pelo vestuário das meninas suaviza o momento congelado. Além de suas saias rodadas, compõe o figurino um lenço levado às mãos.



Figura 12: Alunas da Escola Profissional República Argentina em sessão cívica do Festival Pró Legião Brasileira de Assistência e Cooperativa A. Torres, 1942.
FONTE: Álbum de Fotografias, Centro de Capacitação em Artes Guido Viaro.

É interessante ressaltar que a introdução das festas escolares nos programas das instituições constava nos regulamentos de ensino. Portanto, atender às solicitações, soava como algo obrigatório, algo que já pertencia à rotina escolar, colaborando para a legitimação da rigorosidade e hierarquização pressupostas pelas solenidades.

Lanço a hipótese de que o investimento em preparar-se para apresentações dessa natureza poderia ocorrer muito antecipadamente no interior da Escola. A disposição em que se encontram as alunas, bem como os diferentes gestos que efetuam, faz-nos perceber que se trata de algo muito bem ensaiado.

Celebrar datas visando homenagear personalidades importantes do cenário nacional também se constituía motivo de festas escolares. No ano de

1945 as alunas da Escola Profissional estiveram envolvidas nos rituais de Homenagem ao Expedicionário Brasileiro⁶².

Muito diferentes da fotografia analisada anteriormente, que parece demonstrar certa liberdade às meninas em seus movimentos, as duas imagens que seguem estão acompanhadas pelo homogêneo discurso da festas escolares exaltarem a ordem e o belo. As composições, nessa lógica, investem em conter os corpos e impor padrões, revelando algo como que uma caricatura, como salienta Veiga (2000), em que a expressão dos sujeitos é anulada em favor de externarem aquilo que não lhes é sentido, mas compelido a expressar.



Figura 13: Centro Duque de Caxias da Escola Profissional República Argentina em sessão cívica de Homenagem ao Expedicionário Brasileiro, 1945.
FONTE: Álbum de Fotografias, Centro de Capacitação em Artes Guido Viaro.

Nesse momento apontado pela figura 12, o que me inquieta é a possibilidade de esta configuração ter sido preparada para a execução do Hino

⁶² Não foram encontrados maiores informações e detalhes acerca dessa festa escolar.

Nacional. Barthes (1984) definiria como o punctum da imagem, ou seja, aquilo que desperta a subjetividade sem uma explicação palpável, que chama atenção sem motivo específico. Já a grandiosidade da bandeira nacional ao fundo, a organização perfeitamente simétrica, em “V”, das alunas na escada, duas moças cuidando da abertura das bandeiras expostas, um casal seriamente parado em cada lado da escada e os enfeites compostos por muitas flores espalhados ao chão, compõem o studium, a apreensão das informações objetivas da fotografia.

Destaco a possibilidade de o “V” referente à disposição das meninas na foto, significar a vitória dos Aliados na II Guerra Mundial, campo que Getúlio Vargas aderiu tardiamente. A bandeira dos Estados Unidos presente no palco, portanto, não possui caráter casual, uma vez que a celebração ocorre em homenagem aos expedicionários, personagens diretamente envolvidos com esse acontecimento.

Sugiro ainda uma análise no que tange ao papel do fotógrafo enquanto grande interventor na produção da imagem. Ainda que regido por exigências de uma hierarquia superior, uma vez que faz uma preparação adequada para a finalidade a que se destina essa fotografia, provavelmente indicando poses, sugerindo boa apresentação das alunas, incluindo uniformização das vestimentas e cabelos bem penteados, posicionando as representantes do Centro Duque de Caxias e os materiais que deveriam estar impecavelmente organizados no palco, a mediação entre realidade e imagem a ser perpetuada fica sob responsabilidade do fotógrafo. Enfim, como enfatiza Kossoy (2001, p. 108):

“As possibilidades de o fotógrafo interferir na imagem – e portanto na configuração própria do assunto no contexto da realidade – existe desde a invenção da fotografia. Dramatizando ou valorizando esteticamente os cenários, deformando a aparência de seus retratados, alterando o realismo físico da natureza e das coisas, omitindo ou introduzindo detalhes, elaborando a composição ou incursionando na própria linguagem do meio, o fotógrafo sempre manipulou seus temas de alguma forma: técnica, estética ou ideologicamente”



Figura 14: Centro Duque de Caxias da Escola Profissional República Argentina em sessão cívica de Homenagem ao Expedicionário Brasileiro, 1945.

FONTE: Álbum de Fotografias, Centro de Capacitação em Artes Guido Viaro.

Mais um momento em que as alunas estão posando para a foto. Todas organizadas de maneira harmônica, sentadas, deixando aparecer ao fundo as bandeiras nacionais e o tecido pintado como motivo da comemoração da festa. Mais uma vez insistirei na possibilidade de, também para esse evento, as alunas da Escola, então representantes do Centro Duque de Caxias, terem confeccionado as roupas e materiais utilizados. Já que havia sessões de corte e costura e flores na Escola nesse período⁶³, não seria incoerente pensar que esse cenário fora composto por trabalhos executados pelas próprias meninas.

Outro indício importante é que vestimentas dessa mesma imponência e arranjos de flores de mesmo formato eram utilizados nas cerimônias de colação de grau das alunas, como se pode observar na figura 14. Nesse sentido, a pretensão é chamar a atenção para uma possível relação entre a

⁶³ ESCOLA PROFISSIONAL FEMININA REPÚBLICA ARGENTINA, Livro de atas de exames (1942-1957).

ornamentação dos rituais escolares e as propostas de trabalho, de cunho profissionalizante, oferecidas pela Escola Profissional Feminina.

Mais fácil se estabelecer essa relação quando se trata de uma cerimônia circunscrita a uma única escola, como é o caso dessa cerimônia de formatura. Certamente é um ritual mais restrito que os tratados anteriormente, e que possivelmente era organizado pelas pessoas que estavam diretamente ligadas à instituição, ou seja, alunas e professoras. Mais elementos, como a tela ao fundo, a toalha da mesa e o tapete sobreposto ao degrau, podem revelar a participação ativa das alunas nos preparativos de sua colação de grau.



Figura 15: Cerimônia de Colação de Grau das alunas da Escola Profissional República Argentina, 1944.

FONTE: Álbum de Fotografias, Centro de Capacitação em Artes Guido Viaro.

Impossível não salientar que o semblante sisudo das vinte e uma formandas padronizada e impecavelmente vestidas e penteadas, já com seus diplomas à mão, não se ajusta a natureza do ritual. O ritual de colação de grau, diferente de outras festas escolares, apesar da seriedade do momento que lhe é intrínseco, acredito ser uma oportunidade mais razoável de as alunas

externarem seus verdadeiros sentimentos. Sem dúvidas, a conclusão de uma etapa de formação é o momento mais esperado por aqueles que passaram anos sentados nos bancos escolares, sendo que à sua chegada o controle no campo das emoções não deve ser tarefa fácil.

Chamon (2002), apesar de não estar se referindo propriamente aos rituais de formatura, faz uma interessante referência a essa questão da comoção nas festas escolares:

Uma festa se caracteriza sempre, em primeiro lugar, pelo prazer, pela alegria e pela expansão dos sentimentos que nela tem lugar. E sentimentos não são categorias racionalizáveis, de contornos claros e definidos. O campo das emoções e dos afetos, essencial ao mundo festivo, é, por isso mesmo, difícil de delimitar e de abordar (CHAMON, 2002, p. 17).

Uma prática interessante dessa cerimônia de colação de grau refere-se à produção de um “quadro vivo” com as alunas e demais objetos, como quadros de importantes personalidades, bandeiras, pintura para compor o fundo do cenário e todo um ornamento com flores. Trata-se de um símbolo ritual, assim como o quadro de formandos, o álbum de fotografias e até mesmo a solenidade festiva. Werle (2005, s/ pg.) define que “a formatura é uma prática ritualizada que expressa a cultura escolar institucionalizada. [...] Os símbolos rituais são um instrumental que possibilita modelar a realidade, instrumentos mediadores com sentido subjacente ou de teor subjetivo e que articulam as dimensões normativa e afetiva”.



Figura 16: Quadro vivo após cerimônia de Colação de Grau das alunas da Escola Profissional República Argentina, 1944.

FONTE: Álbum de Fotografias, Centro de Capacitação em Artes Guido Viaro.

Acredito que símbolos como esses implicam na perpetuação de uma memória para ambos os lados: alunos que vêem sua identidade reconhecida e que orgulhosamente estão sendo perfilhados por uma comunidade escolar ampla, assim como a instituição que confirma o término de uma série de esforços despendidos, os quais saíram do plano dos objetivos para tornarem-se resultados personificados.

Dois álbuns de formatura das diplomandas da Escola Profissional Feminina República Argentina, de 1940 e 1944, foram encontrados. Werle (2005, s/ pg.) explica a função dessa natureza de fonte traçando uma interessante comparação com os quadros de formaturas:

É uma redução na dimensão, na característica de exposição e no significado de memória escolar. Se os quadros eram a memória institucional exposta nas paredes da escola, quase um relatório anual do cumprimento do papel social da escola, os álbuns, pelo menos os primeiros, afiguram-se como a memória da escola espalhada com as pessoas. [...] Os álbuns inauguram a passagem das memórias de formatura para o

âmbito do privado. É como se as lembranças daquele momento deixassem de ser possuídas pelas escolas, que mesmo tendo diplomado as alunas, na forma de quadro as mantinha sob seu teto, passando, quando álbum, do âmbito da história da instituição escolar para o âmbito das memórias pessoais.

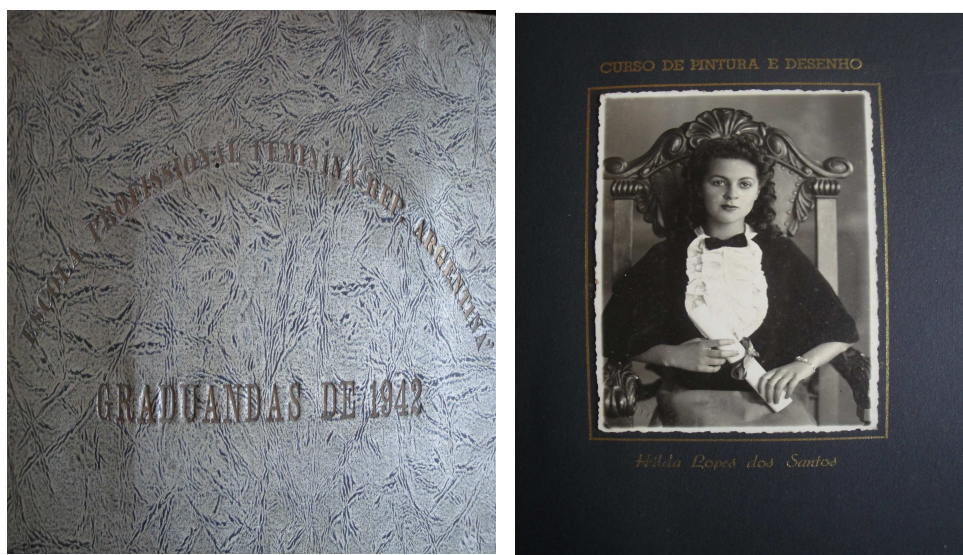


Figura 17: Capa e uma das folhas do álbum de formatura das graduandas de 1942 da Escola Profissional Feminina República Argentina, 1942.

FONTE: Álbum de Fotografias, Centro de Capacitação em Artes Guido Viaro.

Apesar de não ter encontrado os quadros de formatura das alunas da Escola, arrisco inferir que os álbuns contem sim uma grandiosidade e podem significar uma memória institucional ainda que passem a fazer parte dos acervos pessoais discentes.

Começamos pela organização do álbum, que revela fielmente a hierarquização nas instituições, dando lugar de destaque a diretores, paraninfos e homenageados e, em seguida, às formandas. Ainda há a questão da capa e decoração, de muita beleza e bom gosto, expondo a importância de a instituição ver-se reconhecida pelo seu zelo e capricho, e perpetuar-se. E por fim, o cuidado em apresentar os nomes das graduandas e a seção da Escola em que se formaram com destaque, podendo significar que dali em diante, uma associação natural das habilidades profissionais das ex-alunas ao nome da instituição se firmaria.

Desfiles escolares e prática de atividades físicas, como pode ser observado nas figuras 16 e 17, também fizeram parte da rotina da Escola Profissional. Ordem, disciplina, plasticidade e alinhamento são palavras que definem bem esses rituais. Impecavelmente uniformizadas e com trocas de pés aparentemente simultâneas nos desfiles e, braços e pés em perfeita harmonia na atividade física.



Figura 18: Alunas da Escola Profissional República Argentina em desfile escolar, sem data.

FONTE: Álbum de Fotografias, Centro de Capacitação em Artes Guido Viaro.

As moças que desejavam se profissionalizar também se constituíam a geração do futuro, a marca dos esforços dos governantes, devendo, portanto estar em sintonia com a afirmação dessas premissas diante da população, que se bem observarmos, comparecia fervorosamente aos desfiles. Fagundes (2005, p.15) enfatiza que

Durante a Era Vargas, o Estado Brasileiro passou a se apropriar das imagens de seus jovens desfilando em rituais cívicos criados para exaltar a figura do chefe da Nação. Podemos perceber que as imagens deste período tinham a

função de mostrar os jovens em atividades atléticas e patrióticas. Era preciso levar os jovens para as ruas, pois o vigor, a disciplina e a ordem demonstradas nos desfiles e paradas deveriam ser a marca da nova administração, que estava inaugurando um novo país, ou melhor, um *Estado Novo*. As imagens criadas a partir das novas datas cívicas circulavam pelos jornais e revistas do período, possibilitando que toda a população admirasse a geração que deveria construir o futuro do país. Se antes os mesmos rituais aconteciam no interior das instituições de ensino, agora era preciso que toda a população brasileira acompanhasse, o mais próximo possível, o espetáculo da construção da nacionalidade. Com isso, as imagens de gigantescos desfiles escolares abandonaram o recinto escolar e passaram a fazer parte do cotidiano da população.



Figura 19: Alunas da Escola Profissional República Argentina realizando atividades físicas, sem data.

FONTE: Álbum de Fotografias, Centro de Capacitação em Artes Guido Viaro.

Ainda que a fotografia esteja retratando a prática de exercícios físicos com as alunas da Escola, ressaltar que em nenhum dos livros-ponto

pesquisados havia referência da presença de uma professora para a disciplina de educação física na instituição. Fica, portanto uma lacuna a respeito da origem dessas práticas. Hipóteses como não ser uma atividade rotineira, professora de outra seção se responsabilizar pelos exercícios, necessidade de confirmação de que a Escola cumpria com seus deveres de valorização da nacionalidade através das atividades atléticas perante o governo podem ser levantadas.

Outra prática muito valorizada e, portanto, muito cuidadosamente preparada pelas escolas, eram as exposições de trabalhos realizadas em finais dos anos letivos, ou até mesmo em dias de comemorações diversas nas instituições. Na Escola Profissional, as meninas tinham a oportunidade de, além de expor seus trabalhos manuais, fruto da dedicação nas sessões que freqüentavam, vendê-los a fim de arrecadar mais fundos para a compra de novas matérias primas.

Essas iniciativas, entendidas como uma “vitrine da instituição, no qual toda sociedade local podia ver e comprar o que os alunos da profissional produziam” (CARAPONALE, 2009, p.31), tinham lugar de destaque na imprensa curitibana, como mostra o jornal *Diário da Tarde* no trecho abaixo:

Escola Profissional Feminina

Abre amanhã às 19 horas a costumada exposição annual deste utilíssimo estabelecimento de ensino. Muitos, lindos e variadíssimos artefactos trabalhados pelas respectivas alumnas estarão expostos ao público que deles pode fazer aquisição por preços reconhecidamente módicos. Esta exposição se manterá aberta até ao fim do corrente mez – desde as 14 ás 16 horas, e desde as 19 ás 21. (DIÁRIO DA TARDE, 14 nov. 1931)

Além disso, encontrei outro vestígio de que a exposição dos trabalhos das alunas poderia também ser realizada sob a forma de desfiles de moda. Fontes que comprovem sua forma de organização bem como encaminhamentos, infelizmente não foram encontradas. Duas fotos avulsas em meio ao acervo me deram a possibilidade de identificar a existência de acontecimentos dessa natureza na Escola.



Figura 20: Desfile com materiais confeccionados pelas alunas da Escola Profissional República Argentina, sem data.

FONTE: Álbum de Fotografias, Centro de Capacitação em Artes Guido Viaro.

Ambas as maneiras de exporem os trabalhos das alunas, a realizada sob forma de 'bazar' e o desfile, incitam o reconhecimento do incessante trabalho despendido durante todo o ano letivo. Esses tipos de eventos, por sua natureza, exigem uma preparação mais sofisticada, já que revelam o ponto culminante dos resultados obtidos pelas alunas que freqüentaram as várias seções e conta com a presença de pessoas estranhas à instituição para sua apreciação, desde pais e comunidade a representantes de órgãos do Estado que provavelmente aproveitavam o momento para realizar uma inspeção, ainda que não de maneira muito formal.

Impossível não salientar o papel do fotógrafo nessas ocasiões. A ele estava incumbido praticar as melhores técnicas de enquadramento e percepção de momentos adequados para garantir qualidade nas minúcias dos

trabalhos, boas poses para a intenção de se produzir um álbum do desfile, riqueza de informações se o desejo for propagandear a escola etc. Realmente é perceptível seu cuidado com centralização da 'modelo', a atenção em registrar a platéia ao fundo e a cautela em expor por inteiro o corpo da moça a fim de que todo o traje fosse contemplado.

Como se pôde conferir, um pouco dos sinais de algumas práticas escolares ritualizadas da instituição ou em que ela esteve participando, aguçam reflexões acerca de relações estabelecidas em momentos anteriores à formalização das festividades e exposições. Em se tratando especificamente das artes e ofícios femininos, podemos entender esses rituais como espaços de oficiais apresentações e oportunidades de verificar a aceitação do que as alunas haviam desenvolvido durante sua permanência nessa modalidade de ensino profissional. Como destaca Aumont (1993, p.88), "a imagem é, pois, tanto do ponto de vista de seu autor quanto de seu espectador, um fenômeno ligado também à imaginação".

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi intenção dessa pesquisa compreender algumas das contribuições da Escola Profissional Feminina de Curitiba, renomeada para Escola Profissional República Argentina na década de 1930, para a formação da mulher curitibana, e, conseqüentemente, colaborar para o reconhecimento de sua visibilidade em espaços diferentes do que sua história veio ancorando ao longo dos séculos.

A emergência, no início do período republicano, do processo de socialização da força de trabalho resultou em iniciativas que envolveram esferas sociais diversas. O sistema educacional, nesse caso, atuou como responsável pela disseminação dos saberes e práticas profissionais que estivessem em consonância com as exigências do processo produtivo.

Foi nesse sentido que as Escolas Profissionais foram criadas em diversas cidades, principalmente naquelas que já possuíam certo grau de desenvolvimento e apresentavam demanda de alunos para uma modalidade de ensino recém-iniciada. As artes e os ofícios foram o caminho educativo, didaticamente aceito, de inserir os jovens, provenientes das camadas baixas e médias da sociedade, no cenário da profissionalização.

Como as distinções entre os universos feminino e masculino sempre estiveram presentes no transcorrer da história, essas relações de gênero não deixaram de contracenar com os balizamentos do ensino profissional. Aos jovens rapazes, futuros provedores de família, o domínio de técnicas e ofícios que o colocassem diante do mercado de trabalho; às moças, conhecimentos que aperfeiçoassem suas habilidades manuais, que ora a colocariam em melhores chances de buscar um bom casamento, ora a profissionalizariam.

A Escola de Curitiba, exclusivamente feminina, entendendo que se dedicava a compreender os conhecimentos de um espaço social mais amplo e transformá-los em saberes escolares sociais, buscou organizar em seu currículo, ao que se percebe, formas de tornar a mulher preparada para sua vida adulta. Desenvolvendo, então, atividades diversas que a tornariam tanto boa dona-de-casa, como hábil artesã qualificada para enfrentar o mercado de trabalho, caso necessário.

Não foi pretensão da instituição, apesar de estar diretamente envolvida com a construção das representações femininas, delinear um novo tipo de

mulher curitibana, inserida integralmente na esfera pública. No entanto também não é possível afirmar que sua atuação deu-se apenas no âmbito das permanências, da reprodução contínua de que o lugar ideal da mulher seria sua casa. Mudanças de sensibilidade em relação a um acompanhamento das discussões que extravasavam os muros escolares foram perceptíveis.

O trabalho em ateliês, costurar ou bordar para fora, ou até mesmo habilitar-se para cuidar bem do seu lar não revelam nada inovador no que tange a representação da mulher no universo do trabalho. No entanto, podemos entender essas atividades como um primeiro passo oportunizado às mulheres, a fim de encorajá-las a prosseguir mais autonomamente na organização de suas vidas produtivas.

A longa trajetória da Escola já revela por si só que seria muito difícil traçar um único perfil de mulher que perpassou pelo curso. Em um movimento que acompanhou compassos diferentes, desde as transformações sociais, perpassando pela legislação educacional e a própria cultura escolar da instituição, a sua singularidade se revela diante desse funcionamento que compreendeu sete décadas.

Não podemos, é claro, tomar como produto de comparação as escolas profissionais de São Paulo, tão pujantes no contexto em que se encontravam. A magnitude tomada por uma rede de escolas profissionais nesse estado difere em questões de organização curricular, bem como de formação segundo demandas sociais que cerceavam suas construções.

O próprio processo de criação Escola Profissional Feminina de Curitiba assinala uma experiência díspar, uma vez que é proveniente de uma pretensão escolar diversa da que prevaleceu nesses setenta anos de funcionamento. Ainda assim, avaliamos como fundamental a interlocução entre arte e trabalho, legado deixado pela Escola de mariano de Lima, para os primeiros delineamentos da Escola, que soma o quesito profissionalização a seus encaminhamentos.

Impossível deixar de mencionar os inúmeros vestígios de descaso com que a Escola Profissional Feminina de Curitiba foi tratada ao longo de sua trajetória. Brigas por espaço adequado e verba para compra de matérias primas tornaram-se uma constante.

Desse modo, contrapondo essas intempéries ao trabalho desenvolvido pela Escola é justo reconhecermos seu valor e persistência em manter-se funcionando.

Ainda que desalinhos tenham permeado os meandros de sua consolidação e reconhecimento, seu crescimento pode ser observado, por exemplo, se considerarmos o número de funcionários que passaram a compor gradualmente o quadro da Escola. Apuramos que em 1921 nove funcionários ofereciam seus serviços no estabelecimento e em 1961 já se contava com 71 pessoas nesse quadro. Trata-se de um mero detalhe, mas que aponta mais que sua persistência de funcionamento, diz respeito a uma maior autoridade conquistada por essa instituição de ensino de caráter singular, que passa a contar com maior número de professores, logo, mais alunos, novas disciplinas, maior circulação de saberes escolarizados.

A atenção e preocupação dispensada à aplicabilidade dos ofícios apreendidos na Escola também merecem destaque. Especialmente nas exposições, ficou bastante visível a importância dada a esse ensino voltado para a aplicação imediata dos saberes. A quantidade de encomendas que as alunas recebiam era alta. Revelou-se, portanto, a lógica disciplinarizadora desenvolvida pela escola, atentando para a execução de atividades que resultassem úteis fora do ambiente escolar. O processo de aprendizagem das meninas culminava, portanto, nem momento em que apresentavam à comunidade os produtos decorrentes de seu trabalho.

Entendemos, portanto, que as propostas e práticas da Escola representaram uma ação, ainda que tímida, de modificações relacionadas ao lugar da mulher na sociedade curitibana. A tentativa em adequar-se aos discursos dos períodos merece ser reconhecida, no entanto, raízes remanescentes acompanham seu trabalho, revelando momentos em que a mulher preparava-se, ora para uma sociedade que aceita sua visibilidade, ora exige seu recuo para o âmbito privado.

Não é interesse desse trabalho esgotar as possibilidades de análise acerca da Escola Profissional Feminina de Curitiba, bem como da formatação das representações femininas curitibanas, nem constituir explicações definitivas sobre a temática. Apenas deve ser entendido como uma contribuição para a área, e, além disso, uma possibilidade de instigar o

despertar de interesses. Estes, sem dúvidas, enriquecerão ainda mais esse capítulo da História da Educação no Paraná, levando em consideração uma peculiaridade histórica, que novas explicações sob diferentes prismas e olhares serão evidenciadas, potencializando ainda mais os predados das pesquisas do campo.

FONTES

A Bomba. Curitiba, 30 set. 1913.

A Bomba. Curitiba, 10 dez. 1913.

A EDUCAÇÃO da mulher. **Gazeta do Povo.** Curitiba, 30 jun. 1924.

A MULHER moderna. **Diário da Tarde.** Curitiba, 17 nov. 1916.

ARRUDA, Mercedes. Porque a mulher deve instruir-se. **Gazeta do Povo.** Curitiba, 13 abr. 1952.

BRASIL, **Constituição** (1937). Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1937.

BRASIL, Decreto n. 7566, de 23 de setembro de 1909.

BRASIL, Decreto n. 13064, de 12 de julho de 1918.

BRASIL, Lei n. 3453, de 6 de janeiro de 1918.

BRASIL, Lei n. 5692, de 11 de agosto de 1971.

COELHO, Mariana. **A evolução do feminismo:** subsídios para a sua história. 2 ed. Curitiba, Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

COELHO, Mariana. **Palestras Educativas.** Obra Póstuma. Curitiba, Centro de Letras do Paraná, 1956.

EDUCAÇÃO feminina. **A República.** Curitiba, 24 abr. 1914.

ESCOLA DE ARTES E INDÚSTRIAS DO PARANÁ, Relatório apresentado a Assembléia Legislativa do Paraná, em 17 de fevereiro de 1887. Curitiba, Tipografia Paranaense, 1887, Arquivo Público do Paraná.

ESCOLA PROFISIONAL FEMININA, **Diário da tarde.** 14 nov. 1931.

ESCOLA PROFISIONAL FEMININA DE CURITIBA, Livro-ponto, 1925 a 1965.

ESCOLA PROFISIONAL FEMININA DE CURITIBA, Livro de Cópias e Ofícios, 1928 a 1932.

ESCOLA PROFISIONAL REPUBLICA ARGENTINA, Livro de Movimentos Diários, 1940-1941.

ESCOLA PROFISIONAL REPUBLICA ARGENTINA, Livros de Atas e reuniões, 1960 a 1978.

ESCOLA PROFISIONAL REPUBLICA ARGENTINA, Estatuto do Centro "Duque de Caxias", 1942.

ESCOLA PROFISSIONAL FEMININA REPÚBLICA ARGENTINA, Livro de atas de exames, 1942 a 1957.

ESCOLA PROFISIONAL REPUBLICA ARGENTINA, Álbum de fotografias, sem data.

FARIA, Gastão. Uma instituição que nos honra. **Diário da Tarde**. Curitiba, 24 ago. 1917.

FREITAS, Maria Vitorina de. **Artes e Ofícios Femininos** – Tecnologia. 2 ed. São Paulo: Linográfica Editora, 1954.

GALVÃO, Patrícia. Mulher do Povo. In: **O Homem do Povo**: coleção completa e fac-similar do jornal criado e dirigido por Oswald de Andrade e Patrícia Galvão (Pagu). – 3 ed. – São Paulo: Globo; Museu Lasar Segall; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

GROSSI, Vincenzo. A educação feminina. **A República**. Curitiba, 16 abr. 1910.

NORO, Leonel. **O ensino industrial do Paraná**. UNIFICAÇÃO. Curitiba: mimeografado, v.1, n.1, maio 1968.

OS DIREITOS da mulher. **Diário da Tarde**. Curitiba, 25 jun 1919.

OLIVEIRA, Alvarus de. A mulher, a academia e a polícia. **Diário da Tarde**. Curitiba, 24 ago. 1931.

PARANÁ, Decreto n. 548, de 8 de agosto de 1917.

PARANÁ, Decreto n. 22387, de 3 de fevereiro de 1971.

PARANÁ, Relatório que ao Exmo. Snr. Comendador Antonio Alves de Araújo, 1 vice-presidente da província do Paraná apresentou o Exmo. Snr. Dr. Carlos Augusto de Carvalho ao passar-lhe a administração, em 26 de maio de 1883. Curitiba, Tipografia Perseverança de J. F. Pinheiro, 1884, Arquivo Público do Paraná.

PARANÁ, Relatório de Joaquim d'Almeida Faria Sobrinho ao Ilmo. E Exmo. Sr. Comendador Antonio Ricardo dos Santos, 1 vice-presidente da Província do Paraná, em 29 de dezembro de 1888. Curitiba, Tipografia Perseverança de J. F. Pinheiro, 1889, Arquivo Público do Paraná.

PARANÁ, Relatório apresentado ao Snr. Caetano Alberto Munhoz, secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública por Dr. Vitor Ferreira do Amaral e Silva, Superintendente Geral do Ensino Público do Estado, em 1 de novembro de 1893. Curitiba, Tipografia da Companhia Impressora Paranaense, 1894a, Arquivo Público do Paraná.

PARANÁ, Mensagem do Governador do Estado do Paraná lida perante o Congresso Legislativo em 20 de outubro de 1894b. Curitiba, Tipografia da Companhia Impressora Paranaense, 1894, Arquivo Público do Paraná.

PARANÁ, Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Francisco Xavier da Silva, governador do Estado do Paraná por Caetano Alberto Munhoz, Secretário dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, em 31 de agosto de 1895. Curitiba, Tipografia da Imprensa Paranaense, 1895, Arquivo Público do Paraná.

PARANÁ, Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Francisco Xavier da Silva, Governador do Estado do Paraná, pelo Dr. Octavio Ferreira do Amaral e Silva, Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, em 31 de Dezembro de 1900. Curityba, Typ. Da Livraria Econômica, 1900, Arquivo Público do Paraná.

PARANÁ, Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Francisco Xavier da Silva, Governador do Estado do Paraná, pelo Dr. Octavio Ferreira do Amaral e Silva, Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, em 31 de Dezembro de 1901. Curityba, Atelier Novo Mundo, 1901, Arquivo Público do Paraná.

PARANÁ, Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Francisco Xavier da Silva, Governador do Estado do Paraná, pelo Dr. Octavio Ferreira do Amaral e Silva, Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, em 31 de Dezembro de 1902. Curityba, Typografia d'A República, 1902, Arquivo Público do Paraná.

PARANÁ, Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Francisco Xavier da Silva, Governador do Estado do Paraná, pelo Dr. Jose Conrado de Souza, Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, em 31 de Dezembro de 1903. Curityba, Typografia d'A República, 1903, Arquivo Público do Paraná.

PARANÁ, Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Vicente Machado da Silva Lima, Governador do Estado do Paraná, pelo bacharel Bento Jose Lamenha Lins, Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, em 31 de Dezembro de 1904. Curityba, Typografia d'A República, 1904, Arquivo Público do Paraná.

PARANÁ, Relatório apresentado pelo Inspetor Escolar da Capital ao Exmo. Sr. Dr. Diretor Geral da Instrução Pública em 31 de dezembro de 1905. Curityba, Typografia d'A República, 1905, Arquivo Público do Paraná.

PARANÁ. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Affonso Alves de Camargo, Presidente do Estado, pelo Dr. Enéas Marques dos Santos, Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, em 31 de Dezembro de 1916. Curityba, Typographia d'A Republica, 1916, Arquivo Público do Paraná.

PARANÁ. Decreto nº 548. 8 ago. 1917. Sanciona a criação na capital de um instituto de educação profissional para o sexo feminino sob a denominação “Escola Profissional Feminina” e apresenta o regulamento da mesma. Curitiba, PR: Diário Oficial, 14 ago. 1917, Arquivo Público do Paraná.

PARANÁ. Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Affonso Alves de Camargo, Presidente do Estado, pelo Dr. Enéas Marques dos Santos, Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, em 31 de Dezembro de 1918. Curitiba, Typographia d'A Republica, 1918, Arquivo Público do Paraná.

PARANÁ. Resolução n. 3601, de 30 de setembro de 1974.

PEIXOTO, Afrânio. **A Educação da Mulher**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

QUADRADO, Manoel Alves. A mulher é a mola real do progresso. **Diário da Tarde**, Curitiba, 26 jun. 1951.

SECUNDINO, Otavio. O que merece o professorado público. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 13 abr 1923.

SECUNDINO, Otavio. Prestígio feminino. **Diário da Tarde**, Curitiba, 20 jan. 1951.

SILVA, Moacyr. A mulher. **Diário da Tarde**, Curitiba, 20 abr. 1951.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e Educação: A paixão pelo possível**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

_____. Mulheres na educação: missão, vocação ou destino? A Feminização do magistério ao longo do século XX. In: SAVIANI, Dermeval. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. p.59-108.

ANTONIO, Ricardo Carneiro. **A Escola de Arte de Alfredo Andersen 1902 - 1962**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2001.

ARAÚJO, Emanuel. A arte e a sedução: sexualidade feminina na Colônia. In: DEL PRIORE, Mary (Org). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 45 – 77.

_____. Ser mulher na década de 50: representações sociais veiculadas em jornais. In: TRINDADE, Etelvina Maria de Castro; MARTINS, Ana Paula Vosne. **Mulheres na História: Paraná – Séculos 19 e 20**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. Departamento de História. Cursos de Pós-Graduação, 1997.

AUMONT, Jacques. **A imagem**. Campinas: Papirus, 1993.

BARRETO, Carolina Marielli. **Ensino de Arte e Educação profissional feminina: um estudo de caso sobre a Escola Profissional Feminina de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Artes) - Instituto de Artes, Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 2007.

BENCOSTTA, Marcus L. A. História da Educação e Cultura Escolar: representações e imagens das festas escolares. In: VIDAL, Diana; SCHARTZ, Cleonara M.. (Orgs.). **História das Culturas Escolares no Brasil**. Vitória, Editora da UFES, 2011. No prelo.

BERBERI, Elizabete. **Impressões: a modernidade através das crônicas no início do século em Curitiba**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

BARTHES, Roland. **A Câmara Clara: nota sobre a fotografia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BIELINSKI, Alba Carneiro. **Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro – dos pressupostos aos reflexos de sua criação – de 1856 a 1900**. Dissertação

(Mestrado em Artes Visuais) - Faculdade de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2003.

BLOCH, Marc. **Apologia da História** – ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BONATO, Nailda Marinho C. **A Escola Profissional para o sexo feminino através da imagem fotográfica**. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2003.

_____. O Instituto Profissional Feminino no Rio de Janeiro republicano: a formação de mão-de-obra nas primeiras décadas do século XX. In: Congresso Iberoamericano de La historia de La educación latinoamericana. San Jose, V, Costa Rica, 2001a. **Anais...** Costa Rica, 2001a. Disponível em <<http://www.historia.fcs.ucr.ac.cr/congred/O%20Instituto%20Profissional%20Feminino%20no%20Rio%20de%20Janeiro%20republica.doc>> Acesso em: 21 jan. 2010.

_____. Uma escola de formação profissional para o sexo feminino no Distrito Federal: A Escola Profissional Paulo de Frontin (1919). In: Reunião Anual ANPED, 24, 2001, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPED, 2001b. Disponível em: < <http://www.anped.org.br/reunioes/24/tp.htm#gt2> > Acesso em: 21 jan. 2010.

BUFFA, Estér; NOSELLA, Paollo. **A Escola Profissional de São Carlos**. São Paulo: Ed. da UFSCar, 1998.

CAMPOS, Névio de. **Intelectuais paranaenses e as concepções de Universidade: 1892 – 1950**. Tese (Doutorado em educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006.

CARAPONALE, Priscila Ferrer. **Cotidiano escolar: a Escola Profissional de Franca (1924 – 1942)**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2009.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: **A escrita da História**. 2 Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CHAMON, Carla S. **Festejos Imperiais: Festas Cívicas em Minas Gerais (1815 – 1845)**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

CINTRA, Erica Piovam de Ulhoa. **Ensino profissional feminino em Curitiba: A Escola Técnica de Comércio São José (1942-1955)**. Dissertação (Mestrado

em Educação) - Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2005.

CUNHA, Luiz A. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: UNESP, 2000.

CUNHA, Renata Thereza F. **A feminização da cultura: Curitiba, 1890-1930..** Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e Família Burguesa In: DEL PRIORE, Mary. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Ed. Contexto, 2004.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Rituais em imagem na Era Vargas: o caso do Liceu de Humanidades e da Escola Normal de Campos. In: III Seminário Internacional – As redes de conhecimento e a tecnologia. Professores: textos, imagens e sons, 2005, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro : UERJ, 2005.

FERNADES, Rosane Schmitz. **Escola Profissional Feminina de Florianópolis**: reproduções sociais e culturais "costuradas" pela educação popular (1935-1983). Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Ciências da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: DEL PRIORE, Mary. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Ed. Contexto, 2004.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. História da Educação e História Cultural. In: FONSECA, Thais Thais Nivia de Lima e & VEIGA, Cynthia Greive. **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FURLANI, Lucia Maria Teixeira; FERRAZ, Geraldo Galvão. **Viva-Pagu**: fotobiografia de Patrícia Galvão. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Editora Unisanta, 2010.

GANZ, Ana Maria. Vivências e falas: trabalho feminino em Curitiba, 1925-1945. In: TRINDADE, Etelvina Maria de Castro; MARTINS, Ana Paula Vosne. **Mulheres na História**: Paraná – Séculos 19 e 20. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. Departamento de História. Cursos de Pós-Graduação, 1997.

GONÇALVES, Celso Costa. **Formação do trabalhador e o ensino profissional**: A escola profissional masculina de Rio Claro. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas: 2001.

- GOODSON, Ivor F. **Currículo: Teoria e História**. 2 Ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- HADDAD, Osires; TOSCANI, Lizete Maria. **Escola Estadual Profissional República Argentina**. Histórico. 1998.
- HAHNER, June Edith. **Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil. 1850-1940**. Florianópolis: Ed. Mulheres, Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.
- HARTOG, François. A arte da narrativa histórica. In BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (orgs.). **Passados recompostos: campos e canteiros da História**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Editora FGV, 1998.
- HOBBSAWN, Eric. **Sobre a História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. 2 ed. rev. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.
- LAGRAVE, Rose- Marie. Uma emancipação sob tutela. Educação e trabalho das mulheres no século XX. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Dir.). **História das Mulheres no Ocidente**. Vol 5: O Século XX. São Paulo: EBRADIL, Edições Afrontamento, 1991.
- LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento In: **História e Memória**. 5 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003a.
- LEITE, Miriam Moreira. **Retratos de família: Leitura da Fotografia Histórica**. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.
- LIMA, Cacilda Comássio. **Educação para o Trabalho: A Escola Profissional de Franca (1924-1970)**. Tese (Doutorado em História). Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho. Franca, 2007.
- LOPES, Eliane da Silva. **Fragmentos de mulher** (Dimensões da trabalhadora – 1900-1922). Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas. Campinas, 1985.
- LOURO, Guacira Lopes e MEYER, Dagmar. A escolarização do doméstico: A construção de uma escola técnica feminina (1946-1970). **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**, Vol.87, 1993.
- _____. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. **Educação & Realidade**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, v.20, n.2, jul/dez 1995.

_____. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997, p.443-482.

MARQUES, Sandra Lunardi. **A Escola Profissional Masculina na Capital**. Tese (Doutorado em Educação) - Setor de Educação, Pontifícia Universidade católica de São Paulo. São Paulo, 2003.

MAYER, Françoise. A educação das raparigas. O modelo laico. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle. (Dir.) **História das mulheres. O século XIX**. São Paulo: Edições Afrontamento, 1995, p. 277-295.

MEYER, Dagmar Estemam. Gênero e Educação: Teoria e Política. In. LOURO, Guacira, NECKEL, Jane & GOELLNER, Silvana V. (orgs.). **Corpo, Gênero e Sexualidade: Um Debate contemporâneo na Educação**. Petrópolis: Vozes, 2003.

MORAES, Carmen S. V.; ALVES, Júlia F. (org). **Escolas Profissionais Públicas do Estado de São Paulo**. Uma História de Imagens. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

MYSKIW, Antonio Marcos. Curitiba, “República das Letras” (1870-1920). Revista eletrônica **Reflexões em História**. Dourados, v. 2, n. 3, p. 1-27, 2008. Disponível em: <http://www.historiaemreflexao.ufgd.edu.br/Curitiba_republica_das_letras.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2009.

MURASSE, Celina Midore. Bithencourt da Silva e o ensino técnico no Brasil. In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 2002, Natal. **Anais...** Natal: UFRN, 2002. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema4/0418.pdf>>. Acesso em: 07 jul 2010.

NASCIMENTO, Manoel Nelito Matheus. **Transformações na relação trabalho e educação nos primórdios do ensino profissional em São Paulo**. Jornada do HISTEDBR. Sorocaba, SP: 2005 Disponível em [http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada5/TRABALHO S/ GT4_E_PROFISSIONAL/13/413.PDF](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada5/TRABALHO_S/GT4_E_PROFISSIONAL/13/413.PDF)> Acesso em: 21 jan. 2010.

NADAI, Elza. **Educação de elite e a profissionalização da mulher brasileira na primeira República: discriminação ou emancipação?** In: Revista da Faculdade de Educação, São Paulo: USP, 1991.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

OLIVEIRA, Sueli Teresa de. **Uma colméia gigantesca**: Escola Profissional Feminina de São Paulo. Dissertação (Mestrado em Educação) - Setor de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1992.

OSINSKI, Dulce Regina. **Ensino da Arte**: Os pioneiros e a influência estrangeira na arte-educação em Curitiba. Dissertação (Mestrado de Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1998.

PANDINI, Silvia. **A Escola de Aprendizizes Artífices do Paraná**: “Viveiro de homens aptos e úteis” (1910 – 1928). Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2006.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres no Sul. In.: DEL PRIORE, Mary (Org). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997, p.278-321.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. São Paulo: Edusc, 2005.

_____. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988b.

PESAVENTO, Sandra J. Correntes, campos temáticos e fontes: uma aventura da História. In: **História e História Cultural**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004a.

_____. Em busca de um método: as estratégias do fazer História. In: **História e História Cultural**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004b.

QUELUZ, Gilson Leandro. **Concepções de Ensino Técnico na República Velha (1909-1930)**. Curitiba: PPGTE/CEFET-Pr, 2000.

SAMARA, Eni de Mesquita. Mão-de-obra feminina, oportunidades e mercado de trabalho, no Brasil do século XIX. In: SAMARA, Eni de Mesquita (Org.). **As idéias e os números do gênero. Argentina, Brasil e Chile no século XIX**. São Paulo: Hucitec/Cedhal/Vitae, 1997. p. 23-61.

SANTANA, Luciana Wolff Apolloni. **Escola de Belas Artes e Indústrias do Paraná**: o projeto de ensino de artes e ofícios de Antônio Mariano de Lima, Curitiba, 1886-1902. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004.

SCOTT, Joan. A mulher trabalhadora. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle **História das Mulheres no Ocidente**. Porto: Afrontamento, 1993. V. 4.

SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: Cardoso, Ciro. F.; Vainfas, Ronaldo (Orgs). **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SOUZA, Cristiane dos Santos. **A mulher professora na Instrução Pública de Curitiba (1903-1927): Um estudo na perspectiva de gênero**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004.

TAIRA, Linconl. **As Escolas masculina e feminina e o ensino profisisonal em São Paulo – 1911 a 1942**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia, letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo: 2002.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. **Clotildes ou Marias: Mulheres de Curitiba na Primeira República**. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 1992.

VEIGA, Cynthia Greive, (2000). Educação estética para o povo. In: LOPES, Eliane Marta; MENDES, Luciano & VEIGA, Cynthia, (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 399-422

VENANCIO, Giselle Martins. Lugar de mulher é..na fábrica; Estado e trabalho feminino no Brasil (1910-1934). **História: Questões e debates**. Curitiba: Editora da UFPR, v.18, n.34, jan/jun 2001.

VIDAL, Diana Gonçalves, FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **As lentes da história: estudos de história e historiografia da educação no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2005.

VIÑAO, Antonio. História de la educación y historia cultural: posibilidades, problemas y cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**, n. 0, 1995.

_____. A história das disciplinas escolares. **Revista Brasileira de História da Educação**. n 1. Campinas: Editora Autores Associados, 2001. Trad: Marina Fernandes Braga.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920. In: TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus (org.). **Cinco estudos em História e Historiografia da Educação**. Belo Horizonte: Autentica, 2007.

WEINSTEIN, Barbara. **As mulheres trabalhadoras em São Paulo:** de operárias não-qualificadas a esposas profissionais. **Cadernos Pagu:** fazendo história das mulheres. n. 4. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, 1995.

WERLE, Flávia O. C. A ancorando quadros de formatura na história institucional. In: 28 Reunião Anual da ANPEd, 2005, Caxambú. **Anais...** Caxambu: ANPEd, 2005. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/28/textos/GT02/GT02-322--Int.rtf>>. Acesso em: 15 de nov. 2010